

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO**

Elisângela dos Santos Faustino Röder

**MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A
AGRICULTURA FAMILIAR NOS PROGRAMAS DE PÓS-
GRADUAÇÕES:
TESES DEFENDIDAS NO BRASIL, 2000-2009**

Dissertação/Tese submetido(a) ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de mestre em Ciência da Informação.
Orientadora: Profa. Dra. Edna Lúcia da Silva

Florianópolis
2011

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da
Universidade Federal de Santa Catarina

R688m Röder, Elisângela dos Santos Faustino
Mapeamento da produção científica sobre a agricultura familiar nos programas de pós-graduações [dissertação] : teses defendidas no Brasil, 2000-2009 / Elisângela dos Santos Faustino Röder ; orientadora, Edna Lúcia da Silva. - Florianópolis, SC, 2011.
176 p.: il., grafs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

Inclui referências

1. Ciência da informação. 2. Propriedades familiares. 3. Teses. 4. Pós-graduação. 5. Produção científica. I. Silva, Edna Lúcia da. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. III. Título.

CDU 02

Elisângela dos Santos Faustino Röder

**MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A
AGRICULTURA FAMILIAR NOS PROGRAMAS DE PÓS-
GRADUAÇÕES:
TESES DEFENDIDAS NO BRASIL, 2000-2009**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

Florianópolis, 01 de novembro de 2011.

Prof.^a Edna Lúcia da Silva, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina
Orientadora

Prof. José Augusto Chaves Guimarães, Dr.
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – PPGCI
(examinador)

Prof.^a Lígia Maria Arruda Café, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina
(examinadora)

Prof. Vinicius Medina Kern, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina – PGCIN
(examinador)

*Dedico este trabalho a todos
os agricultores familiares brasileiros
que fazem do campo e de todos
os recursos que este proporciona
parte integrante de suas vidas.*

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos se dirigem primeiramente a Deus pela minha vida, pelas graças alcançadas e pelo presente que recebi durante o curso de mestrado: meu filho. Segundo a minha família que, nas pessoas da minha avó, mãe, irmã, tias, tio, marido, sogros, primos e primas representam toda a minha estrutura.

O curso que aqui se conclui é fruto de uma união de esforços e de profissionais que merecem o meu respeito e agradecimentos. Dirijo meu muito obrigada à professora doutora Edna Lucia da Silva que com profissionalismo e dedicação orientou esta pesquisa; a todo corpo docente e administrativo do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina; à Capes que viabilizou, por meio de recursos financeiros, a dedicação exclusiva à pesquisa; e à universidade da qual sou aluna, que proporcionou os recursos indispensáveis para a realização deste trabalho. Também à turma de mestrado 2008 representada pelas alunas Daniella Pizarro, Lidiane Carvalho e Jacqueline Martins que tanto contribuíram para a construção de um pensamento que levou à elaboração do meu projeto de pesquisa. À minha turma de 2009 dedico agradecimentos especiais por terem participado de forma tão notória na minha formação profissional, mas também àqueles que souberam, através de palavras e gestos, me conduzir a uma evolução pessoal. Aos professores doutores Ademir Antônio Cazella, João Klug, Wilson Schmidt e David Caume que tanto contribuíram no desenvolvimento de um pensamento sobre agricultura familiar.

Meu muito obrigada ao professor doutor Clovis Lima Montenegro, família Monteiro Franco, Família Lopes Camargo, Família Delatorre, Família Brasil, Família Weber, aos meus grandes amigos, vizinhos e agricultores da cidade de São João do Sul-SC que sempre tiveram palavras de incentivo e conhecimento para me oferecer. Aos grandes amigos Alexandre e Deise Oliveira, Patrícia Gibin, Patrícia Dutra, Lilian Sombrio, Sandra Castilho Paz e Fernanda Heldwein.

Aqui vão meus agradecimentos ao meu falecido pai que me ensinou uma das coisas mais importantes da minha vida: a sonhar e lutar para que eles se tornem realidade. À amiga e pessoa mais extraordinária que conheci: Maria Solange Lopes de Borba, a qual durante anos nos ensinou que na vida a gente faz por onde que ela nos ajuda e que precisamos ter pensamentos positivos ao longo dela.

A todos aqui citados, àqueles cujos nomes estão gravados na minha história e a todos os desconhecidos que de forma indireta contribuíram para o meu crescimento, MEU MUITO OBRIGADA.

*Viver!
E não ter a vergonha de ser feliz
Cantar e cantar e cantar
A beleza de ser
Um eterno aprendiz...*

Gonzaguinha

RESUMO

A pesquisa concerne num mapeamento da produção científica em teses de doutorado sobre agricultura familiar produzidas no período de 2000 a 2009 nos programas de pós-graduação reconhecidos pela Capes no Brasil. Elege como fonte para a coleta de dados o Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Quanto a metodologia a pesquisa é exploratória, com abordagem qualiquantitativa, o procedimento técnico é documental e quanto a análise de conteúdo usou-se o método de Bardin. Caracteriza as teses com base nas seguintes variáveis: gênero da autoria, origem dos trabalhos (universidade, programa, área do conhecimento, linha de pesquisa), orientadores e suas abordagens. Compõem o *corpus* da pesquisa 154 teses que possuem como foco principal de abordagem a agricultura familiar. As teses foram selecionadas nessa perspectiva a partir da estratégia restrita de busca para a recuperação com o termo: agricultura familiar. Os resultados mostram que: o desenvolvimento de teses com a temática com o foco principal em agricultura familiar teve crescimento gradual no número anual de produções a partir de 2000, com intensificação a partir de 2007, atingindo no ano de 2009, 33 defesas. Em relação à região de sua defesa destacam-se as instituições localizadas nas regiões Sul (UFPR, UFRGS, UFSC, UFPEL, UEL, UNISINOS) e Sudeste (UNICAMP, UNESP, UFV, USP, UFRRJ, PUC-SP, UFRJ, UFSCAR, UFLA, UFMG), que são responsáveis por 73% do total das teses. Os orientadores mais produtivos nessa temática estão vinculados às instituições UFPR, UNICAMP, UNB, UFRGS, UFSC, UNESP, UFPB, UEL. As áreas do conhecimento dos programas que se destacam na pesquisa da temática agricultura familiar são Sociologia (23 teses), Agronomia (22 teses) e Cursos Interdisciplinares (15 teses), embora tenha sido objeto de abordagem em 30 diferentes áreas do conhecimento. Observa-se que 58% dessas teses foram produzidas por homens; na análise temática foram identificadas 121 teses que tratam de temas relacionados mais diretamente ao desenvolvimento rural e 21 à produção rural propriamente dita. Abordagens únicas de 12 teses foram agrupadas em uma categoria denominada *outros*. No cômputo geral sobressaíram as abordagens cujo enfoque principal foi dirigido para ações, políticas e atores como abordagens voltadas para o desenvolvimento rural, abrangendo 73 teses nas quais estão incluídos trabalhos que trataram de ações educativas (16 teses); políticas públicas (13 teses), gestão (10 teses), assentamento (7 teses), associativismo (7 teses), enfoques direcionados a atores específicos (6 teses), trabalho (6

teses), pluriatividade (5 teses) e legislação (3 teses). Conclui que o mapeamento realizado possibilitou inventariar a produção realizada no período analisado e mostrar indícios de que as abordagens são influenciadas pelo meio e pelo contexto, visto que os estados com maior número de produção em teses sobre a temática agricultura familiar são os que apresentam a atividade deste segmento da economia mais estruturada e desenvolvida.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Teses. Pós-Graduação. Comunicação Científica.

ABSTRACT

This thesis gathers data from doctoral dissertations about familiar agriculture defended at Brazilian graduate programs recognized by the Committee for Postgraduate Courses in Higher Education (CAPES) in the period of 2000 to 2009. The bank of thesis and dissertations from CAPES was consulted to gather the data. The doctoral dissertations were then organized according to the variables of gender of the author, work origin (university, program, area of investigation, line of research), advisors, and to their content. The corpus has 157 doctoral dissertations whose main focus was on familiar agriculture since it was the expression adopted to search for the dissertations. The results indicate that (a) the number of doctoral dissertations about familiar agriculture gradually increase from the year 2000, especially after the year 2007, gathering a number of 33 doctoral dissertations in the year 2009; (b) among universities where the doctoral defenses occurred appear universities such as UFPR, UFRGS, UFSC, UFPEL, UEL, UNISINOS from the South of Brazil, and UNICAMP, UNESP, UFV, USP, UFRRJ, PUC-SP, UFRJ, UFSCAR, UFLA, UFMG from the Southeast of the country responsible for about 73% of the doctoral dissertations on familiar agriculture; (c) among the professors, who are considered to be more productive in this area, work at UFPR, UNICAMP, UNB, UFRGS, UFSC, UNESP, UFPB, UEL; among the areas of investigation, 33 doctoral dissertations were defended at the graduate programs in Sociology, 22 in graduate programs in Agronomy, 15 in interdisciplinary programs but the theme familiar agriculture was studied in 31 different programs; (d) 58% of the dissertations were written by men; (e) 122 dissertations discussed any aspect of rural development, 21 discussed the rural production itself and the remaining ones discussed specific themes and were thus grouped in another group called Others; (f) among the 73 dissertations that discussed the theme of rural development, sixteen of them discussed theme of education, thirteen discussed public policies, ten discussed management, seven discussed settlement, seven discussed associations, six were devoted to specific actors, six discussed work, five discussed pluriactivity and three discussed legislation. Thus, I concluded that it was possible to search for the dissertations defended in the period from 2000 to 2009 and bring initial evidences that themes investigated are influenced by the context since the majority of the dissertations on familiar agriculture have been

defended in which it represents an important segment on their economy and is better structure and developed.

Key-words: familiar agriculture. Doctoral dissertations. Graduate programs. Scientific communication.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Teses sobre agricultura familiar, 2000-2009 – Produtividade dos orientadores	77
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Teses sobre agricultura familiar, 2000-2009 – Distribuição por ano de defesa.....	72
Gráfico 2 – Teses sobre agricultura familiar, 2000-2009 – Distribuição por instituição de defesa.....	73
Gráfico 3 - Teses sobre agricultura familiar, 2000-2009 – Distribuição por região de defesa.....	74
Gráfico 4 - Teses sobre agricultura familiar, 2000-2009 – Distribuição por programa de pós-graduação.....	75
Gráfico 5 – Teses sobre agricultura familiar, 2000-2009 – Gênero dos autores.....	76
Gráfico 6 - Teses sobre agricultura familiar, 2000-2009 – Distribuição por conteúdo das teses – Temáticas gerais.....	80
Gráfico 7 - Teses sobre agricultura familiar, 2000-2009 – Distribuição por conteúdo das teses – Temática desenvolvimento rural.....	81
Gráfico 8 - Teses sobre agricultura familiar, 2000-2009 – Distribuição por conteúdo das teses – Temática desenvolvimento rural: ações, políticas e atores.....	82
Gráfico 9 - Teses sobre agricultura familiar, 2000-2009 – Distribuição por conteúdo das teses – Temática desenvolvimento rural: estudos regionais.....	93
Gráfico 10 - Teses sobre agricultura familiar, 2000-2009 – Distribuição por conteúdo das teses – Temática produção rural.....	101

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGRIMA	Associação de Agricultores Monte Alegre
AOPA	Associação de Agricultura Orgânica do Paraná
APACO	Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense
ASA	Articulação do Semi-árido Paraibano
ATER	Assistência Técnica e Extensionismo Rural
BNDES	Banco Nacional Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
C&T	Ciência e Tecnologia
CES	Câmara Ensino Superior
CFE	Conselho Federal de Educação
CMDR	Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
COOPAL	Cooperativa de Pequenos Agricultores e Produtores de Leite da Região Sul
DAU	Departamento de Assuntos Universitários
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FAT	Fundação de Amparo ao Trabalhador
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FMI	Fundo Monetário Internacional
FCO	Fundos Constitucionais do Centro-Oeste
FNE	Fundos Constitucionais do Nordeste
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
ISBN	International Standard Book Number
ISSN	International Standard Serial Number
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MEC	Ministério da Educação
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
PBDCT	Plano Básico de Desenvolvimento Científico Tecnológico

PICD	Plano Institucional de Capacitação de Docentes
PMDR	Plano Municipal de Desenvolvimento Rural
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNPG	Plano Nacional de Pós-Graduação
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVAP	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
PSEC	Plano Setorial de Educação e Cultura
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SNPG	Sistema Nacional de Pós-Graduação
SPPR	Secretaria de Planejamento da Presidência da República

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	21
2 REFERENCIAL TEÓRICO	30
2.1 Agricultura brasileira: breve reflexão histórica	30
2.2 A agricultura e o Estado	47
2.3 A ciência, a ciência da informação e a comunicação científica	62
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	74
3.1 Caracterização da pesquisa.....	74
3.2 Contexto e <i>corpus</i> da pesquisa	75
3.3 Instrumentos de coleta de dados.....	76
3.4 Tratamento, análise e interpretação dos dados	77
4 RESULTADOS: descrição e análise dos dados	78
4.1 Caracterização geral das teses sobre agricultura familiar... ..	78
4.2 Análise de conteúdo dos resumos das teses sobre agricultura familiar	85
4.2.1 Desenvolvimento Rural do ponto de vista da agricultura familiar.....	87
4.2.1.1 <i>Desenvolvimento Rural: ações, políticas e atores.....</i>	88
4.2.1.2 <i>Desenvolvimento Rural: estudos regionais.....</i>	99
4.2.1.3 <i>Desenvolvimento Rural: sustentabilidade.....</i>	105
4.2.2 Produção rural do ponto de vista da agricultura familiar.....	108
4.2.2.1 <i>Produção rural: estudos do solo.....</i>	108
4.2.2.2 <i>Produção Rural: Culturas</i>	109
4.2.2.3 <i>Produção Rural: Recursos Hídricos.....</i>	110
4.2.3 <i>Outros.....</i>	111
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS.....	115
APÊNDICE A – FICHA DOCUMENTAL.....	152
APÊNDICE B – CORPUS DA PESQUISA.....	154

1 INTRODUÇÃO

As universidades brasileiras são o *locus* para o desenvolvimento da pesquisa científica em todas as áreas do conhecimento e parte significativa do conhecimento científico é produzida nos programas de pós-graduação. A participação das universidades no desenvolvimento da sociedade se dá pelo fornecimento de resultados de pesquisa que podem auxiliar na inovação científico-tecnológica, na criação de novos processos e produtos, na solução de problemas, além de elevar o nível de qualificação de profissionais e pesquisadores (VELHO, 2007).

O Brasil, nos anos de 1960, já contava com 38 cursos de pós-graduação. A pós-graduação brasileira foi normatizada a partir do Parecer 977 do Conselho Federal de Educação, aprovado em 3 de dezembro de 1965 (CONSELHO..., 2005). O Parecer 977 é considerado o documento mais importante na institucionalização da pós-graduação no Brasil e se constitui em referência sistemática para a organização e implementação da pós-graduação brasileira (CURY, 2005).

Em 1968, a Lei 5540, que implantou a reforma universitária, referendou os preceitos do Parecer 977, quando definiu a universidade como instituição que tem por característica principal a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1968). Em 1969, o Parecer do CFE nº 77/69, também de autoria do conselheiro Newton Sucupira, em consonância com o que ficou estabelecido no Parecer CFE nº 977/65, define normas regulatórias para o credenciamento dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Entre as exigências para o credenciamento dos cursos, pode-se destacar a existência de um corpo docente qualificado, com experiência científica comprovada por trabalhos publicados em livros ou revistas científicas e infraestrutura para o desenvolvimento de pesquisas. O parecer previa visitas *in loco* para verificação das condições realmente existentes (CONSELHO..., 1969).

No processo de consolidação da pós-graduação *stricto sensu* brasileira, duas organizações tiveram papel primordial: a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O CNPq, institucionalizado no ano de 1951 pela Lei 1310/51, primeiramente com o nome de Conselho Nacional de Pesquisa, faz parte dos órgãos que contribuíram e seguem contribuindo para o desenvolvimento técnico-científico brasileiro (OLIVEIRA, 2003, p.6). O CNPq foi criado com o objetivo “de promover e estimular o

desenvolvimento da investigação científica e tecnológica em qualquer domínio do conhecimento”. O CNPq atuou inicialmente com concessões de bolsas, promoveu pesquisas com energia nuclear para a área militar e mediou a criação de centros de pesquisa, entre eles o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, atual Instituto Brasileiro de Informação Científica Tecnológica (IBICT), organização das informações científicas e realização de pesquisas, principalmente, na área de tecnologia. No ano de 1964, já no governo militar, o CNPq angariou mais funções por meio da Lei nº 4.533/08/1964, que estabeleceu que esse órgão formularia políticas para a área da ciência e da tecnologia. Com a reformulação das políticas direcionadas para Ciência e Tecnologia, no ano de 1974, além de outras mudanças, o CNPq passou a priorizar o auxílio para a pós-graduação (OLIVEIRA, 2003). A trajetória do CNPq é repleta de modificações no que concerne à sua vinculação institucional, mas no ano de 1985, com a criação do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), seu papel foi restabelecido e seu objetivo mais direcionado, ou seja, “coube ao CNPq, além do fomento tradicional à pesquisa, subsidiar o MCT no processo de definição das políticas e coordenação do SINDCT” (OLIVEIRA, 2003, p.30)¹. Sua atuação juntamente com a CAPES e a FINEP formam o carro-chefe no que tange ao estímulo de políticas e medidas de desenvolvimento da Ciência e Tecnologia (C&T) brasileiras.

A CAPES criada no ano de 1951, pelo Decreto nº. 29.741, sigla da então *Campanha Nacional de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior*, tinha como objetivo auxiliar na construção de um país desenvolvido e independente. Contribuiu primeiramente com a qualificação do corpo docente por meio de contratação de professores estrangeiros e pela disponibilização de bolsa de formação e aperfeiçoamento. A partir de 1966 passa a auxiliar na institucionalização da pós-graduação brasileira e na criação do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG). No decorrer do tempo, foi ganhando mais espaço e se consolidando com um dos principais órgãos ligados ao Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). No ano de 1974 tornou-se órgão

¹ Cabe ressaltar que no governo de Fernando Collor de Mello o MCT foi extinto e recriado como Secretaria de Ciência e Tecnologia. A CAPES também foi extinta pela Medida Provisória 150 de março de 1990, mas restabelecida por pressão da comunidade científica no mesmo ano pela Lei 8.028. A pasta do MCT só foi recriada no governo do Presidente Itamar Franco por medida provisória. O CNPq, neste período, teve sua organização reestruturada e uma redução significativa nos recursos direcionados para pesquisa. Somente com o *impeachment* do presidente Collor sua normalidade foi restabelecida (OLIVEIRA, 2003; CAPES, 2010).

central superior, dispendo de autonomia administrativa e financeira. Atualmente ligada ao Ministério da Educação (MEC), ela acumula as funções de elaborar, avaliar, acompanhar e coordenar as atividades do ensino superior e o constante aperfeiçoamento dos recursos humanos em nível nacional e internacional. Seu papel avaliativo do SNPG é considerado o principal responsável pelo alto grau de qualidade dos programas de pós-graduação. Atua também no acesso e disseminação do conhecimento científico por meio do Portal Capes, comanda diversas atividades ligadas às pós-graduações, avalia as solicitações de abertura de novos programas e instiga a cooperação da comunidade científica nacional e internacional (CAPES, 2010).

As políticas públicas da pós-graduação brasileira estão expressas em Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG), elaborados a partir de iniciativas da CAPES. O resumo dos pontos principais dos planos está apresentado abaixo:

I Plano Nacional de Pós-Graduação (1975-1979) – Definido e articulado em consonância com o Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) por meio do Plano Setorial de Educação e Cultura (PSEC), e o Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (II PBDCT). O plano é constituído de um conjunto de atividades a serem desenvolvidas pelas Instituições de Ensino Superior (IES) e as instituições de pesquisa. Este planejamento abrange um período de cinco (5) anos e tem por objetivo ser referência para as medidas em níveis de coordenação, planejamento, execução e normatização das atividades dos cursos de pós-graduação. Entre as principais metas estão: estabilização, elevação dos padrões de desempenho e crescimento do sistema (CAPES, 1975).

II Plano Nacional de Pós-Graduação (1982-1985) – Criado em harmonia com as orientações do III Plano Nacional de Desenvolvimento (III PND) e do III Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (III PBDCT) (1980-1985), que tinha como um dos seus objetivos a formação de recursos humanos qualificados para atendimento dos setores público e privado. Em linhas gerais, pode-se destacar nesse plano o desenvolvimento de mecanismos capazes de diminuir os efeitos negativos da heterogeneidade regional, a dependência de finanças extras, a falta de seguridade dos empregos dos docentes, técnicos e grupos de apoio. O Plano propõe melhorar a qualidade dos formandos e das pesquisas por meio tanto do “aumento gradativo da eficiência e confiabilidade do sistema de informação e

avaliação quanto ao desempenho dos programas de pós-graduação (CAPES, 2004, p.185 anexos). Além de adequar o sistema às “necessidades reais e futuras do país”. Isso inclui as especificidades da área do conhecimento, assim como as qualificações necessárias às regiões (CAPES, 1982).

III Plano Nacional de Pós-Graduação (1986-1989) – Procura manter os esforços que garantam o grau de qualidade dos cursos de pós-graduação por meio do aperfeiçoamento dos métodos avaliativos; aumentar o número de vagas de ingresso nos cursos de pós-graduação, assim como assegurar a diversidade de fontes de recursos para mantê-los com toda a infraestrutura necessária; desburocratizar e direcionar verbas de incentivos aos cursos de excelência. Procura ainda organizar estratégias para melhorar a qualidade dos cursos que não a atingiram; ampliação do Programa Institucional de Capacitação de Docentes (PICD); incentivar o intercâmbio e a cooperação nacional e internacional da comunidade científica; elevar o nível de acesso e disseminação de informação científica por meio da modernização das bibliotecas e incentivos a publicações de livros e revistas; estimular a diversidade da produção de conhecimento afastando a ideia de homogeneização e uniformização da produção de conhecimento por meio da sincronização dos órgãos de desenvolvimento dos governos regionais com as políticas para pós-graduação; e fomentar a valorização dos cursos de pós-graduação *lato sensu*. (CAPES, 1986)

IV Plano Nacional de Pós-Graduação (1996) ou Seminário Nacional “Discussão da Pós-Graduação Brasileira” – Este plano não se tornou um documento oficial público, mas reuniu intelectuais da época munidos de relatórios previamente encomendados pela CAPES. A partir deste seminário originou-se um escrito extraoficial que contribuiu para a análise do sistema, a organização de metas e ações direcionadas para a melhoria do sistema brasileiro de pós-graduação. Entre os principais temas eleitos para discussão estavam: aprimoramento do sistema organizacional da pós-graduação; formação de recursos humanos; integração graduação e pós-graduação; carreira e qualificação do corpo docente do ensino superior; análise do sistema de avaliação CAPES; ampliação dos cursos de pós-graduação com ênfase na diminuição da disparidade regional; financiamento e custos dos programas. Ao encontro do anseio de melhorar as condições dos programas de pós-graduação, a comissão formada pelos membros da diretoria da CAPES agrupou os seguintes tópicos: “a) evolução do sistema; b) grande desequilíbrio do sistema; c) pressão de demanda por pós-graduação; d) fatores estruturais que bloqueiam o desempenho do sistema; e) a

CAPES integrada com outros órgãos” (CAPES, 2004, p.17). Em decorrência de vários fatores, o documento não veio a ser oficializado, tendo sua circulação restrita aos membros da diretoria da CAPES, mas esta realizou ações como a ampliação dos cursos, a diversificação de modelo de pós-graduação, alterou o processo avaliativo e promoveu a integração da pós-graduação brasileira no cenário internacional (CAPES, 1977).

V Plano Nacional de Pós-Graduação (2005-2010) – A base legal deste plano está calcada na Constituição de 1988, na qual aparece reafirmada a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e a responsabilidade do poder público na conquista, manutenção e avaliação da qualidade do ensino. O plano pressupõe que o desenvolvimento científico-tecnológico deve evoluir em consonância com as exigências sociais e econômicas. Como metas, o Plano elege: estimular o crescimento imparcial do SNPG a fim de atender aos anseios da sociedade e ir ao encontro das prerrogativas do desenvolvimento social-econômico e científico-tecnológico; a capacitação dos docentes do ensino superior, do ensino básico, especializar profissionais, técnicos e pesquisadores para o setor público e privado; promover a articulação das agências de fomento como a CAPES, o CNPq e a FINEP; estimular a institucionalização de parcerias entre os governos estaduais para o desenvolvimento de programas estratégicos específicos; direcionar esforços para garantir a liberação total dos Fundos Setoriais para aumentar os recursos financeiros para a pós-graduação; criação de redes e parcerias entre as pesquisas e os programas de pós-graduação, a fim de corrigir as disparidades regionais no nível de produção de conhecimento, assim como instigar o compartilhamento de infraestrutura entre os grupos de pesquisa; viabilizar mecanismos de cooperação e formação dos recursos humanos em nível nacional e internacional; aumentar o número de bolsas; manter o nível de qualidade e excelência dos resultados (CAPES, 2005).

VI Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020 – Este plano integrará o Plano Nacional de Educação e foi desenvolvido apoiado nos seguintes eixos: expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) priorizando a qualidade, a equidade e a integração com a sociedade e com o sistema produtivo; criação de uma Agenda Nacional de Pesquisa integrada ao sistema de pós-graduação com intuito de desenvolver conhecimento sobre temas e problemas específicos ligados ao desenvolvimento econômico e social em nível nacional e internacional com o intuito de levar o SNPG e a pesquisa brasileira para níveis superiores de qualidade; o aperfeiçoamento no sistema avaliativo

do SNPG e sua expansão para outros campos da tríade Ciência, Tecnologia e Informação; A multi e a interdisciplinariedade deve, ser fomentadas na pós-graduação e na pesquisa de temas específicos. O SNPG deve apoiar o desenvolvimento da Educação Básica no país, notadamente do Ensino Médio. A principal característica desse plano é a adoção de uma “visão sistêmica em seus diagnósticos, diretrizes e propostas. Esse processo deverá dar origem a um conjunto de programas e ações de governo em termos de políticas públicas, com suas ferramentas e seus dispositivos”. (CAPES, 2011, p.18). em caixas de conteúdo

A contextualização apresentada acima permite constatar que a pós-graduação no Brasil passou por um processo de desenvolvimento ao longo dos anos e vem se constituindo em espaço promissor para o desenvolvimento de pesquisas científicas, além de se apresentar como agente estratégico no processo de desenvolvimento do país. Segundo a CAPES, o número de programas de mestrado e doutorado passou de 459 em 1975 para 1.112 no ano de 1985 (CAPES, 2004, p.197 anexo) e no ano de 2009 o país conta com 2.475 programas de pós-graduação *stricto sensu* (CAPES, 2010). Entre os anos de 2000 e 2009, aumentou em 102% e 113,8% o número de mestres e doutores titulados, respectivamente. Cabe lembrar que tais dados englobam também outros centros de ensino, além das universidades federais (CAPES, 2010). O aumento dos recursos direcionados para os programas de pós-graduação, a criação de um sistema avaliativo e de constante aperfeiçoamento proporcionaram a melhoria do nível quantiqualitativo das produções científicas (MOREIRA; VELHO, 2008).

Nesta dissertação de mestrado apresentam-se resultados de uma pesquisa cuja abordagem volta-se para os estudos da comunicação científica, especificamente a produção científica em teses de doutorado com o foco de sua abordagem em agricultura familiar. Nessas teses encontra-se parte significativa das pesquisas científicas sobre a agricultura familiar desenvolvidas em cursos de pós-graduação no Brasil. Segundo Velho (2007), o índice que indica a formação de novos pesquisadores por área do conhecimento reflete com maior precisão, as necessidades sociais e as políticas e o direcionamento de estratégias para a formação de pesquisadores e profissionais qualificados para setores tidos como hábeis para o desenvolvimento do país. As teses de doutorado que abordam a agricultura familiar representam parte da contribuição efetiva dos programas de pós-graduação para esse setor da economia do país e reproduzem o testemunho de seu envolvimento com os problemas e as temáticas de interesse da sociedade brasileira.

A produção científica na área da agricultura, no Brasil, tem início com a criação do Jardim Botânico e de alguns institutos de pesquisa distribuídos primeiramente nos estados da Bahia, Pernambuco, Sergipe, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul no século XIX. No começo do século XX, o Ministério da Agricultura implantou Estações Experimentais com o intuito de sistematizar a produção científica (RODRIGUES, 1987). No ano de 1972, com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) a produção científica direcionada para a agropecuária ganhou uma forte aliada (LIMA, 1993). A criação da Embrapa teve, entre outros objetivos, criar políticas de desenvolvimento científico-tecnológico, apoiar os pesquisadores, angariar recursos financeiros, programar, executar e avaliar os trabalhos de pesquisas (RODRIGUES, 1987). Os cursos de pós-graduação em Ciências Agrárias também contribuíram com o crescimento significativo da produção científica a partir da década de 70 (LIMA, 1993).

Mapeamentos da produção científica são importantes na medida em que mostram *quem, onde, quando e o que* foi produzido, permitindo inventariar e destacar o que foi privilegiado nas abordagens realizadas. Na Ciência da Informação estudos dessa natureza têm sido recorrentes, visto que essa disciplina incorpora entre seus interesses, os estudos dos processos de comunicação científica.

O mapeamento da produção científica em teses de doutorado que tem como foco principal a agricultura familiar, nesta dissertação, justifica-se no sentido de se verificar o desenvolvimento da produção científica dessa temática e tornar possível a caracterização das abordagens e os enfoques mais evidenciados no decorrer de uma década. A localização e a classificação das pesquisas desenvolvidas sobre a agricultura familiar nos programas de pós-graduação permitirão evidenciar a relação entre os programas e os temas de interesse da sociedade. As teses, como componente da literatura científica, são representações do pensamento e das inquietações dos pesquisadores e da ciência desenvolvidos nos programas.

No caso brasileiro, a opção de abordagem no setor agrícola significa manter o foco sobre a situação econômica, social e cultural de uma nação que se alicerçou e se mantém sobre os produtos gerados pela terra. No decorrer dos séculos, após a chegada dos europeus, muitos foram os desdobramentos nas formas de organização social e econômica; impulsionados pelos tipos de lavouras, formas de negociação no meio rural, nas formas de aquisição de terras, de cultivo, passando pelos conflitos, o uso de tecnologia, etc. E mesmo com os substanciais investimentos no setor industrial realizados no século

passado com o intuito de agregar características urbanas ao país, o Brasil continua apresentando fortes características agrícolas (VEIGA, 2002). Segundo Velho (2007), a relação de contexto econômico e histórico do país com a produção científica se comprova, no caso brasileiro, na forte presença das ciências agrárias nos cursos de graduação e pós-graduação.

Ao encontro dessa perspectiva, o Brasil rural tem sido apresentado por meio de índices numéricos de produção e de pesquisas sociais a respeito do valor e das mudanças estruturais desse setor. Algumas correntes defendem a grande produção, outras as pequenas, mas ambas confirmam a importância da agricultura no desenvolvimento econômico e social do Brasil. Fortes indícios sustentam o argumento de que a agricultura do tipo familiar apresenta melhor aproveitamento dos fatores de produção, além de maior índice de empregabilidade em relação à produção do tipo patronal (GUANZIROLI *et al.*, 2001). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a agricultura familiar é responsável pela empregabilidade de 74,4% dos ocupados no setor, produz um terço da receita vinculada à produção agropecuária nacional, ocupando a fração de 24,3% dos estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2011).

Cabe ressaltar que a agricultura familiar, na última década no país, passou a ser vista pelo governo brasileiro como um segmento imprescindível para o combate à fome e para garantir segurança alimentar e nutricional no país. Estima-se que cerca de 70% da alimentação do brasileiro provenha da agricultura familiar. O Estado, ciente dessa importância, passou a se preocupar em definir políticas públicas que atendessem às peculiaridades da agricultura familiar, na tentativa de diversificar as formas de auxílio a essa categoria e fomentar a pluriatividade, por meio de linhas de crédito específicas. Como parte desse processo, a aprovação da Lei nº 11.947/2009 passou a garantir que “no mínimo 30% do valor destinado por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar, do Fundo de Desenvolvimento da Educação, do Ministério da Educação”, deve ser utilizada na aquisição da produção agrícola familiar (FUNDO..., 2009, p.1).

A escolha dessa temática também foi motivada por interesse pessoal. Primeiramente por ter passado a infância e a adolescência no meio rural e posteriormente pelas indagações geradas em pesquisa realizada no Curso de Graduação em História. Segundo Veiga (2002), a população brasileira é composta em grande parte por agricultores e esses por sua vez compõem o elenco de atores principais no desenvolvimento deste país, mas são reconhecidos, em muitos momentos, como coadjuvantes. Esta pesquisa de dissertação buscou caracterizar e

evidenciar o tema agricultura familiar, nos estudos realizados nos programas de pós-graduação do Brasil considerando que a agricultura familiar é um seguimento significativo do ponto de vista social, econômico e cultural no país.

A estrutura de apresentação desta dissertação está dividida em seções que a partir introdução, mostram o referencial teórico, os procedimentos metodológicos e apresentam os resultados e a conclusão. Todas as seções estão articuladas ao propósito da pesquisa que é responder à seguinte questão: Quais as características gerais (quem, quando e onde) e temáticas principais (o quê) das teses produzidas a respeito da agricultura familiar nos programas de pós-graduação das universidades brasileiras?

Para o desenvolvimento da pesquisa foram definidos os seguintes objetivos:

Objetivo geral

Investigar as características das teses produzidas a respeito da agricultura familiar nos programas de pós-graduação das universidades brasileiras na última década (2000-2010).

Objetivos específicos

- Levantar as teses produzidas nos programas de pós-graduação entre os anos de 2000 e 2009 tendo como tema principal a agricultura familiar.
- Caracterizar as teses produzidas quanto à origem, ano de defesa, área de conhecimento, programa, orientador.
- Categorizar as temáticas das teses sobre a agricultura familiar.
- Descrever as principais temáticas das teses sobre a agricultura familiar.
- Apresentar um mapeamento das teses produzidas no período.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nenhum processo de pesquisa começa do zero, sem nenhum ponto de referência. O desenvolvimento de uma pesquisa é embasado teoricamente em estudos realizados e publicados anteriormente. Por referencial teórico entende-se o arcabouço bibliográfico que dá base para a formulação do problema de pesquisa, a análise, a interpretação dos dados, a condução da forma da organização e apresentação dos resultados (BRUMER, 2008).

Nesta pesquisa, a constituição do referencial teórico tem início com uma síntese da história da agricultura no Brasil para contextualizar a importância dessa atividade para o desenvolvimento do país. Segue-se com a discussão sobre a participação do Estado na condução da agricultura, assim como a apresentação das políticas públicas do Brasil relacionadas à produção agrícola. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é abordado por ser considerado um instrumento legitimador da agricultura familiar como um setor econômico significativo.

Finalmente, centra-se a abordagem na ciência e na comunicação científica. As conquistas científicas são reflexos da evolução humana em relação à realidade que cerca o pesquisador, em busca de uma posição mais atuante na presença dos fenômenos naturais e sociais.

2.1 A agricultura brasileira: breve reflexão histórica

Para Smzrecsányi (1998), a atividade agrícola, como um setor economicamente ativo no Brasil, se constituiu a partir de 1822, quando a independência política foi conquistada e o país criou mecanismos de condução e crescimento econômico endógeno. Anteriormente a essa data, a atividade era do tipo extrativista, a relação dos proprietários com a terra era baseada na exploração da mão de obra e visava retirar das terras brasileiras o máximo de riquezas, para direcioná-las e investi-las em Portugal.

Diversos são os caminhos para se abordar a história da agricultura brasileira. Nesta pesquisa optou-se por analisar os fatores produtivos ou as formas de acesso a eles, entre eles, o fator terra, mão de obra, técnicas empregadas e comercialização dos produtos.

Em relação ao acesso à terra, o procedimento utilizado primeiramente foi medieval, através da concessão de sesmarias, as quais eram repassadas com a condição de serem medidas e delimitadas (CARDOSO, 1979). Este título assegurava o usufruto por parte do

donatário e, ao mesmo tempo, mantinha os poderes de propriedade do Estado (DINIZ, 2005). Martinho Afonso de Souza, em sua expedição datada de 1530, dividiu as terras em capitânicas hereditárias com o objetivo de resguardar a posse dessas terras diante de invasores externos e organizar o sistema propriamente dito de colonização. A sesmaria representa a primeira forma oficial de título (SCHWARTZ; LOCKHART, 2002).

Após a concessão das terras aos donatários, estes juntamente com governadores das capitânicas designavam poderes de propriedade a outras pessoas. De posse desse título de propriedade, a produção dessa faixa de terra² estava ligada à metrópole por meio de deveres e direitos.

O projeto de Portugal era implantar formas de exploração que pudessem oferecer gêneros cobiçados no mercado internacional e gerar dividendos para serem utilizados em diversas esferas da sociedade portuguesa. Para tanto, as terras eram direcionadas para indivíduos que estivessem aptos a explorar, ocupar e proteger. Um dos critérios usados para a doação de terras era de que o futuro donatário tivesse capital para adquirir escravos e construir engenhos de açúcar (CARDOSO, 1979). Os donatários recebiam também o poder de administrar, cobrar impostos e conceder privilégios sobre aqueles que estivessem sobre suas terras.

É importante ressaltar que esta forma administrativa implantada por Portugal não se remete na sua totalidade a práticas feudais. Ao contrário do que resultaram as relações de concessão de terras no período feudal, ou seja, na formação de pequenas propriedades, aqui no Brasil o fator terra e o uso de mão de obra escrava caracterizaram outro modo de produção (LOBO, 1980).

A forma antiga de concessão de terra apresenta um panorama sobre a maneira como foi conduzida a exploração agrícola brasileira, isto é, baseada em práticas ultrapassadas, sem investimentos ou mesmo adaptações para as novas condições encontradas em território brasileiro. Juntamente com baixo grau de tecnologia³ e, principalmente, sem uma

² Não existia um limite pré-estabelecido de léguas doadas, mas sim que elas fossem exploradas, ou seja, eram proporcionais à capacidade de cultivo do proprietário. Segundo Cardoso (1979), um decreto que estabelecia um tributo propriamente dito, proporcional ao tamanho da terra, foi elaborado em 1695, mas posto em prática somente em 1777.

³ O período colonial, o qual inaugura na agricultura brasileira a participação de indivíduos a princípio civilizados, traz consigo aspectos interessantes da história da agricultura mundial e principalmente características apontadas por Wolf (1976) que envolvem a fase neotécnica da agricultura. Para o autor, essa fase é decorrente da segunda revolução agrícola, na qual, além de novos instrumentos de trabalho utilizando a tração animal, o camponês inaugura o cultivo de plantas que não pertencem à sua dieta e nem estão ligados diretamente aos fatores de produção, ou seja, são produtos direcionados para comercialização. A esta nova fase estão

estratégia que vislumbra uma produção planejada e sustentável⁴, o período colonial marcou o início de uma tradição produtiva predadora.

Na visão de Schwartz e Lockhart (2002), o sistema de capitanias fracassou em termos administrativos devido ao conflito de interesses entre a metrópole, os donatários e todos os outros indivíduos que acompanhavam as expedições. Em geral, os donatários queriam reproduzir na colônia hierarquias e privilégios existentes em Portugal. Por sua vez, os indivíduos livres encaminhados para o Brasil pelos donatários não queriam que essa reprodução social se construísse sobre seus ombros. Estes trabalhadores livres viam nas terras brasileiras a possibilidade de alcançar *status*, riqueza e títulos.

Em 1549 foi implantado o sistema de governo-geral, tendo como primeiro governador Tomé de Souza, que trouxe funcionários para atuar em diversos cargos administrativos, principalmente os fiscais, os quais organizaram incisivas barreiras com o intuito de cobrar os devidos impostos sobre a produção agrícola.

O primeiro produto a ser explorado foi o pau-brasil, que não necessitava de práticas aprimoradas: requeria simplesmente a derrubada e o transporte até as embarcações, trabalho inicialmente desempenhado pelos índios. Já na segunda metade do século XVI, com a inserção da exploração da cana-de-açúcar, o Brasil começou a alicerçar o que seria uma produção organizada baseada no trabalho escravo e que rendia bons resultados no mercado internacional (SCHWARTZ; LOCKHART, 2002).

Para a produção de açúcar necessitava-se de uma estrutura mais organizada, que obrigatoriamente exigia um sistema de transporte terrestre e as embarcações, contato com a administração da província e principalmente capital para todo o investimento. A produção era baseada no trabalho escravo, na grande produtividade, na monocultura, e se estabeleceu primeiramente na região nordeste do país, tornando-se o principal produto de exportação brasileiro.

Construir e manter um engenho de açúcar não foi um investimento fácil e barato. Há relatos de muitos lavradores produzirem

ligadas a especialização dos agricultores e a racionalização da produção. Isso em decorrência da revolução industrial, que viu na especialização e na racionalização do campo condição *sine qua non* para o seu desenvolvimento.

⁴ O termo “sustentabilidade” não é um termo da época, mas foi utilizado neste texto com o intuito de abordar a forma de exploração da terra, que era a de exaurir todas as propriedades sem repô-las. No século XVIII já eram encontrados textos que criticavam a forma de produção e a falta de preocupação com o uso dos recursos naturais. Para mais esclarecimentos, consultar Pádua (2002).

e/ou beneficiarem a cana em parceria com senhores de engenho, já que não tinham condições de construir os seus próprios. “Seus contratos e combinações com os proprietários de engenhos eram complexos e variados. Muitos eram rendeiros ou meeiros que não possuíam terra e arrendavam-na de um engenho.” (SCHWARTZ; LOCKHART, 2002, p. 250).

Ainda no século XVI, a produção apresentava modestos resultados em relação ao seu grande potencial; mas no século XVII, com o aumento significativo de engenhos e de investimentos na produção, além de uma organização interna e da entrada maciça de escravos, a comercialização aumentou e o país tornou-se o maior exportador de açúcar (SCHWARTZ; LOCKHART, 2002).

Até 1620 o açúcar foi valorizado no mercado internacional, mas duas décadas depois houve grande declínio em decorrência da superprodução, da entrada de fortes concorrentes, conflitos internos e da substituição do açúcar de cana pelo de beterraba na Europa (SCHWARTZ; LOCKHART, 2002).

O açúcar era o principal produto exportado nos primeiros séculos da história brasileira, mas a cana-de-açúcar não era o único produto cultivado e vendido no mercado internacional. Em proporções menores, e ocupando extensões de terras inferiores em relação às de cana-de-açúcar e nem sempre com o uso da mão de obra escrava, diversos outros produtos foram cultivados. O tabaco, o algodão, o gengibre, o óleo de baleia, entre outros, apresentaram participação significativa tanto para a exportação como para o consumo interno (SCHWARTZ; LOCKHART, 2002; SZMRECSÁNYI, 1998).

Da mesma forma que existiam tais produções em menor escala de comercialização, havia a produção de subsistência nas margens dos grandes engenhos, que ao longo de toda a história da agricultura brasileira foi responsável pela manutenção do consumo interno do país. Em relação à produção de alimentos para o abastecimento interno, isso sempre foi um problema para a coroa, devido à lucratividade dos produtos exportáveis. Era difícil o fazendeiro, o senhor de engenho, direcionar suas terras e sua força de trabalho para a plantação de mandioca, por exemplo. Diversos foram os decretos instituídos pela metrópole na tentativa de obrigar os fazendeiros a plantar no mínimo culturas fundamentais para a alimentação dos escravos (NARDI, 1996; SZMRECSÁNYI, 1998).

Os agricultores que produziam em pequenos lotes, localizados junto às fazendas, tinham, em geral, terras já esgotadas por outras culturas e eram pequenos em relação aos latifúndios. Estas terras se

esgotavam devido à forma predatória de produzir da época, que não utilizava tecnologia e nem tinha manejo adequado. Pádua (2002), com base em um texto produzido em 1789, pelo cientista botânico Domenico Vandelli, relaciona críticas referentes a essa produção agrícola realizada de forma inadequada, com a exploração de colônias e a falta de estudos direcionados à fauna e à flora destas. Segundo o autor, a queima de bosques para a limpeza e cultivo do solo é uma prática errônea, porque, além de inviabilizar a exploração das madeiras na construção de casas e navios, a fertilidade natural do solo se restringe a uma durabilidade de 3 anos, em média. Como não se tinha o hábito de fertilizar o solo de outras formas, com o uso de esterco de gado, por exemplo, era necessário explorar novas terras, criando assim uma rotina predatória que girava em torno de queimar, explorar e abandonar.

[...] pelo costume introduzido de queimar grandes bosques nas bordas dos rios para cultivar a maior parte do milho ou mandioca, e acabando-se a fertilidade deste terreno em poucos anos passam a fazer novas queimas, deixando inculto o que antes foi cultivado. E assim se destroem imensas árvores úteis e de fácil condução. (VANDELLI, 1789 *apud* PÁDUA, 2002, p. 43).

Enquanto esta prática de coivara⁵ e de utilização do solo perduraram, as terras abandonadas após o período de exploração intensa eram em geral ocupadas por índios, negros, brancos não herdeiros e por imigrantes. Eles que formaram, no período colonial, o campesinato brasileiro (CARDOSO, 1979; MARTINS, 1983).

As mãos que trabalharam na agricultura brasileira, no período colonial, foram primeiramente as dos índios⁶. Seus braços foram utilizados principalmente para a extração do pau-brasil, baseada na relação de troca, conhecida como escambo. Com a chegada de Martinho Afonso e a divisão das terras em capitânicas, os donatários viram nos índios a força de trabalho necessária para tocar as atividades dos engenhos e fornecimento de alimentos, o que exigia trabalho mais intenso (SCHWARTZ; LOCKHART, 2002). Nesse período, nem os portugueses tinham mais interesse na troca de artigos simplórios por trabalho, assim como os índios não queriam intensificar seus esforços

⁵ Forma de limpar um terreno usando fogo.

⁶ Eles já cultivam vários produtos para seu sustento, entre eles a batata-doce, o feijão, a abóbora, o milho, entre outros.

além do seu costume. No entanto, apesar dessa situação, os índios trabalharam para os senhores de engenho na condição de escravos.

Mesmo com esta situação conflitante, os índios eram os principais cultivadores de gêneros alimentícios nas primeiras décadas de colonização. Sobre esse aspecto, os jesuítas (que chegaram com Tomé de Souza) tiveram grande influência, pois implantaram uma política de convivência pacífica com os índios, na tentativa de doutriná-los conforme as leis da Igreja Católica e facilitar o uso da sua mão de obra na agricultura e na criação de animais. Schwartz e Lockhart (2002) revelam que os engenhos e os rebanhos dos jesuítas eram os mais bem-sucedidos de toda a colônia.

Aos poucos ocorreu a substituição do trabalho escravo indígena pela mão de obra africana: no século XVII os seus braços já eram predominantes na indústria açucareira. “Em meados da década de 1580 havia sessenta e seis engenhos em Pernambuco e cerca de dois mil escravos africanos.” (SCHWARTZ; LOCKHART, 2002, p. 237).

O quesito mão de obra, como característica importante na construção histórica da agricultura brasileira, é, para Martins (1983), a principal explicação para a exclusão do camponês do cenário político, social e econômico, no período colonial. Para esse autor, a exploração do tráfico negreiro direcionado para a produção nas colônias era uma dupla forma de lucrar, pois, antes mesmo de os negros produzirem, eles já rendiam dividendos por meio dos tributos pagos por sua circulação. Posteriormente geravam lucros por meio das mercadorias por eles produzidas e negociadas pela metrópole no comércio internacional. Para o autor, o fator de produção nas grandes fazendas não era condição para o tráfico negreiro e sim o inverso: o tráfico necessitava das grandes propriedades.

O emprego da mão de obra escrava afastava a possibilidade de um maior número de pequenos produtores se agregarem às grandes fazendas na condição de produtores de cana. Sobrava para alguns destes indivíduos livres, desprovidos de títulos de propriedade de terra, a chance de se empregarem como vaqueiros, lenhadores e provedores de alimentos (SCHWARTZ; LOCKHART, 2002).

As práticas agrícolas da produção conhecidas como de subsistência ou pequena produção e que compunham juntamente com a grande produção o cenário agrícola brasileiro no período colonial, sem dúvida foram influenciadas pelos povos indígenas, já que o clima

tropical não era de todo propício para as plantas de clima europeu.⁷ Linhares e Silva (1981) relatam a crítica de um padre que identifica no manejo assumido pelos colonizadores, sob influência dos índios, um retrocesso em termos tecnológicos, uma vez que esse modo de produzir não era praticado na Europa havia pelo menos mil anos.

No período colonial, o pouco uso de tecnologia no cultivo agrícola estava vinculado à escravidão. A exploração de escravos inibia o investimento em novas técnicas, além da especialização e da divisão do trabalho, fatores que agilizavam a produção. A falta de mãos livres para o cultivo do solo era a principal causadora da destruição dos fatores produtivos. Segundo Pádua (2002), as técnicas e formas de manejo que otimizavam e garantiam longevidade à exploração de determinada cultura, adotadas na Europa, tinham a entrada impedida pela condição de vida dos escravos e a mentalidade dos senhores de engenhos brasileiros. Cardoso (1979) lembra que, na época, algumas práticas administrativas do governo não estimulavam mudanças, como no caso da relação comercial com a colônia, o custo fiscal, entre outros. Agregasse a esses fatores a existência de terra em abundância, o que proporcionava uma condição cômoda por meio do abandono das faixas esgotadas e ocupação de outras férteis.

Técnicas como a adubação com o estrume de gado, a policultura e a irrigação de terras não foram adotadas. Smzrecsányi (1998) exemplifica a precariedade das técnicas referindo-se ao processo manual para descaroçar o algodão e ao uso de força animal para moer a cana, enquanto que em outros lugares já se usava a força da água.

No final do século XVII o açúcar continuava em expansão em relação à produtividade, mas enfrentava suas primeiras crises, e é quando o ouro começa a ser explorado em Minas Gerais, por volta de 1695. Já no século XVIII a capital brasileira passa para o Rio de Janeiro; o café começa a ser cultivado e a relação de Portugal e seus vizinhos europeus se torna delicada. Nesse período, o mais importante para a agricultura brasileira foi a interiorização do país motivada pela exploração do ouro (SZMRECSÁNYI, 1998; SCHWARTZ; LOCKHART, 2002).

As terras do interior se tornaram atrativas: diversas pessoas foram na direção das Minas Gerais, e entre elas havia negros, brancos, mestiços. Segundo Schwartz e Lockhart (2002), muitos portugueses

⁷ Em relação às hortaliças, legumes e alguns frutos, os europeus logo perceberam que não era possível semeá-los. Tinham que ser transplantados, ou seja, trazidos em forma de mudas da Europa, para serem aqui cultivados. (LINHARES; SILVA, 1981)

foram atraídos pelas pedras preciosas e saíram de seu continente em direção ao Brasil. A manutenção de todo este contingente dedicado à exploração do ouro exigiu aumento significativo na produção de alimentos e na pecuária. O gado e as mulas foram os principais animais usados para alimentação e transporte de carga, criados principalmente na Bahia, Pernambuco, Piauí e no extremo sul. O gado era comercializado na forma de charque e o couro tratado para fabricação de utensílios e vestimentas. Em relação aos outros gêneros alimentícios, a produção continuava na periferia das grandes produções e a comercialização interna desses produtos se intensificou tanto no litoral como nas vilas mineradoras (SCHWARTZ; LOCKHART, 2002).

O problema do abastecimento na região mineradora não era somente de alimento. A mão de obra, inicialmente, também se apresentou como um obstáculo para quem queria investir na extração. A solução foi trazer os escravos do litoral, que trabalhavam nos engenhos. Nesse período, o açúcar apresentava problemas de comercialização, e a situação piorou com a falta e a consequente elevação do preço dos escravos. Muitos engenhos foram abandonados por parte de seus senhores, que se embrenharam no interior do Brasil na aventura do ouro (SCHWARTZ; LOCKHART, 2002).

Por volta de 1750, a receita proveniente do ouro começou a apresentar significativa queda devido ao esgotamento das minas. Embora o ouro tenha apresentado ótimos resultados para a coroa portuguesa, segundo Shwartz e Lockhart (2002) ele nunca superou os lucros obtidos com a exportação dos produtos agrícolas.

Com a chegada da Família Real ao Brasil, em 1808, e, na sequência, com a abertura dos portos para comercialização direta com outros países, as mudanças na vida econômica, social, política e cultural foram visíveis. Nesse período, os principais produtos exportados eram o açúcar e o algodão; no ano de 1820, segundo Szmrecsányi (1998), o café já ocupava o terceiro lugar e em 1840 se tornaria o produto mais vendido. A produção se desenvolvia na região sudeste, no mesmo sistema de uso da terra adotado no plantio do açúcar, ou seja, utilizava-se o solo até a sua exaustão e, com isso, se comprometia seriamente sua fertilidade natural.

Nessa época, uma ação importante da corte real foi a permissão do cultivo de outras espécies de plantas vindas do exterior, com o aperfeiçoamento do plantio das aqui existentes e tentativas de adaptação de plantio de algumas em outras regiões do país. Isso se concretizou, sobretudo, através dos jardins botânicos e dos centros de pesquisas criados nesse período. Os estudos da aclimação de plantas foram o

principal objetivo desses jardins botânicos, podendo-se indicar entre as suas maiores conquistas nesse sentido: sementes de fumo da Virgínia, cana-de-açúcar Taiti ou Otaiti, cacau nativo da Amazônia no sul da Bahia, algodão, arroz dos Estados Unidos, trigo, cânhamo, entre outros (LOBO, 1980).

A corte criou ministérios que realizaram algumas obras de infraestrutura, resultando em melhoria nas condições de produção e de escoamento por meio da criação de vias férreas e abertura de estradas. Tais melhorias foram financiadas através do aumento significativo na carga tributária (LOBO, 1980).

A regulamentação das formas de obtenção de terras foi outra política assinada pela corte, que anteriormente eram concedidas na condição de usufruto (LOBO, 1980). A lei de terras é datada de 1850, mas, no decorrer dos anos que antecederam essa data, várias medidas foram tomadas com o intuito de tornar o acesso à terra mais regulamentado e controlado. As terras, até então, não eram medidas de forma rigorosa e a posse muitas vezes era aleatória, com a concessão por parte de alguma autoridade, o que contribuiu para muitos conflitos na década de 40 do século XIX. Nessa época, a terra ainda não era considerada como mercadoria, “as vendas eram raras e o valor comercial permanecia baixo, havendo frequentemente troca de terra por bens imóveis. A falta de demarcação e de legitimidade da propriedade de terra dificultavam as transações.” (LOBO, 1980, p. 30).

A partir de 1850, o acesso à terra passou a ser por meio de compra. O intuito da lei era, principalmente, dificultar essa possibilidade aos trabalhadores livres e ex-escravos, ou seja, tentavam garantir a mão de obra para os engenhos e cafezais por meio dos obstáculos que impossibilitassem a aquisição de terra. “Na versão final, a lei de 1850 mantinha o princípio de propriedade privada; venda em hasta pública à vista e abolia o imposto territorial. As terras públicas seriam divididas em lotes de 300 ha e leiloadas.” (LOBO, 1980, p. 118).

As terras até então ocupadas foram regularizadas em repartições públicas, e sua extensão não poderia ultrapassar a maior sesmaria da região. Ao contrário do que aconteceu nos Estados Unidos, onde se fomentou a pequena propriedade por meio de condições facilitadas para aquisição de pequenos lotes, conhecidos como *farmers*, aqui se privilegiou a grande propriedade (LOBO, 1980; GUAZIROLI *et al.*, 2001).

A Lei de Terras facilitou o desenvolvimento do sistema de crédito, principalmente porque as terras tornaram-se uma modalidade de garantia mais segura. Anteriormente a essa lei, os bens colocados à

disposição dos credores como garantia no Banco do Brasil eram os escravos, as colheitas e as cabeças de gado (LOBO, 1980).

A mão de obra usada nessa fase, no auge da produção de café, foi primeiramente constituída por escravos provenientes da produção do açúcar e pelos que voltavam da exploração do ouro. O café era uma lavoura que exigia menos investimento em relação aos engenhos, sendo o fator mais dispendioso o escravo, que se tornou um produto caríssimo com a proibição do tráfico negreiro e com as políticas para pôr fim à escravidão no Brasil. A falta de escravos foi o principal aspecto que levou à diminuição significativa da produção de açúcar no nordeste, já que esse processo ficou muito caro. Com a abolição da escravidão, os cafeicultores passaram a utilizar a força dos braços dos imigrantes europeus que vieram para as terras brasileiras impulsionados pela política de colonização vigente na época.

Também tinham os trabalhadores livres e pequenos produtores que trabalhavam na abertura de novas fazendas (derrubada da mata), plantando e cultivando a lavoura a ser explorada. Quando essas plantações estivessem prontas para a colheita, o dono da fazenda vinha com seus escravos, que davam continuidade aos trabalhos. Tais lavradores, por sua vez, eram dispensados, pagos em dinheiro ou tinham o direito de ficar com os ganhos até então obtidos nessa propriedade.

Como o fazendeiro não era um senhor feudal, mas um negociante-proprietário de terras e escravos, as tarefas que não tivessem retorno econômico rápido eram executadas por trabalhadores que nem representavam imobilização de capital e salário. O camponês incumbia-se da abertura de uma fazenda e implantação do cafezal em troca do direito de plantar entre os cafeeiros gêneros de que necessitasse, como milho, feijão, algodão. Formado o cafezal, recebia um pequeno pagamento em dinheiro correspondente ao número de cafeeiros formados. (MARTINS, 1983, p. 38).

Em relação às técnicas usadas, os fazendeiros de café foram mais ambiciosos e inseriram em suas plantações algumas máquinas. Isso não se deve, segundo Smzrecsányi (1998), à entrada de mão de obra europeia, mesmo porque alguns investimentos já haviam sido feitos antes da sua chegada, mas principalmente pelas circunstâncias em que os fazendeiros estavam envolvidos. Com a mão de obra escassa e o

aumento dos rumores sobre a abolição, os investimentos em novas técnicas para o cultivo do café tornaram-se providenciais, tanto para gerar independência em relação à situação escravista, como para aumentar a produtividade.

Entre os produtos exportáveis dessa época, o algodão conquistou espaço no século XIX, mas seu sucesso foi limitado com o retorno dos Estados Unidos ao mercado internacional. Na região nordeste, o cacau também deixou de ser extraído das matas no Pará, para ser plantado na Bahia.

Cabe ressaltar que o século XIX foi marcado por decisões políticas importantes que refletiram na economia e na formação social do país. Não cabe aqui abrir uma discussão sobre o pensamento da época, que se dividia entre conservador e liberal, mas é importante lembrar que, mesmo com ideias divergentes, a condução da agricultura brasileira continuou baseada em: “produzir para exportar, sem preocupação com a produção de alimentos e as necessidades do consumo interno”. (LINHARES; SILVA, 1981, p.36). Esse assunto só se tornou uma preocupação para a elite brasileira com o aumento significativo do valor dos alimentos, já no século XX.

A virada do século XX é marcada pela Proclamação da República, a abolição da escravidão e a consagração do café como produto de grande aceitação internacional, mas o cenário conservador não foi abalado estruturalmente com tantas mudanças. A elite brasileira continuou administrando a produção baseada na grande propriedade, na exploração da mão de obra dos pobres cidadãos livres e principalmente com a monocultura (SMZRECSÁNYI 1998).

Com a crise de 1929, a ascensão do governo Vargas e o período pós-guerra, o Brasil mergulhou no desenvolvimento urbano-industrial, que, segundo Smzrecsányi (1998), foi o período em que ocorreu o crescimento da economia e a consolidação da produção e do consumo interno.

A mão de obra que permaneceu na lavoura ficou marcada por diversos conflitos, na primeira metade do século XX, ocasionados principalmente pelas dificuldades de acesso à terra, pela fome, pelas secas e pelo descaso da elite para com os indivíduos que permaneciam no meio rural. O êxodo rural foi uma das consequências e os indivíduos que se debandaram para os centros urbanos ficaram, na sua maioria, à mercê da sua própria sorte, formando os cortiços e as favelas (SMZRECSÁNYI, 1998).

A partir da década de 50 do século XX, a agricultura brasileira vivenciou a entrada de capital intermediado pelo Estado, que se

propunha a otimizar a agricultura por meio de um projeto modernizador baseado na experiência norte-americana. O intuito era viabilizar a participação da agricultura e da indústria no desenvolvimento das cidades, fornecendo respectivamente gêneros alimentícios e matéria-prima.

[...] à agricultura cabia um papel passivo no processo de acumulação, e seu dinamismo passava pela “modernização” das grandes propriedades e transformação dos antigos latifundiários em empresários rurais e fazendeiros modernos. (GUANZIROLI *et al.*, 2001, p. 28)

Esse processo ficou conhecido no meio acadêmico como período de modernização conservadora, já que as mudanças propostas só abrangeram os aspectos que iam ao encontro dos interesses da elite conservadora, ou seja, dos grandes proprietários de terra. Nesse projeto foram incentivados a adesão à inovação tecnológica, a seleção de sementes e mudas, o uso de agrotóxicos, fertilizantes químicos, entre outros (GUANZIROLI *et al.*, 2001).

Em relação à mão de obra, após os anos 50, ocorreu a intensificação do êxodo rural devido à liberação dos braços humanos no meio rural, que foram substituídos pelas máquinas. As antigas relações de clientelismo e paternalismo deram lugar aos chamados boias-frias, trabalhadores temporários que prestam serviço sazonal ou são assalariados e vivem nas periferias das cidades ou em condições de pobreza no meio rural.

É importante salientar que, no ano de 1963, foi sancionado o Estatuto do Trabalhador Rural, que concedeu aos trabalhadores rurais os mesmos benefícios da legislação social usufruídos pelos trabalhadores urbanos – Lei 4.214, de 2 de março de 1963 (GUANZIROLI *et al.*, 2001). Em meio a essa situação, a oligarquia rural optou pelo investimento em tecnologia e por diminuir ao máximo o uso dos trabalhadores temporários, devido ao ônus que essa lei implicava em termos de contribuição social. Consequentemente houve aumento no contingente de desempregados e esses trabalhadores rurais temporários, como afirmam Guanziroli *et al.* (2001), ou foram arriscar a vida na cidade ou tentaram as fronteiras agrícolas, na região centro-oeste.

Ainda na década de 60 o país vivenciou a implantação de uma política pública que almeja uma melhor distribuição das terras brasileiras. O projeto de Reforma Agrária se propunha a desapropriar

grandes faixas de terras improdutivas ou mesmo a aquisição por parte do Estado de terras produtivas para a posterior distribuição entre trabalhadores sem terras ou com extensão reduzida inviável para sua reprodução (GUANZIROLI *et al.*, 2001). No regime militar o projeto se fundiu com as diretrizes do projeto modernizador, por meio do Estatuto da Terra, e como tal acabou priorizando algumas regiões e determinados grupos, principalmente pelo incentivo ao processo de ocupação da fronteira. Este período ficou marcado pelos incentivos fiscais para ocupação da Amazônia Legal e conseqüentemente pelos inúmeros conflitos deflagrados entre posseiros, índios e as grandes empresas beneficiadas (MARTINS, 2003).

Já no governo de Fernando Henrique Cardoso, uma nova conjuntura se formou a partir de diversas demandas, principalmente sociais, e fez com que o tema da Reforma Agrária fosse retomado. Martins (1999) afirma que os trezentos milhões de assentados da reforma agrária não representam a solução do problema fundiário no Brasil, mesmo porque

A questão agrária é, no Brasil, como em tantas outras partes do mundo, também uma questão política, pelo conjunto de interesses sociais e políticos que acumulou na definição e na sustentação das classes dominantes, particularmente os setores que expressam os interesses relativos à propriedade da terra. O Brasil tradicional e arcaico da dominação patrimonial, do clientelismo político, do coronelismo, é também um produto do regime fundiário e parte da questão agrária. Não fosse assim, a reforma teria sido feita e concluída há muito tempo. (MARTINS, 2003, p. 167).

A modernização da agricultura brasileira atingiu seu ápice na década de 80 e se mostrou cada vez mais ligada ao mercado e ao capital industrial, formando o que ficou conhecido como complexo agroindustrial (GUANZIROLI *et al.*, 2001). Duras críticas foram feitas a esse projeto político de modernização, especialmente por ele ser excludente, abranger principalmente as regiões sul e sudeste e privilegiar algumas culturas e grandes propriedades.

Em contrapartida, a década de 90 reservou ao cenário brasileiro maior manifestação dos movimentos sociais, uma forte crise econômica e a consolidação social da agricultura familiar. A agricultura familiar foi

objeto de políticas governamentais próprias, com a criação de secretaria específica na esfera do governo federal e toda uma vinculação com outras entidades e organizações que a legitimaram, como grupos ambientalistas ou ligados à economia solidária.

A entrada dessa categoria na história da agricultura brasileira deriva dos desdobramentos do movimento social denominado de campesinato, ou seja, o grupo de trabalhadores considerados menos capitalizados – com pequena produção ou de subsistência, produção com base no trabalho familiar – e que acompanharam o desenvolvimento da agricultura às margens das grandes lavouras. A principal característica desse movimento vincula-se na busca de equilíbrio na produção, procurando conciliar as exigências externas com as exigências internas.

Para Wanderley (1999), a influência das cidades, a centralização do mercado e, recentemente, a globalização são aspectos que obrigaram o campesinato a se adequar conforme suas necessidades e seus princípios, o que resultou, hoje, na agricultura moderna. Essa agricultura se apresenta com uma nomenclatura diferenciada, mas conserva algumas características, que, segundo os clássicos, são de origem campesina. Os outros aspectos agregados ao longo do tempo a tornam moderna em relação às práticas produtivas e à estrutura socioeconômica.

Por fim, a história da agricultura brasileira é constituída de diversos atores e diferentes cenários. Incluí-las num único palco é uma tarefa, para não dizer impossível, de difícil alcance. Mas, independente da abordagem que qualquer pesquisador optar para analisá-la, perceberá que a agricultura foi e permanece sendo um dos pilares da economia brasileira. Mesmo em tempos modernos de forte industrialização, a agricultura continua fortalecendo e mantendo o desenvolvimento, seja fornecendo matéria-prima, mão de obra, nivelando o custo de vida do trabalhador urbano ou mesmo assumindo tarefas sociais como a proteção ambiental.

A pequena propriedade, a agricultura familiar ou mesmo camponesa, todas com base na produção familiar, não são sinônimo e nem podem ser classificadas como produção de subsistência exclusivamente, e nem na de condição de improdutiva. Desde o período colonial a produção dessa categoria sustentou as grandes propriedades,

abastecendo-as com diversos produtos⁸. Para Wanderley (1999), o camponês brasileiro sempre esteve em busca de uma produção rentável e estável, seja ela nos ramos de alimentos para o mercado interno, seja para exportação⁹ ou autoconsumo.

Se considerarmos a agricultura familiar como uma unidade produtiva em que a força de trabalho está baseada na família e que preserva características camponesas de produção, na qual está envolvida a autonomia (LAMARCHE, 1998; WANDERLEY, 1999), o histórico brasileiro conta com essa modalidade desde o modelo de produção do período colonial baseada em latifúndios, mão de obra escrava e direcionada para a exportação.

A agricultura familiar é resultante da interligação entre antigas práticas e o modo de vida camponês com as novas práticas e a lógica de produção e comercialização dos produtos. A compreensão das peculiaridades que envolvem essa categoria se torna primordial para localizar, definir e conceituar em que se constitui esta forma de produzir e de se relacionar no meio agrícola. Lamarche (1998, p. 235) explica que “a agricultura familiar não funciona mais segundo a lógica camponesa”. A produção agrícola familiar busca maximizar o lucro e otimizar os resultados em relação aos recursos da unidade de produção, mas essa “unidade não funciona como qualquer outra empresa”.

A interligação da agricultura familiar com o mercado e com as formas capitalistas de desenvolvimento se dá de maneira parcial e flexível, mas os reflexos são sentidos direta ou indiretamente na sua vida social e econômica (ABRAMOVAY, 1992). Para esse autor, a produção de mandioca no nordeste serve como exemplo, pois

[...] responde a este critério de flexibilidade: o agricultor pode “jogar” com as condições de mercado e optar pela venda ou pelo consumo direto do produto em função da situação momentânea e de sua expectativa com relação aos preços. [...] Comercializar a farinha de mandioca ou reservá-la ao consumo familiar não significa que o mercado deixe de ser levado em

⁸ A cultura do fumo e da mandioca são exemplos de culturas que foram feitas em quintais por agricultores que não dispunham de mão de obra externa ao núcleo familiar e nem contavam com incentivos.

⁹ O fumo é um exemplo do tipo de produção que foi cultivado pelo agricultor do tipo camponês e cujo grau de rentabilidade foi comprovado pela própria coroa portuguesa, que organizou todo um aparato para poder explorar e exportar esse produto. Para mais detalhes, ver Nardi (1996).

consideração, mas que o camponês atua segundo uma estratégia na qual o grau de sua integração ao mercado não é dado de antemão e é, neste sentido, parcial. (ABRAMOVAY, 1992, p. 115)

Do ponto de vista político-econômico, a legitimação da agricultura familiar se deu no auge da crise da década de 80, com a reestruturação política nacional. A crise econômica estava ligada ao índice de inflação alto, ao saldo devedor com o Fundo Monetário Internacional (FMI), ao processo de abertura do mercado e de relações econômicas diferenciadas com outros países, entre outros fatores. Politicamente falando, a insatisfação era quase que generalizada, já que a população esperava significativa melhora com o fim do regime militar. Nesse contexto os movimentos sociais se organizavam com o intuito de pressionar a elaboração de agendas que atendessem suas principais necessidades.

No ambiente acadêmico e político, a agricultura familiar brasileira ganhou visibilidade e legitimação a partir da década de 90 do século passado (CAUME, 2009; SCHNEIDER, 2007). Esse grupo social chamado de agricultores familiares ganhou visibilidade política na medida em que a academia apresentou pesquisas que demonstravam a necessidade de um novo pensar e agir para o campo, já que sua configuração social havia se modificado estruturalmente. Os movimentos sociais, com destaque para a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), se apresentaram no cenário político reivindicando direitos como créditos, melhores preços, previdência social, políticas que regulamentassem o comércio externo de produtos agrícolas, entre outros (SCHNEIDER, 2007).

O Estado respondeu implantando políticas de incentivos direcionadas para a agricultura familiar, com a criação, por exemplo, do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap), em 1994, que posteriormente foi transformado em Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996, em vigor até os dias de hoje. Institucionalmente falando, a agricultura familiar vem apresentando um crescimento significativo e uma visibilidade notória. Ela conta com uma secretaria subordinada ao Ministério do Desenvolvimento Rural, o qual desenvolve políticas para essa categoria, auxiliada por alguns intelectuais que desenvolvem pesquisas norteadoras dessas políticas de desenvolvimento. Suas ações se capilarizam até os Estados da Federação por meio de secretarias, de políticas de Assistência Técnica e Extensionismo Rural (ATER) e outras entidades.

Uma importante colaboração para essa legitimação é a apresentação de um relatório resultado de um trabalho de pesquisa feito pelo projeto FAO/INCRA em 1994, que sugeriu uma série de políticas respeitando os grupos sociais distintos no cenário agrícola brasileiro identificados neste projeto.

Schneider (2007, p.11) lembra que

[...] tanto a agricultura familiar como os agricultores que hoje são assim denominados sempre existiram, e não se trata de uma novidade. Mas é mister reconhecer que foi na primeira metade da década de 1990 que esta noção se firmou como uma categoria política, o que lhe confere atualmente uma extraordinária legitimidade a tal ponto de se consistir como referência em oposição a outras noções igualmente poderosas, como a de agronegócio, por exemplo.

A agricultura familiar, como um modo de fazer agricultura, se apresenta hoje como uma modalidade que, além de eficiência, apresenta uma série de multifuncionalidades que a fortificam e sustentam a sua importância num mundo globalizado. O seu grau de autonomia, as formas de coprodução, a artesanidade, a redução dos custos de produção e as formas colaborativas de produção são consideradas por Pløeg (2008) como os principais indícios de um processo de recampesinização que, no Brasil, chamaríamos de agricultura familiar tipo empresarial.

Atualmente a agricultura familiar está no centro das discussões. Principalmente pela consolidação de sua agilidade como setor estratégico para o comércio interno – e indiretamente para o externo – na esfera social e agora também ambiental. Por isso, muitas análises estão sendo realizadas devido a essa importância e também em decorrência dos erros já cometidos anteriormente, no que tange aos projetos para esse setor tão particularmente distinto dos complexos agroindustriais. Para Guanzirolí *et al.* (2001), as decisões precipitadas tomadas no passado recente brasileiro resultaram num desastre social de grandes proporções.

A partir dessas discussões, aspectos relacionados ao desenvolvimento rural, territorial e sustentabilidade estão sendo incorporados à agricultura familiar, propiciando assim um rearranjo nas

formas produtivas, ou seja, uma reavaliação dos processos produtivos rurais.

A análise profunda das estratégias para esse segmento almeja potencializar a produção e concomitantemente seguir os critérios rigorosos de qualidade. As políticas de reconversão de culturas altamente prejudiciais ao meio ambiente ou aos trabalhadores, por exemplo, estão sendo fomentadas pelas instituições públicas ligadas à pesquisa e à extensão rural. Entre os representantes dessas iniciativas estão os projetos para a produção de biodiesel, plantas medicinais e fitoterápicos, agroturismo, diversificação produtiva, entre outros (BRASIL, 2010; SCHNEIDER, 2007).

Dentro deste novo contexto cabe observar como as políticas públicas e as instituições de pesquisas estão atuando, cada uma dentro do seu campo, para o atendimento destas novas necessidades em meio às novas perspectivas sociais, culturais e econômicas desse setor.

2.2 A agricultura e o Estado no mundo contemporâneo e as políticas públicas brasileiras para o setor agrícola

O fenômeno da globalização trouxe questionamentos sobre a participação do Estado nas grandes decisões, principalmente, econômicas. A ideia de autorregulamentação sugere que o mercado atue num sistema autopoietico, desafiando seus integrantes a se manterem atentos às exigências do meio, adequando-se a elas. Nesse contexto, o Estado teve seu papel reduzido, em muitos casos, a coadjuvante nesse processo de desenvolvimento. As instituições internacionais passaram a ser intermediadoras e a ter poderes e funções que até então eram assumidos pelo corpo diplomático e chefes de Estados das nações.

A globalização e a economia neoliberal exigem do Estado nacional um novo papel. Para Santos (2002, p.39)

A tendência geral consiste em substituir até ao máximo que for possível o princípio do Estado pelo princípio do mercado e implica pressões por parte de países centrais e das empresas multinacionais sobre os países periféricos e semiperiféricos no sentido de adotarem ou se adotarem às transformações jurídicas institucionais que estão a ocorrer no centro do sistema mundial.

Para Mattelart (2002), na contemporaneidade, tenta-se substituir a centralidade, a territorialidade e a materialidade pelo descentralismo e pela globalização, acreditando que a sociedade precisa assumir o poder, dispensando-se assim a intermediação e a regulação do Estado. Para o autor, esse ideal teve sua estrutura abalada pelos graves acontecimentos ligados a ataques terroristas, os quais provaram que a leveza e a flexibilidade implantada pela globalização não garante a segurança ao mundo real.

O mito tecnolibertário do fim do Estado-nação perdeu suas cores nas cinzas das duas torres do World Trade Center. Com a união sagrada, a América ultraliberal redescobriu as virtudes do nacionalismo e do intervencionismo do Estado. (MATTELART, 2002, p. 152).

Assim, acontecimentos como a queda do World Trade Center, a crise dos Tigres Asiáticos e a quebra dos bancos norte-americanos desencadearam uma série de consequências econômicas, sociais e políticas, o que fez com que se repensassem diversas diretrizes do capitalismo e o próprio processo de globalização. Entre essas reanálises estão o papel do Estado como interventor nas questões econômicas e de comércio exterior, o próprio conceito de nação, o territorialismo, a xenofobia e a responsabilidade ambiental que estão sendo colocadas na mesa para discussão.

Por outro lado, a desregulamentação do Estado tem levantado questionamentos que envolvem o setor agrário. A história da agricultura familiar moderna, tanto nos Estados Unidos como na Europa, envolveu e envolve ainda grandes incentivos por parte do Estado, com o intuito de aumentar a produção e nivelar os preços dos produtos alimentícios.¹⁰ O caso europeu guarda interessante particularidade porque a forte tradição camponesa, que se reflete na atual estrutura da agricultura familiar, apresenta ao longo dos tempos significativa intervenção do Estado. Em outras palavras, os investimentos feitos pelo Estado, principalmente no pós-guerra, em tecnologia, melhoramento das práticas de cultivo e

¹⁰ No caso da França, fica evidente essa contribuição. Primeiramente ao considerar a relevância da agricultura familiar no desenvolvimento do país e na sua importância social. Segundo Cazella (2008), o Estado francês desenvolveu projetos de grandes amplitudes que almejaram integrar e desenvolver as particularidades locais, sem abandonar a ideia do nacional e assim promover o desenvolvimento agrário.

políticas para inserção no mercado transformaram a agricultura familiar em sinônimo de eficiência¹¹ e consagraram a Europa como o segundo maior exportador de produtos agrícolas (ABRAMOVAY, 1992).

O panorama descritivo da agricultura familiar contemporânea seria inaceitavelmente incompleto se nele não se incluíssem ao menos alguns aspectos referentes à organização dos mercados e ao papel crucial desempenhado pelo Estado. (ABRAMOVAY, 1992, p. 180)

No caso brasileiro, o modelo não priorizou o desenvolvimento da agricultura familiar. As políticas e os investimentos foram direcionados para a grande produção e para determinadas culturas, assim como foram privilegiadas algumas regiões do país. Nesse quesito, as críticas para o plano de desenvolvimento da agricultura brasileira estão direcionadas às exclusões e aos problemas sociais gerados por essas decisões.

Na economia globalizada das últimas décadas tem-se discutido e questionado esta presença do Estado, como visto, principalmente porque a nova organização econômica almeja um mercado autorregulável, livre de qualquer interferência, regido simplesmente por instituições que agiriam como cortes internacionais capazes de julgar e ditar as regras das trocas mercantis. Para Buainain (2007), a proposta atual para o papel do Estado é limitada a acompanhar o andamento das trocas, sua acomodação na sociedade e atuar somente em casos de correções e fornecimento de aparatos para o desenvolvimento mercantil.

As intervenções, quando necessárias, não devem ser contra ou em substituição ao mercado; ao contrário, devem procurar reduzir as chamadas falhas do mercado e desenvolver e ampliar o alcance dos mecanismos de mercado. (BUAINAIN, 2007, p. 80)

O autor segue afirmando que se podem questionar os objetivos dos investimentos e das políticas agrícolas, assim como os resultados já alcançados tanto de produção como sociais, mas pensar o setor agrário

¹¹ A eficiência europeia de produtos agrícolas chegou a gerar a situação de superprodução e problemas ambientais decorrentes do modelo desenvolvimentista adotado, que tinha como base o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos.

sem a assistência estatal é fadá-la ao fracasso. Norton (1993 *apud* BUAINAIN, 2007) lista os instrumentos de intervenção do Estado de maior peso no desenvolvimento agrícola: a) incentivo produtivo e para investimentos; b) viabilidade para acesso a fatores de produção como terra, mão de obra, tecnologia e capital; c) acessibilidade aos mercados, insumos, informações e serviço; d) as instituições.

Em concordância com o que advoga Buainain (2007) em relação à importância do Estado na manutenção e desenvolvimento do setor agrícola estão vários cientistas, entre eles Ricardo Abramovay (1999), José Eli da Veiga (1999) e Sérgio Schneider (2004), os quais apontam diversos fatores que fazem da agricultura um setor que merece atenção especial do Estado.

O aspecto sazonal que envolve a produção no campo torna o setor mais suscetível a determinados riscos que o setor industrial. A produção ocorre simultaneamente, ou seja, todos os produtores de uma determinada cultura colhem juntos, acarretando muitas vezes num excesso de produção que, em situação normal de mercado, provoca a queda do preço. E em geral a perecibilidade dos produtos agrícolas não permite o seu armazenamento por muito tempo.¹² Além da sazonalidade, existem as questões climáticas e ambientais, as quais podem ser determinantes na produção. O conjunto desses fatores faz da agricultura um setor vulnerável e de difícil planejamento. Normalmente, nas outras esferas da economia os imprevistos decorrentes de alterações internas ou externas são resolvidos identificando os gargalos e ajustando os processos, enquanto que na agricultura são poucas as ocasiões em que essas possibilidades são viáveis (BUAINAIN, 2007).

O avanço tecnológico do setor agrícola não garantiu que esses agentes se tornassem passíveis de controle na sua totalidade. Outro fator importante, merecedor de atenção do Estado, é a liberação de capital tanto para infraestrutura como de giro. Segundo Buainain (2007), na agricultura os períodos de entrada e saída de capital ocorrem em tempos distintos, enquanto que na indústria, em geral, é possível conciliar pelo menos parcialmente. Na agricultura, primeiramente se investe nas lavouras ou na manutenção dos animais, e somente após o período de safra ou de criação é que o produtor recebe pelo seu produto. A necessidade de capital de giro na agricultura é elevada e dependente de políticas de crédito rural.

¹² O armazenamento para o pequeno produtor é uma realidade, em muitos casos, distante, porque sua produção não é grande o suficiente para investir em paióis ou armazéns. Essa possibilidade é viável entre produtores organizados em cooperativas, por exemplo.

As políticas de crédito no qual se refere o autor estão inseridas no grupo de políticas públicas setoriais, ou seja, com direcionamento específico. As políticas públicas são divididas em setoriais e macros de alta complexidade. As políticas setoriais se baseiam em análises que usam estruturas independentes, diminuindo assim sua complexidade, mas que excluem estudos e metodologias que envolvem projetos políticos e que trabalham com variáveis importantes capazes de nortear todo o processo de elaboração e execução das mesmas (FREY, 2000). A política pública do tipo macro almeja elaborar projetos a partir de uma análise ampla do sistema e todas as suas inter-relações. Delgado (2001) afirma que no âmbito de políticas macroeconômicas não ocorrem ações com reações parciais e, devido a suas amplas conexões, os resultados podem chegar a patamares inesperados.

As políticas regulatórias, por exemplo, trabalham no intuito de direcionar, modificar ou influenciar a economia (BUAINAIN, 2007). Essas políticas podem estar interligadas e atingirem uma série de setores, alcançando um nível macro de atuação, como também podem atingir somente um determinado setor. As políticas setoriais são direcionadas para atender as especificidades, os pontos fracos e os gargalos que impedem o desenvolvimento de algum setor. Mas cabe ressaltar que há casos de políticas setoriais que, vistas num cenário mais amplo, em conjunto com outras políticas, acabam sendo contraditórias entre si. Em outras palavras, as políticas podem estimular uma determinada produção a partir do detrimento ou do congelamento de outra. Por isso, falar de políticas públicas exige do pesquisador atenção para o campo de forças ligado aos grupos políticos formadores e executores de tais políticas.

A ciência política, a sociologia e a economia são as áreas do conhecimento que mais se debruçam sobre o tema das políticas públicas. No caso brasileiro, essas áreas buscam na literatura internacional produções capazes de iluminar e elucidar o trajeto a ser percorrido, os questionamentos a serem feitos, as limitações e os principais obstáculos em conceituar políticas públicas nacionais (FREY, 2000; SOUZA, 2003; 2006).

Para Souza (2006), as políticas públicas se apresentam como tema de discussão de diferentes áreas do conhecimento, que apontam para produções com características gerais do tema, ou seja, de forma holística, sem a distinção analítica da real importância dos fatores que as compõem.

As políticas públicas adotadas no período pós-guerra, principalmente pelos países em desenvolvimento, foram, segundo

Delgado (2001), do tipo substituição de importação, a qual almejava transferir recursos para o setor industrial em desenvolvimento através de fornecimento de alimentos e mão de obra baratos. Entre os instrumentos de políticas já usados no Brasil para a agricultura estão: plano safra; valor básico de custeio; limite de financiamento; condições de financiamento; volume de recursos disponíveis; instituições ou canais de distribuição; preço mínimos; crédito para comercialização; aquisição direta do setor público; preço de liberação dos estoques; cédula do produtor rural; contrato de opção de venda e seguro agrícola (BUAINAIN, 2007).

As políticas públicas para o setor agrícola estão divididas principalmente em: agrícolas, agrárias e de desenvolvimento rural. A política agrícola engloba as direcionadas para a infraestrutura econômica e social através de impostos, pesquisa e tecnologia, ou seja, há maior probabilidade da parcela dos agricultores mais interligados com o mercado, seja pelas agroindústrias ou mesmo com ligações diretas com o setor de exportação se beneficiarem dessa política. A política agrária, por sua vez, procura regularizar o fator terra, agindo sobre questões como posse e estrutura da propriedade “[...] de intervenção direta em estruturas existentes, tendo em vista sua alteração ou consolidação – de longo prazo, pois seus efeitos serão plenamente percebidos apenas passado algum tempo após sua implementação” (DELGADO, 2001, p. 24). Mas cabe ressaltar, ainda segundo Delgado (2001), que ambas as políticas, mesmo sendo tratadas de forma distinta em relação ao seu campo de atuação – o que para ele é sinônimo de atraso – complementam-se direta ou indiretamente.

A política de desenvolvimento rural é, por sua vez, uma tentativa de integração das políticas agrícolas com as políticas agrárias, direcionada para a parcela da população rural mais descapitalizada e com o intuito de abranger as particularidades que envolvem esta camada que até então se encontravam excluídas de qualquer tipo de política.

Para Delgado (2001, p. 28), esse tipo de política ainda não conseguiu atingir o seu objetivo. Primeiramente porque os projetos são elaborados desconsiderando os mecanismos de sua execução: “[...] os programas de desenvolvimento rural não podem desconsiderar nem as condições políticas de sua execução, os embates de forças desiguais e as alianças necessárias para a sua viabilização [...]”. E, posteriormente, porque essa camada da população é inferior à urbana em termos de número e organização, acarretando assim na inviabilidade de uma representação política para a categoria, dificultando a sua participação efetiva na formulação de políticas econômicas e sociais.

[...] as políticas diferenciadas devem ser um instrumento de fortalecimento político do campesinato, de sua organização e representação, formas democráticas de integração do mesmo ao desenvolvimento econômico, político e social do País, o que significa que têm de ser necessariamente descentralizadas e participativas, além de possuírem uma política fundiária claramente delimitada. (DELGADO, 2001, p.28).

Delgado (2001) agrega a essa discussão a política agrícola ativa, a qual tenta agir de forma setorial a fim de minimizar os efeitos das políticas mais complexas, do tipo macro, e que atuam em conformidade com os acordos e as circunstâncias globais, através de ações *autônomas e específicas*.

A peculiaridade da agricultura familiar em relação às outras formas de produção ganha um realce no caso brasileiro tanto na trajetória histórica, como nas políticas a ela direcionadas. Primeiramente, porque no Brasil a agricultura familiar ficou durante muito tempo à mercê da suas próprias habilidades e em muitos estados da federação em situação de miserabilidade, mas sobreviveu até sua aceitação como um movimento social, apto a produzir e apresentar bons resultados. Em relação aos investimentos realizados para a agricultura, eles foram, na sua maioria, destinados aos grandes produtores, principalmente para os de produtos exportáveis e privilegiando algumas regiões do país, excluindo assim a produção familiar.

O cenário político brasileiro foi se modificando ao longo dos anos de 1980, propiciando a consolidação e a aceitação da agricultura familiar na década de 90. Esse período foi marcado pela transição do regime ditatorial para um cenário democrático. Uma diversidade de ações e grupos sociais surgiu ou mesmo teve mais expressão; a esfera pública ampliou sua área de atuação e com novas prerrogativas e concepções; a participação social se tornou um instrumento para levantar a credibilidade das ações governamentais e concretizar o sonho democrático.

Nos países desenvolvidos, o modelo de progresso em voga na época já abrangia formas distintas de condução das políticas públicas. O desenvolvimento local abria o caminho para a participação social mais efetiva, viabilizando a participação de atores sociais até então excluídos

ou com baixa integração nas decisões políticas¹³. Nesses países, a agricultura familiar já ocupava um lugar significativo, enquanto que, no Brasil, era sinônimo de pobreza, atraso e de baixo rendimento.

No Brasil, com o segundo processo de redemocratização, na década de 80, a descentralização política concedeu mais autonomia para os estados da Federação, situação que se estendeu até os municípios, os quais passaram a ter liberdade para direcionar e organizar políticas em conformidade com suas necessidades e peculiaridades.¹⁴ Diante deste novo cenário político, na sociedade civil, alguns grupos se organizaram com o intuito de se fortalecerem e, dentro deste novo quadro, se inserir como agentes ativos na construção de um novo país. As influências externas, as novas agendas sociais, econômicas e, recentemente, ambientais levaram ao processo de repensar as particularidades, as potencialidades e as dificuldades da agricultura familiar.

Essa forma de organização política se estendeu aos municípios por meio dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs), que em alguns lugares já existiam, mas eram conhecidos por outra nomenclatura. Mesmo sendo um ambiente artificialmente criado, na maioria dos municípios os CMDRs têm como concepção a participação ativa dos atores sociais locais e são “instaurados e funcionam com vista à captação de recursos alocados pelas esferas estadual e nacional de poder.” (SILVA; MARQUES, 2004, p.14)¹⁵.

Para Silva e Schneider (2004), esse processo de redemocratização envolveu quebras de paradigmas do âmbito político devido ao regime ditatorial que o Brasil presenciou até os anos 80. Política significativamente autoritária, de repressão, exclusão, de poder local e de disputa entre representantes de uma sociedade conservadora. A criação desses ambientes é capaz de favorecer um diálogo mais igualitário, oportunizando aos que até então se encontravam excluídos das grandes decisões a possibilidade de serem vistos e ouvidos.

Dentro deste contexto democrático, de autonomia política, de abertura e valorização de outras formas produtivas, o Programa de

¹³ A França apresenta projetos que vão ao encontro da produção familiar. Seus projetos e pesquisas influenciaram e influenciam muito nas políticas públicas brasileiras para a agricultura. Existem convênios entre universidades brasileiras e francesas que comprovam essa relação.

¹⁴ A dimensão continental do Brasil é normalmente levantada como um dos principais obstáculos em termos de políticas socioeconômicas devido às peculiaridades de cada região tanto no aspecto ambiental, populacional, climática, cultural, entre outros.

¹⁵ Atualmente os CMDRs atuam somente sobre os recursos de infraestruturas do PRONAF, o que impossibilita uma participação mais ativa sobre o desenvolvimento local e a atuação dos atores sociais.

Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP) e, posteriormente, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) entram como uma política específica para atender um dos grupos considerados até então excluídos. Segundo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), baseado no censo 1995/96, são 4.139.369 estabelecimentos do tipo familiar, compreendendo 85,2% dos estabelecimentos rurais do país.

O Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP) de 1994 foi criado no governo de Itamar Franco com o objetivo de atender as reivindicações dos agricultores, principalmente da Região Sul e do Nordeste que sofriam as consequências da crise da década de 80¹⁶. O PROVAP contava basicamente com os recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As políticas desse programa não foram ao todo impactantes, mas já apontavam para uma nova forma de ver e reconhecer a agricultura familiar como uma categoria específica, a qual ganharia política própria, desfigurando assim o cenário que até então a colocava em disputa direta por crédito com grandes produtores (MATTEI, 2006).

Já no governo de Fernando Henrique Cardoso, o PROVAP, por meio do Decreto Presidencial 1.946, em 1996, é transformado no PRONAF, passando por significativas mudanças. Os critérios para a concessão de crédito basearam-se na publicação do relatório do convênio FAO/INCRA, publicado nos anos de 1994 e 1999, que identificou e classificou cinco grupos de agricultores familiares conforme sua renda. Esse estudo evidenciou a necessidade de diferenciar as regras para o acesso aos recursos, distinguindo assim os agricultores familiares de outros tomadores de crédito. Por isso, o sistema financeiro recebeu incentivos para atender de forma diferenciada os agricultores familiares, diminuindo, por exemplo, a taxa anual de juro. O PRONAF tornou-se um marco, tanto como programa de financiamento direcionado para agricultura familiar, como meio de consolidação e para a aceitação de uma categoria importante do setor econômico, que necessitava de atenção diferenciada para o seu crescimento e também para a sua reprodução dentro das novas exigências do mercado livre. O PRONAF promoveu essa categoria por meio de financiamento e transferência de tecnologia, primando pelo desenvolvimento com respeito às novas exigências da sociedade nos

¹⁶ Esse grupo pressionou o governo federal através de algumas instituições como a CUT e a Contag.

aspectos alimentar e ambiental e, conseqüentemente, gerou mais emprego e melhoria a qualidade de vida dos agricultores. Além disso, o surgimento desse programa representa o “reconhecimento e a legitimação do Estado em relação às especificidades de uma nova categoria – os agricultores familiares –, que até então era designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência”. (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004, p. 21)

O principal objetivo do PRONAF foi criar mecanismos que viabilizassem a produção por meio de crédito rural e de apoio institucional, visando aumentar a geração de emprego no campo e melhoria da qualidade de vida. Conseqüentemente, atendendo a demanda que se tornava cada vez mais presente e que assumia um papel estratégico, principalmente com a mudança do cenário político brasileiro, com a abertura de mercado e as alianças feitas entre os países da América Latina.

O PRONAF é um programa que visou auxiliar financeiramente os projetos individuais ou coletivos de agricultores familiares ou assentados da reforma agrária, atuantes nas atividades agropecuárias e não agropecuária¹⁷ e que utilizam em seus trabalhos a mão de obra familiar. Os critérios de seleção do público a ser beneficiado pelo PRONAF, segundo o Manual operacional do PRONAF, são :

- a) trabalhar na terra em condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário (assentado) do Programa nacional de reforma agrária (PNRA);
- b) residir na propriedade rural ou em local próximo;
- c) dispor de área inferior a quatro módulos fiscais. O módulo fiscal é uma unidade de medida expressa em hectare fixada para cada município. Varia de 5 a 110 hectares;
- d) ter renda bruta anual do grupo familiar entre R\$ 6 mil e R\$ 110 mil com pelo menos 70% provenientes da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento, ou abaixo de R\$ 6 mil com pelo menos 30% provenientes da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;
- e) ter, no máximo, dois empregados, sendo que a mão de obra deve ser prioritariamente familiar. eventualmente, em épocas

¹⁷ Entende-se por serviços, atividades ou renda não agropecuários aqueles relacionados ao turismo rural, à produção artesanal, ao agronegócio familiar e à prestação de serviços no meio rural que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão de obra familiar. (BRASIL, 2008).

de plantio e colheita, pode ter mão de obra temporária, devendo essa mão de obra ser predominantemente familiar (CARTILHA DE ACESSO AO PRONAF, 2011).

Schneider, Cazella e Mattei (2004) realizam uma análise do Manual Operacional do PRONAF e verificam que o programa elege quatro objetivos centrais para o revigoramento do setor produtivo ligado à produção familiar:

- a. ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares;
- b. viabilizar a infraestrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares;
- c. elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social;
- d. estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos.

Importantes mudanças já foram realizadas concomitantes à aplicação da política de fortalecimento da agricultura familiar, sendo que, em 1997, foram assinados os primeiros contratos de infraestrutura para com os municípios e foram incluídos mais grupos beneficiados, como os pescadores artesanais, aquicultores e seringueiros extrativistas (BEDIN, 2005).

Tais mudanças foram baseadas em pesquisa realizada que subdividiu os agricultores familiares em grupos¹⁸, usando como critério as variáveis renda e mão de obra. A nova forma de subdivisão tornou mais justa a distribuição de recursos, já que o objetivo era auxiliar o desenvolvimento dos menos providos de capital (MATTEI, 2006).

Para Chrysostemos (2009), o ano de 1999 teve como marco significativas modificações do PRONAF. Tais modificações foram baseadas em estudo realizando por meio de convênio entre a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)

¹⁸ Os Grupos de público-alvo do PRONAF, a partir de 2000, foram ampliados para quatro categorias: Grupo A – assentados da reforma agrária e por Cédula da Terra e Banco da Terra (com a incorporação do Proceca ao PRONAF); Grupo B – miniagricultor familiar, até então excluído das linhas de financiamento, com renda bruta anual de até R\$ 1.500,00 e sem utilização de qualquer tipo de mão de obra não familiar; Grupo C – agricultor familiar com renda bruta anual entre R\$ 1.500,00 e R\$ 8.000,00, podendo utilizar mão de obra de empregados temporários; Grupo D – agricultor familiar com renda bruta entre R\$ 8.000,00 e R\$ 27.500,00, podendo utilizar até dois empregados permanentes. (SHAPPO, 2003, p.102)

e o INCRA¹⁹. Destaca-se que ocorreram mudanças na classificação dos grupos que seriam aptos a receber os recursos PRONAF e na localização e quantificação no cenário nacional da agricultura familiar. Assim, foi possível detectar que a pequena agricultura ocupava em torno de 85% das propriedades rurais do país e estava distribuída na seguinte proporção: Nordeste 49,5%; Sudeste 15,3%; Sul 22%; Centro-Oeste 4% e a Região Norte com 9,2% (CHRYSTHEMOS, 2009, p. 12). Nesse mesmo ano foi aprovada a liberação de financiamento para atividades não agropecuárias, mas estas deveriam estar ligadas ao fomento da agricultura familiar ou ao meio ambiente (BEDIN, 2005). Na safra 2003/2004 foram criadas as modalidades como o PRONAF alimentos, que busca estimular a produção de determinados produtos (arroz, feijão, milho, mandioca e trigo); o PRONAF pesca; o PRONAF mulher; o PRONAF jovem rural, entre outras (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004).

Na primeira fase do PRONAF, a Região Sul apresentou-se como a maior beneficiária dos recursos liberados. Isso se deve, segundo Mattei (2005), à tradição de luta por crédito que atribuiu a essa região maior organização, a presença das agroindústrias, entre outros. Mas as alterações feitas na política de fortalecimento, no decorrer do tempo, mudaram esse quadro: a distribuição ficou mais capilarizada em termos territoriais, atingiu categorias mais descapitalizadas e os recursos foram consideravelmente maiores em relação aos primeiros anos de atuação.

O programa, operacionalmente falando, se propunha inicialmente a financiar as despesas da safra – a chamada linha de custeio –, mas sua abrangência se ampliou e foi lançada a linha investimento, com o objetivo de liberar capital para a aquisição de maquinário, melhoria na propriedade, entre outros. Os financiamentos tipo infraestrutura via conselhos municipais, projetos de profissionalização dos agricultores e de fomento à pesquisa e extensão foram criados posteriormente (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004).

A linha do PRONAF Infraestrutura representa com maior vigor os objetivos mais democráticos do Estado, ou seja, explícita uma política menos excludente. A linha foi elaborada de forma que os

¹⁹ Foram dois documentos produzidos pelo convênio FAO/INCRA que auxiliaram na formulação e posteriormente na alteração do PRONAF. O primeiro, de 1994, serviu para quantificar os estabelecimentos familiares e classificou agricultura do tipo familiar e patronal; e em 1999 foi publicado o documento que subdividiu os agricultores familiares em categorias conforme renda bruta e mão de obra.

recursos só são liberados se o projeto for planejado e aprovado pelo CMDR, o qual é constituído por diversos atores representantes da sociedade local (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004). A elaboração do projeto apresenta-se como Plano Municipal de Desenvolvimento da Agricultura (PMDR) elaborado pelos municípios selecionados²⁰ em conjunto com o poder público local, estadual e a sociedade civil.

Por meio dessa linha de financiamento, o PRONAF almeja viabilizar:

- (i) a implantação, ampliação, modernização, racionalização e realocização de infra-estrutura necessária ao fortalecimento da agricultura familiar; e (ii) a ampliação e cobertura de serviços de apoio, a exemplo da pesquisa agropecuária e da assistência técnica e extensão rural. (ABRAMOVAY; VEIGA, 1999, p.7)

Com o objetivo de desencadear o desenvolvimento, o PRONAF Infraestrutura visa enfrentar diretamente os obstáculos que impossibilitam ou adiam o desenvolvimento econômico e social da agricultura familiar e, conseqüentemente, dos municípios mais pobres. No próprio texto do PRONAF, conforme Abramavoy e Veiga (1999), entre as possíveis obras que viriam auxiliar o desenvolvimento estão a implantação de energia elétrica, estradas vicinais, irrigação, abatedouros e armazéns comunitários. No rol de possíveis beneficiários estão serviços públicos ou privados que tenham ligações diretas com as necessidades da agricultura familiar.

O PRONAF Infraestrutura estabelece, particularmente, formas de vincular a sociedade civil organizada ao poder público local em busca de soluções para o desenvolvimento regional. Tem seus reflexos vistos na constituição de uma sociedade mais democrática, mas também pretende dar mais eficácia aos recursos, porque a tendência é que eles sejam aplicados de forma mais pontual, em problemas identificados pela população local (ABRAMOVAY; VEIGA, 1999). A criação de outros ambientes com características institucionais, na qual a participação dos atores sociais se torna essencial para a organização, gestão e execução

²⁰ Essa seleção é feita pelo Conselho Nacional do PRONAF.

dos recursos, demonstra também um princípio de descentralização política (SILVA; SCHNEIDER, 2004).²¹

É interessante ressaltar que os recursos liberados pelo governo para o PRONAF aumentaram significativamente no decorrer dos anos, assim como foram alteradas suas diretrizes e os ministérios, visando aperfeiçoar e ampliar a abrangência do projeto e dos agricultores assistidos. Em termos de recursos, o aumento se deu principalmente pela ampliação de órgãos das fontes financeiras; além do BNDES, a Fundação de Amparo ao Trabalhador (FAT) assumiu 80% dos recursos liberados, a Tesouro Nacional e das Exigibilidades Bancárias (MCR 6.2), Fundos Constitucionais do Centro-Oeste (FCO) e Nordeste (FNE) (MATTEI, 2001). Todavia, a garantia de fontes financeiras não é sinônimo de acessibilidade dos agricultores familiares a esses recursos, pois a burocracia bancária continua sendo um obstáculo a ser enfrentado por políticas adequadas e, além disso, esbarra na cultura dos agricultores de não contrair financiamentos bancários. Os próprios bancos, por serem instituições que estão diretamente ligadas ao mercado, atuam conforme as regras do mesmo, ou seja, suas operações visam contratos com o menor índice de risco possível. Por se tratar de uma categoria descapitalizada e sem garantias, os bancos dificultam os empréstimos. Por isso, a participação do Estado é fundamental “na equalização das taxas de juros, das despesas administrativas e, muitas vezes, avaliar as operações para cobrir o risco do sistema bancário”. (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004, p. 4).

Em relação às mudanças institucionais, o PRONAF foi desvinculado do Ministério da Agricultura em 1999 e passou a fazer parte do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). No mesmo ano houve um grande rearranjo dos ministérios ligados à questão agrária e fundiária. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) passou à tutela do MDA e a antiga Secretaria de Desenvolvimento Rural foi substituída pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF). A SAF²², em 2003, criou a Secretaria de

²¹ Para Marilena Chauí (2006), a democracia como discurso político é deficiente, pois não se torna ativa na vida social dos cidadãos. A participação do cidadão a partir de instituições ou de qualquer ambiente onde ele pode demonstrar seus anseios e suas opiniões dão mais veracidade e concretude ao termo “sociedade democrática”.

²² A Secretaria da Agricultura Familiar organiza e administra outros programas direcionados a essa categoria, e entre elas eles estão: agroindústria, alimentação escolar, assistência técnica, biodiesel, diversificação econômica, garantia de safra, entre outros.

Desenvolvimento Territorial (SDT), a qual ficou responsável pelo PRONAF Infraestrutura (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004)²³.

O PRONAF passa a investir na preparação dos agricultores, dos técnicos, dos participantes dos Conselhos Municipais, enfim, de todos aqueles que de forma direta estão ligados com a aplicação dos recursos dessa política por meio de cursos e treinamentos (MATTEI, 2006).

Os estudos que fazem um histórico e avaliam o PRONAF são unânimes em afirmar que a política apresenta diversas lacunas e que o programa ainda está em processo de aperfeiçoamento. Mas, pelo curto período de atuação e de suas limitações, já apresentou significativa mudança no cenário nacional da agricultura (ABRAMOVAY; VEIGA, 1999; SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004). Abramovay (2001) afirma que o PRONAF poderá apresentar bons resultados em seu curto tempo de vida, mas, se ele não for organizado e postos em prática todos os seus propósitos, há o risco de passar como apenas mais uma política de crédito. O autor acredita que o PRONAF é uma linha de crédito diferenciada, principalmente pelas suas metas de promover o desenvolvimento regional²⁴ conciso e a participação da sociedade civil na elaboração dos projetos via conselhos.

Cabe ressaltar que o PRONAF, por si só, não é solução para os problemas da agricultura familiar. Concordando com Buainain (2007), o PRONAF é uma boa iniciativa para o desenvolvimento da agricultura familiar, mas isoladamente seus resultados são frágeis. O programa precisa integrar-se a uma série de outras diretrizes e políticas que fomenta a organização dos agentes locais direcionando ações para dinamização e sustentabilidade das estruturas que envolvem a agricultura familiar. Para tanto, a constante análise do programa leva a identificação dos grupos que estão se beneficiando e a localização de possíveis exclusões ou manipulação indevidas do programa.

O Brasil não é inexperiente no quesito políticas públicas para a agricultura, mas também não apresentou, até então, resultados satisfatórios do ponto de vista social, principalmente no que tange aos pequenos agricultores. Algumas delas, por exemplo, privilegiaram regiões e determinadas produções, o que resultou na exclusão e no

²³ O desenvolvimento territorial é uma nova abordagem teórica que visa direcionar o desenvolvimento econômico e social a partir de ações locais, vinculando diversos setores a partir de decisões e atitudes conjuntas. Ver mais em Cazella, 2008.

²⁴ Com a organização dos Conselhos Municipais para o Desenvolvimento Rural de uma região pode-se localizar e atuar no desenvolvimento de produções até então desvalorizadas ou não descobertas pelo mercado (ABRAMOVAY, 2001), viabilizando uma cadeia produtiva sustentável.

empobrecimento de muitos agricultores. Cabe agora focalizar nos resultados que se espera da agricultura tanto no sentido econômico, como político, social e ambiental, equalizar forças, entender os diferentes modos de fazer agricultura no Brasil e focalizar nos principais mecanismos de fomento, mantendo atenção às exigências do mercado interno e externo e respeitando os limites de cada categoria.

Entre os agentes capazes de auxiliar no desenvolvimento da agricultura está a comunidade científica que ocupa um lugar de destaque como produtora e disseminadora de conhecimento. Para Velho (2007), a relação sociedade e comunidade científica demonstra a versatilidade do intercruzamento de ambientes e realidades desafiadoras com as habilidades de profissionais aptos para realizar pesquisa e resolver problemas complexos. Sendo a ciência um agente fundamental no desenvolvimento de qualquer nação, cabe aqui analisar seu funcionamento e seu desempenho diante dos desafios dispostos pela sociedade.

2.3 A ciência, a Ciência da Informação e a comunicação científica

A ciência como um evento com data de referência, como um marco na história da humanidade, é, segundo Targino (2000, p.2), “uma instituição social, dinâmica, contínua e cumulativa”. Para Ziman (1979), o objetivo de definir com propriedade e alcançar a amplitude do termo “ciência” é o mesmo que tentar demarcar o significado da vida. De encontro à euforia e à crença de que tudo estava sujeito à verificação e à validação científicas, surgiram algumas críticas sobre o desempenho da ciência e sobre as conseqüências de seus erros e acertos.

Para facilitar a compreensão do que seja ciência é preciso entender o funcionamento do campo científico. O universo que compreende a produção, reprodução e disseminação da ciência é denominado por Bourdieu (2004) de campo científico que é constituído por leis próprias. O entendimento do processo que abrange o fazer ciência passa primeiramente pela teoria de campo e, principalmente, pela compreensão do jogo de forças que há entre seus agentes, já que esse espaço é socialmente construído.

Para Bourdieu (2004), tanto interna como externamente, o campo não é um local neutro, mas é capaz de produzir e manter uma autonomia que garante independência parcial em relação aos acontecimentos do macrocosmo que o envolve. Internamente, o campo é um local de jogos de forças constante, nos quais os agentes ou as instituições buscam manter ou conquistar a supremacia. O campo

científico pode agir de forma a refratar as demandas externas. Quanto maior for a autonomia do campo, maior será seu poder de refração, de retradução, maior será sua capacidade de autodeterminação e, conseqüentemente, menor será a possibilidade de forças externas, principalmente de natureza política, atingirem ou nortearem os seus objetivos.

A estrutura criadora e mantenedora desse espaço que reside no campo científico se dá a partir da relação objetiva interna de seus agentes, ou seja, o conjunto de ligações e interligações que se formam e se relacionam entre si e outros campos, segundo Bourdieu (2004). Nesse espaço acontecem as práticas, as decisões, as relações nos ambientes que, ao longo do processo do fazer ciência, se legitimam por intermédio dos diversos agentes, como objetos de pesquisa, veículos de publicação, entre outros. Tais estruturas, por estarem baseadas em relações, se alteram constantemente conforme o capital científico e a posição dos agentes que se encontram num posto que lhes assegure o poder e os meios para alterá-las.

[...] no domínio da pesquisa científica, os pesquisadores ou as pesquisas dominantes definem o que é, num dado momento do tempo, o conjunto de objetos importantes, isto é, o conjunto das questões que importam para os pesquisadores, sobre as quais eles vão concentrar seus esforços e, se assim posso dizer, “compensar”, determinando uma concentração de esforços de pesquisa. (BOURDIEU, 2004, p. 24)

A motivação do pesquisador no campo científico sustenta-se no desejo de aumentar seu capital científico, que geram poder de duas espécies. De acordo com Bourdieu (2004): poder institucional e institucionalizado e poder específico, prestígio pessoal.

As duas espécies de capital científico têm leis de acumulação diferentes: o capital científico puro adquire-se, principalmente, pelas contribuições reconhecidas ao progresso da ciência, as invenções ou as descobertas (as publicações, especialmente nos órgãos mais seletivos e mais prestigiosos, portanto aptos a conferir prestígio à moda de bancos de crédito simbólico, são o melhor indício); o capital científico da

instituição, se adquire, essencialmente, por estratégias políticas (específicas) que têm em comum o fato de todas exigirem tempo - participação em comissões, bancas (de teses, de concursos), colóquios mais ou menos convencionais no plano científico, cerimônias, reuniões etc. -, de modo que é difícil dizer se, como o professor habitualmente os detentores, sua acumulação é o princípio (a título de compensação) ou o resultado de um menor êxito na acumulação da forma mais específica e mais legítima do capital científico. (BOURDIEU, 2004, p.36)

A produção científica produzida e legitimada entre os componentes do campo propicia ao cientista um capital que lhe dá autoridade junto à comunidade científica, e esta lhe atribui poderes de participação na discussão sobre manter, alterar, legitimar e regularizar as leis que regem as relações entre ciência, cientista e sociedade (BOURDIEU, 2004).

A ciência deve ser vista como um amplo sistema social, segundo Macias-Chapula (1998), e tem três funções importantes: disseminar conhecimentos; assegurar a preservação de padrões, e atribuir créditos e reconhecimento aos cientistas. Atualmente, com a evolução do próprio conceito de ciência, o pesquisador é um profissional especializado. Ele recebe capacitação para atuar numa área do conhecimento, mas sem abandonar seu papel de emissor e receptor da informação. Entre os colegas criam-se códigos de comunicação, linguagem, adotam-se suportes e meios de avaliação comuns aos componentes da comunidade.

A ciência como parte da história evolutiva da humanidade passou por diversas fases e sua ampliação se deu, segundo Ziman (1979), devido à descoberta de uma propriedade intrínseca ao processo de fazer ciência: a *comunicação*. Macias-Chapula (1998, p. 136) lembra que fazer ciência é

[...] um processo social. As ações e o comportamento de cientistas dependem do contexto. Para compreender isso, precisamos conhecer os cenários e as personalidades, [...] olhando quer para o modo como os cientistas fazem ciência, quer para as formas pelas quais os

resultados de seus esforços profissionais são comunicados.

Consequentemente, já se tornou lugar-comum afirmar que o conhecimento só se corporifica e se consolida a partir de sua disseminação e legitimação por parte da comunidade científica. A disseminação de descobertas e de reflexões existe desde o momento em que o mundo da vida se tornou objeto de observação. Meadows (1999) relaciona a comunicação científica à tradição grega, de forma oral, marcada pelas reuniões ao ar livre para discussões filosóficas, como as feitas por Aristóteles, e posteriormente pela forma escrita, também em registros gregos. A relação entre tempo e espaço da informação se alterou em decorrência da evolução do suporte no qual a informação está vinculada. Para Barreto (1998), a forma oral de transmissão de informação ocorre simultaneamente num espaço e tempo determinados. A evolução para a forma escrita desconectou essa simultaneidade, mas o advento da tecnologia de rede foi o fator mais impactante na maneira de distribuição e acesso da informação.

A importância do instrumental da tecnologia da informação forneceu a infra-estrutura para modificações, sem retorno, das relações da informação com seus usuários. [...] Também no relacionamento com os receptores, foi importante todo o instrumental tecnológico desenvolvido, que permitiu as transformações associadas à interação individual com as memórias de informação e a conectividade aos diferentes espaços de acessos à essa informação. (BARRETO, 1998, p. 124).

A evolução da comunicação científica é proporcional à evolução da ciência em si. A cada nova descoberta surge a necessidade de comunicá-la, assim como a nova pesquisa parte da premissa da análise de produções anteriores sobre o assunto. Para Bufrem et al. (2007), a publicação científica proporciona ao pesquisador a divulgação de seu trabalho como também promove e fortalece o ciclo de criação, organização e difusão do conhecimento.

A comunicação científica ganha, dentro deste novo contexto de sociedade pós-moderna, aspectos que alteram sua dinâmica em relação a outros tempos mais remotos. A tecnologia tem proporcionado, ao longo das últimas décadas, avanços significativos capazes de tornar a comunicação mais rápida e mais abrangente.

O aumento significativo da produção científica deve-se também à combinação pesquisa, Estado e investimento em tecnologia da comunicação, pois estão relacionados a investimentos em Pesquisa & Desenvolvimento realizados pelo Estado. Dantas (2004) lembra também que o produto interno bruto (PIB) de países desenvolvidos tem vinculação com a sua produção científico-tecnológica. Velho (2007), por sua vez, acrescenta que a produção científica de uma nação reflete as demandas sociais.

Assim, a ciência como uma instituição socialmente constituída e mantida remete-se a um ambiente que reflete os anseios, os conflitos e as limitações de uma sociedade. Ela cresce na medida em que as forças internas de um campo se sobrepõem e se estendem para fora do campo científico. O importante é ressaltar que esse processo não é neutro nem isento de interesses, sejam eles de influências do próprio campo, da comunidade científica, do ambiente político econômico ou social. Além de que, explica Targino (2000), as características pessoais do pesquisador aparecem nos resultados das pesquisas. Já que se trata de um ser social, as vivências, as posturas e suas idiossincrasias se manifestam na sua produção científica.

A constituição da Ciência da Informação (CI), como campo científico, possui algumas visões sobre a sua origem. Para Pinheiro (2002, p.72), os acontecimentos que propiciaram a constituição desse novo campo foram:

o avanço científico e tecnológico, principalmente em função da 2ª Guerra Mundial e, conseqüentemente, a explosão bibliográfica; a necessidade social, histórica, cultural e política do registro e transmissão dos conhecimentos e informações, produto do processo de desenvolvimento da Ciência e Tecnologia; e o surgimento de novas tecnologias a partir do microfilme e, principalmente, do computador.

A visão que atribuí relação entre o surgimento da ciência da informação e o fenômeno da *explosão da informação* proveniente do renascimento científico ocorrido depois da 2ª Guerra Mundial e, em decorrência, da necessidade de controle bibliográfico e de tratamento da documentação gerada nesse período é bem recorrente na literatura da área. Nessa perspectiva, segundo Miranda (2002, p.9), a sua origem esteve mais ligada à documentação do que propriamente à informação.

Para Araújo (2003), esta ciência desenvolve-se em meio à evolução tecnológica direcionada para a recuperação automática da informação. Posteriormente ampliou seus estudos para a compreensão e a construção de mecanismos facilitadores na organização e distribuição da informação, dinamizando a produção de conhecimento. No decorrer da construção do campo desta ciência outros aspectos foram sendo inseridos e o seu relacionamento com outras áreas do conhecimento vem lapidando seus métodos e suas teorias.

Freire (2006) ressalta que a análise e a compreensão das características dos documentos foram os primeiros passos para a criação desta ciência, contudo em seguida direcionou-se para análise de seus conteúdos, ampliando assim, o questionamento e as abordagens sobre o processo que envolve a formação, armazenamento, circulação e recuperação da informação.

Para Gonzalez de Gomez (2001, p.1), a Ciência da Informação surge no “horizonte de transformações das sociedades contemporâneas que passaram a considerar o conhecimento, a comunicação, os sistemas de significado e os usos da linguagem como objetos de pesquisa científica e domínios de intervenção tecnológica”. Como um novo campo, passou a incluir em seus “programas de pesquisa e na definição do domínio de construção de seu objeto, traços e demandas da sociedade industrial”. Desta forma passou a acompanhar “os processos de reformulação dos paradigmas econômicos, sociais e políticos, desde a mercantilização da informação a sua reconfiguração como bem de capital e indicador de riqueza”. (GONZALEZ DE GÓMEZ, 2001, p.1).

Rabelo (2009, p.198-199) sistematizou a visão dos teóricos da CI sobre a constituição desse campo científico, observando duas perspectivas diferentes, que são:

- a) *prático-disciplinar* - aqui a relação entre a configuração disciplinar da CI e as teorias de outras disciplinas formariam um conjunto de conhecimentos instrumentais para lidar com uma determinada fase e/ou problema em informação contemplando práticas, enfoques e espaços/ambiências informacionais particularizados.
- b) *epistemológica* - busca a processualidade histórica e teórica de tais enfoques prático-disciplinares no seu inter-relacionamento com o campo científico e filosófico. Portanto, esta perspectiva acomoda o primeiro enfoque (prático-

disciplinar) num plano teórico-metodológico explicativo na qual as práticas não formariam simplesmente uma disciplina e, sim, fariam parte de um conjunto de saberes que têm um lugar específico dentro do universo do conhecimento (sob a influência de uma base filosófica, de métodos, de teorias, etc.).

Saracevic (1996) define três características para a Ciência da Informação que são: 1) é interdisciplinar; 2) está ligada à tecnologia da informação; 3) tem participação ativa e deliberada na evolução da sociedade da informação.

Realizada essa breve contextualização, deve-se acrescentar que a Ciência da Informação é uma ciência muito nova e sua existência é uma decorrência da institucionalização da ciência no mundo e das necessidades geradas por esse processo. A comunicação científica mostrou-se importante e passou a ser um sistema responsável pelo desenvolvimento da ciência.

O processo de produção do conhecimento, o fazer ciência é expresso pelo processo de comunicação, visto que na definição clássica cunhada por Garvey (1979, p. ix) está incorporado

[...] todo espectro de atividades associadas com a produção, disseminação e uso da informação, desde o momento que o cientista gera sua idéia de pesquisa até o momento que os resultados de pesquisa são aceitos como componentes do conhecimento científico.

Nessa definição estão incluídas atividades de todo processo de construção do conhecimento científico e as atividades que geram a disseminação das informações científicas para a comunidade científica, em particular e para o público em geral, o que realimenta novos processos da fazer ciência.

O ciclo da produção de conhecimento científico incorpora desde a produção, a publicação até a sua utilização por outros pesquisadores. A confiabilidade uma das características da ciência é obtida por duas vias, como ressalta Mueller (2002), o pesquisador deve utilizar uma rigorosa metodologia científica no desenvolvimento de sua pesquisa e submeter os resultados dessa para serem divulgados e submetidos ao julgamento de seus pares. Assim, a produção científica constituída pelo conjunto de publicações "permite expor o trabalho dos pesquisadores ao

“julgamento constante de seus pares, em busca do consenso que confere a confiabilidade” ao conhecimento científico (MUELLER, 2000, p.22). Targino (1998), nessa mesma linha, acrescenta que:

A comunicação científica é o elemento que propicia soma dos esforços individuais dos membros da comunidade científica, por meio da troca de informações, configurando um ciclo inesgotável de recepção e transmissão de dados. É a ciência comunicada no seu próprio âmbito, ou seja, é a ciência filtrada dentro de sua própria estrutura.

Autores clássicos da área de informação já incorporaram os processos da comunicação científica como temática de interesse da Ciência da Informação. Nessa diretriz, incluem-se Mikhailov, Chernyi e Giliarevskii (1984) que consideram a Ciência da Informação como uma disciplina que estuda a estrutura e as propriedades da comunicação científica nos quais se incluem os processos de comunicação nos canais formais e informais. Saracevic (1996, 47), na mesma linha, concebe a Ciência da Informação como um “campo dedicado às questões científicas e à prática profissional voltadas para os problemas de efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação”.

A comunicação científica vai ao encontro da prerrogativa de que “ciência é conhecimento público” (ZIMAN, 1979), ou seja, é um processo complexo que objetiva tornar público o que é produzido pelos cientistas, seja em forma de artigos, livros, teses e dissertações, que passam a ser representações das ideias, das descobertas, das inquietações e posicionamentos dos pesquisadores sobre um determinado tema. Por meio da análise da produção científica é possível identificar a construção e a reconstrução de um campo científico.

Stumpf (2002) esclarece que a construção do conhecimento depende da comunicação, pois o avanço científico se apóia no conhecimento produzido, para saber o que já é conhecido. Assim, a comunicação da ciência possibilita que se divulgue e se obtenha o que foi produzido e este processo faz parte de um sistema amplo denominado comunicação científica.

No Brasil, as pesquisas que abordam enfoques relacionados à temática da comunicação científica na Ciência da Informação foram iniciadas pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação

(IBBD), hoje denominado Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), órgão governamental responsável pela introdução desse campo de conhecimento no país com a implantação do primeiro mestrado em Ciência da Informação da América Latina, em 1970 (COUZINET; SILVA; MENEZES, 2007; SILVA; TAVARES; PEREIRA, 2010). Para Bufrem e Prates (2005), o aumento significativo da produção científica e a evolução tecnológica nas áreas da computação, telecomunicação e tecnologia da informação favoreceram o trabalho da ciência da informação, área capaz de lidar com diversos suportes e produtos informacionais, dinamizando o processo de organização, recuperação, transferência e tratamento que consequentemente auxilia os pesquisadores na produção de conhecimento. Por meio de mecanismos próprios e com o auxílio de tecnologias desenvolvidas por outras áreas do conhecimento, a ciência da informação criou e desenvolveu meios de facilitar o fluxo e o acesso informacional.

Segundo Bufrem et al. (2010), a pesquisa é a parte do processo de fazer ciência no qual a prática e a teoria se apresentam de forma a se complementarem. Para esses autores, atualmente os cientistas vem percebendo a necessidade de compreender os aspectos, concretos e teóricos, que envolvem o mecanismo de aquisição do saber.

Mundialmente o século XX foi marcado pela intensificação da produção científica, gerando a necessidade de sistematização para torná-la visível para a sociedade. Para tanto, foram desenvolvidas tecnologias capazes de tornar o acesso e a distribuição da informação mais fácil e mais abrangente. Os veículos de informação se ampliaram, tornando o alcance menos complexo e mais amplo. A distância que separava os centros de pesquisa de professores ou outros interessados foi minimizada pela rede mundial de computadores, entre outras tecnologias.

No caso brasileiro, o aumento no número das pós-graduações, que são centros de excelência de produção científica, gerou forte crescimento quali quantitativo na produção científica nacional. Segundo Dantas (2004), os agentes fomentadores e reguladores (CNPQ, CAPES, FINEP, etc) vêm investindo nos últimos anos em projetos mais específicos, ou seja, ligados de forma direta ao desenvolvimento socioeconômico do país. O intuito é proporcionar a alguns seguimentos ou setores da sociedade subsídios científicos específicos.

Apesar de todos os esforços empreendidos, a disseminação da produção científica ainda carece de instrumentos que possibilitem atingir cem por cento de eficácia. Na universidade, apesar de todos os

esforços para o controle e a disseminação da ciência produzida, ainda existe o que se denomina de literatura cinzenta. Das características da literatura cinzenta (*grey literature*) destacam-se o fato de que não é controlada por editores comerciais e não recebe numeração padronizada (ISSN ou ISBN). Assim, com reduzido número de exemplares o seu acesso é dificultado pelos possíveis interessados em seu conteúdo (GOMES; MENDONÇA; SOUZA, 2000). Nos últimos anos, observam-se várias tentativas para minimizar o problema de identificação e localização desse tipo de literatura facilitado pelas tecnologias, em especial a Internet que viabilizou a criação de repositórios institucionais e/ou especializados para se colocar disponível a produção técnica e científica de instituições e pessoas. No Brasil, desde a década de 70, as universidades, a Capes e o IBICT têm investido esforços na criação de repositórios de teses e dissertações, o que tem facilitado acesso a esse tipo de literatura no formato digital.

As teses objetos de estudo desta pesquisa envolvem, segundo Campello (2000, p.121), uma “revisão bibliográfica adequada, sistematização das informações existentes, planejamento e realização de trabalho necessariamente original”. No Brasil o termo tese está associado à obtenção do grau de doutor em instituições de ensino credenciadas pela Capes e elas são consideradas literatura cinzenta, pois “não contam, na maioria dos casos, com um sistema de publicação e distribuição comercial”. (CAMPELLO, 2000, p.121). As teses são geralmente disponibilizadas em repositórios digitais e nas ciências sociais e humanidades uma parte dessa produção geralmente transforma-se em livro. Meadows (2000, p.165) lembra que “as teses tem a extensão de um livro em termos de volume de conteúdo”, mas para sua publicação como livro requer modificações no estilo, na organização e nos pontos de destaque, o que implica quase sempre em reescrever toda a tese. Diante da realidade dessas áreas, boa parte do conteúdo dessa produção não é publicada em artigos, isto porque a condensação do conteúdo torna-se difícil. E não é publicada em livro porque o processo é muito trabalhoso, ficando então restrita sua divulgação aos meios digitais que ainda não foram totalmente incorporados como fonte de informação.

As colocações acima são importantes na medida em que, nesta dissertação, a agricultura familiar foi analisada na perspectiva do olhar das teses de doutorado produzidas nos programas de pós-graduação do Brasil credenciados pela Capes. Pesquisas desta natureza com foco em outras temáticas já foram realizadas na área de Ciência da Informação e apresentadas como teses de doutorado, dissertações de mestrado, artigos

em periódicos ou trabalhos em congressos, conforme relatado abaixo:

Teses de doutorado:

- O conceito de memória na Ciência da Informação no Brasil: uma análise da produção científica dos programas de pós-graduação, por Oliveira (2010). Neste trabalho a autora busca compreender como a Ciência da Informação brasileira se apropria de conceitos, especificamente o conceito de memória, por meio de análise de conteúdo da produção científica da área.
- Processamento de linguagem natural: caracterização da produção científica dos pesquisadores brasileiros, por Ladeira (2010). A pesquisa procurou evidenciar as características da produção científica brasileira na área do processamento de linguagem natural, a qual é analisada por distintas áreas do conhecimento, tais como lingüística, ciência da computação e da informação.
- Mapeamento temático das teses defendidas nos programas de pós-graduação em educação física no Brasil (1994-2008), por Nascimento (2010). O autor identifica os temas e a características das teses produzidas no Brasil em centros de pesquisas de pós-graduações em educação física.

Dissertações de mestrado:

- O Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR: questões de gestão e representação da informação no contexto da produção científica, por Nascimento (2007). A dissertação analisa a produção científica do PROANTAR, especificamente a gestão e a representação da informação, na perspectiva da relação entre o programa e o sistema internacional do Tratado da Antártica.
- Educação física no PPGCMH/UFRGS: uma visão a partir da análise de citações e perfil dos pesquisadores, por Job (2006). Com intuito de analisar e caracterizar as fontes de informação utilizadas pelos doutores, contribuir para o desenvolvimento de estudos epistemológicos e o conhecimento da área da educação física, a autora busca identificar, a partir da análise de teses defendidas no programa de Ciência do Movimento e de Educação Física o perfil dos pesquisadores e as citações por eles utilizadas.
- A produção técnico-científica dos docentes do Departamento de educação física da Universidade Federal do Piauí: um estudo exploratório sob o enfoque da Ciência da Informação, por

Rodrigues (2001). A dissertação procura caracterizar a produção técnico-científica do departamento de educação física da UFPI além de analisar a atuação e a avaliação da Gratificação de Estímulo a Docência da instituição, no que tange a inibição ou a motivação na produção técnico-científica e o posicionamento dos docentes diante de seus critérios de avaliativos.

- Análise da produção técnico-científica dos pesquisadores do Programa Nacional de Pesquisa de Caprinos no período de 1977 a 1988, por Valois (1990). A dissertação analisa quantitativamente a produção técnico-científica do programa a nível institucional, por meio da análise dos programas de pesquisa envolvidos e a nível individual, através da caracterização da produtividade em relação ao tipo, estado, região, idioma, ano e linha de pesquisa.

Em síntese, os estudos realizados chegam à conclusão de que sua concretização foi importante na medida em que permitiram a sistematização e a análise das pesquisas, possibilitando compor o estado da arte do conhecimento científico produzido sobre a temática estudada. Pesquisas realizadas a partir de análise da produção científica de programas pós-graduação, teses, dissertações, artigos e trabalhos em eventos contribuem para o mapeamento das diferentes abordagens sobre o tema, dos autores que elegeram determinado tema como foco de estudos acadêmicos, das instituições e programas comprometidos com estudos de determinada temática e revelam, ainda, os interesses e as práticas da comunidade científica.

Analisar dados de bases de produção científica desenvolvida nas universidades significa, segundo Kobashi e Santos (2006), criar meios para se possa recordar ou até reavaliar esse tipo de atividade nessas instituições. Para Kobashi (2007), o resgate dessas inscrições para analisá-las representa uma forma de promover a reapropriação desse conhecimento produzido nas universidades.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia de pesquisa aponta o caminho a ser percorrido na pesquisa proposta; apresenta meios capazes de organizá-la de forma a obter resultados confiáveis, sistemáticos, verificáveis; auxilia na administração dos custos, do tempo, dos contatos a serem feitos; enfim, possibilita a realização de um trabalho e o alcance de seus objetivos (KÖCHE, 1997).

A metodologia científica oferece ao pesquisador um leque de opções que devem ser escolhidas em conformidade com a problemática estudada e os objetivos que se pretende atingir na pesquisa.

Para Gewandsznajder (1989), a metodologia científica não se restringe a “um conjunto de regras ensinadas e assimiladas de forma dogmática” porque deve incluir atitudes racionais e críticas do pesquisador. Logo, os métodos não podem ser vistos como receituários fechados e conclusivos, instrumentos ordenados capazes de conduzir de forma automática a resultados científicos. O método faz parte de um universo mais amplo, é uma das etapas que envolvem a arte de fazer ciência, de responder a questionamentos e apontar possíveis soluções.

Os métodos evoluíram com a própria ciência, foram se aperfeiçoando e se adaptando ao longo do processo racional de se entender a realidade. Portanto, os métodos também sofrem constantes questionamentos, são postos à prova em relação a sua eficiência e, conseqüentemente, evoluem.

Os métodos que garantem a realização de um trabalho com características científicas e em condições de ser analisado, verificado e avaliado pela comunidade científica contribuem para o fortalecimento e a evolução da ciência.

3.1 Caracterização da pesquisa

Do ponto de vista de seus objetivos, a pesquisa desenvolvida é caracterizada como exploratória e descritiva; e do ponto de vista da abordagem do problema ela é qualiquantitativa. Entende-se por pesquisa exploratória aquela que almeja “reunir dados, informação, padrões, idéias ou hipóteses sobre um problema ou questão de pesquisa” (BRAGA, 2007, p.25). Esse tipo de pesquisa, para Gil (2008), possibilita apresentar uma visão geral de um determinado assunto visando à elaboração de hipóteses. A pesquisa descritiva proporciona o descobrimento da frequência do fenômeno e a sua possível relação com variáveis decorrentes de outros aspectos (CERVO, 1983; GIL, 1991).

A opção de usar a análise quali quantitativa se justifica pelo fato de que esse caminho possibilita, segundo Flick (2009), analisar isoladamente as causas e os efeitos, e tornar operacional a relação teórica, além de gerar dados passíveis de medição e quantificação. Braga (2007) afirma que esse método procura afastar da análise dos resultados a interferência subjetiva do pesquisador e do objeto da pesquisa. Já o estudo qualitativo refere-se a uma análise profunda e extensiva das qualidades do objeto (BRUMER, 2008), possibilitando uma visão subjetiva da problemática estudada e ampliando as possibilidades de análise e compreensão dos fenômenos. Para Goldemberg (1999), a pesquisa qualitativa é útil para identificar variáveis de situações estudadas quantitativamente.

Quanto aos procedimentos técnicos adotados nesta pesquisa, de acordo com Gil (1991) será uma pesquisa documental, porque seu *corpus* será constituído de documentos que ainda não receberam um tratamento analítico na perspectiva proposta nos objetivos desta pesquisa.

3.2 Contexto e *corpus* da pesquisa

O PNPG (2005-2010) reforça a função dos programas de pós-graduação no desenvolvimento da sociedade por meio da capacitação do corpo docente e assim viabilizando qualidade aos outros níveis de educação. A pós-graduação também forma pesquisadores aptos a desenvolver ciência e tecnologia para o setor público e privado, assim como profissionaliza recursos humanos que atendam principalmente o setor produtivo.

Desde a criação do SNPG e dos órgãos fomentadores, o objetivo principal é consolidar por meio da C&T o desenvolvimento socioeconômico brasileiro. O sistema engloba diversas instituições, órgãos, fundações, entre outras entidades, as quais se articulam entre si e promovem o crescimento quantitativo do sistema.

No ano de 2009, segundo a Capes, o Brasil contava com 2718 programas de pós-graduação, incluindo mestrado, mestrado profissionalizante e doutorado. Segundo o PNPG 2005-2010, até o ano de 2004 as instituições públicas eram responsáveis por 82% dos cursos de mestrado e 90% dos cursos de doutorado (CAPES, 2004; SANTOS; AZEVEDO, 2009). No ano de 2009 foi registrado o total de 1421 programas de doutorados em todo o país, sendo as Regiões Sudeste e Sul aquelas com a maior concentração dos cursos (78%).

O constante aperfeiçoamento do sistema leva a um crescimento contínuo e consistente. Os resultados são sentidos com o decorrer do tempo, visíveis no desenvolvimento da sociedade. Diversos são os mecanismos que se propõem a publicar e disseminar os conhecimentos e as conquistas dos programas de pós-graduação. Os portais, os periódicos, os livros e as bases de dados auxiliam na comunicação científica, realizando um trabalho de mão-dupla: tornam evidentes os trabalhos realizados nas academias, ao mesmo tempo em que viabilizam e instigam a formação de outros conhecimentos.

Nesta pesquisa, propõe-se manter o foco na produção científica oriunda dos cursos de doutorados que abordam a assunto agricultura familiar, produzidas entre os anos 2000 e 2009. O *corpus* da pesquisa é constituído por teses cadastradas no Banco de Teses Capes. A seleção do *corpus* foi realizada por meio das seguintes etapas:

- Busca no sistema do Banco de Teses usando para recuperação a palavra-chave *agricultura familiar*, selecionando “expressão exata”, no campo denominado “assunto”;
- Foram também usados os campos “nível” e “ano” selecionando doutorado e os anos que compreendem o período da pesquisa;
- Leitura dos títulos, palavras-chave e dos resumos a fim de identificar se as teses recuperadas na etapa anterior tratam efetivamente de agricultura familiar;
- Caracterização das teses sobre agricultura familiar pela: origem, ano de defesa, área de conhecimento, orientadores, programas e principais temáticas abordadas.
- Categorização das abordagens pela análise dos resumos.

3.3 Instrumentos de coleta de dados

Já definidos o ambiente e as fontes que proporcionarão o levantamento de dados, o passo seguinte foi como extrair dessas fontes as informações necessárias para a realização da pesquisa. Para tanto, se fazem necessárias leituras sucessivas (exploratória, seletiva e interpretativa) com o intuito de identificar informações, tentar encontrar relações e averiguar a consistências dos dados presentes no material (GIL, 2008).

Na confecção da ficha documental para este trabalho de pesquisa estão registradas as informações de forma organizada e sistemática, de acordo com os dados necessários para atingir os objetivos propostos.

Na ficha documental, disponível no Apêndice A, foram estabelecidos os seguintes campos para a coleta de dados: autor, orientador, título da tese, ano de defesa, instituição, programa, linha de pesquisa, banca examinadora, resumo e palavras-chave.

3.4 Tratamento, análise e interpretação dos dados

A análise desses dados foi realizada com base na técnica de análise de conteúdo. A intenção da análise de conteúdo, segundo Bardin (1977, 38, grifo do autor), “*é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)*”.

Para Berelson (1971 *apud* BARDIN, 1977), a análise de conteúdo tem por finalidade a interpretação de comunicações através da sua descrição objetiva, sistemática e quantitativa. Para tanto, se faz necessário contemplar: a) homogeneidade dos dados; b) exaustão na análise destes; c) exclusividade: um elemento pertencer a somente uma categoria; d) objetividade: códigos diferentes devem chegar ao mesmo resultado; e) adequação ou pertinência dos dados em relação ao objetivo que se pretende alcançar.

As fases da análise de conteúdo são:

1) Pré-análise – Consiste na organização dos dados em consonância com os objetivos e, conseqüentemente, com as hipóteses. As estruturas são flexíveis a ponto de poderem ser deslocadas e reorganizadas no decorrer do processo.

2) Exploração do material – Após a organização dos dados ainda em estado bruto, o passo seguinte é estruturá-los de forma sistemática, ou seja, seguindo regras previamente estabelecidas, que garantam seguridade e maior clareza no momento de análise.

3) Tratamento dos resultados – No decorrer do processo de organização e codificação dos dados, o passo seguinte tramita de forma a fechar o ciclo. Os dados serão sincronizados para possibilitar ao pesquisador meios para concluir, inferir, interpretar ou apresentar novos conhecimentos.

4 RESULTADOS: descrição e análise dos dados

Em conformidade com os objetivos expostos no início deste trabalho foram recuperadas inicialmente 211 teses no Banco de Teses da Capes com o uso do termo *agricultura familiar*. A estratégia de uso do termo *agricultura familiar* foi adotada em função de que a busca recuperava dados em vários campos da base, ou seja, nas palavras-chave, nos títulos e nos resumos e pelo fato de se recuperar pesquisas mais diretamente relacionadas com a temática. A partir da leitura flutuante dos resumos dessas teses, verificou-se que 57 dessas teses não tratavam especificamente da temática. A indexação da base de dados propiciou a recuperação do termo existente na tese, não significando que esse fosse o foco principal da temática da pesquisa realizada.

Os resultados apresentados a seguir são provenientes da análise de 154 teses. Os resultados serão apresentados de forma descritiva e analítica seguidos de gráficos e tabelas para facilitar a visualização e a compreensão dos mesmos.

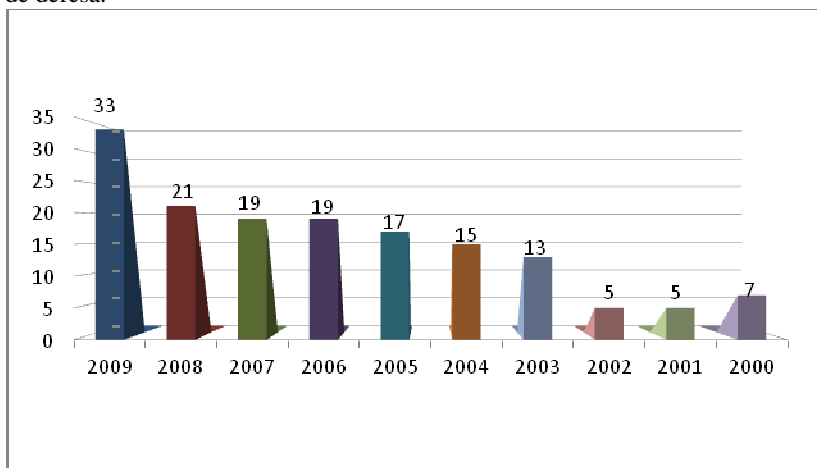
4.1 Caracterização geral das teses sobre agricultura familiar

As pós-graduações são os centros de excelência da produção científico-tecnológica brasileira. As teses demonstram o desenvolvimento científico-tecnológico do país e, em muitos casos, refletem demandas da sociedade.

O campo científico, por não ser um ambiente neutro e não estar imune aos anseios e mudanças sociais que o circunda, produz sobre temas que refletem a dinâmica social, política, econômica e cultural do seu contexto (BOURDIEU, 2004).

O desenvolvimento de teses com a temática agricultura familiar, no período de análise proposto nesta pesquisa, mostra um crescimento gradual no número anual de produções que envolvem análises de diversos aspectos da produção da agricultura familiar. No ano de 2009, no qual se constatam 33 teses produzidas em diferentes programas de pós-graduação, percebe-se que há um aumento significativo de produção quando se compara com o ano de 2000, no qual foram produzidas 7 teses nesta temática (gráfico 1).

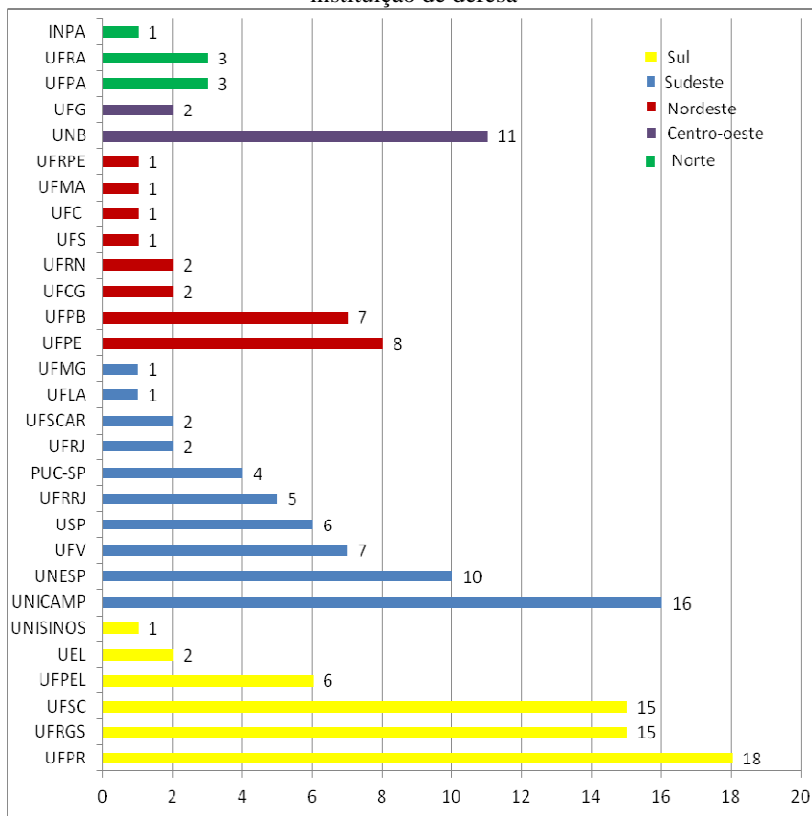
Gráfico 1 – Teses sobre agricultura familiar, 2000-2009 – Distribuição por ano de defesa.



Fonte: Dados da pesquisa levantados no Banco de Teses da Capes – 2010

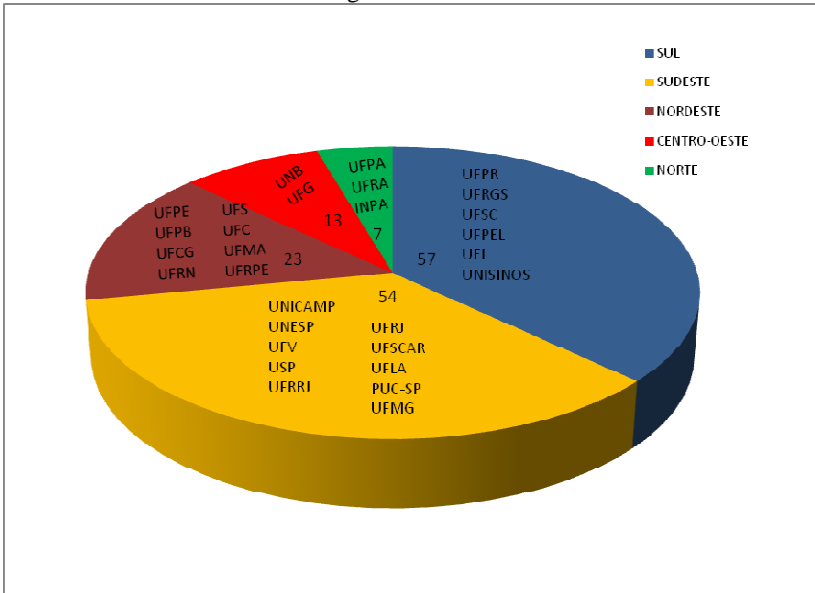
Quanto ao número de teses em relação à região de sua produção, as instituições localizadas nas regiões Sul (UFPR, UFRGS, UFSC, UFPEL, UEL, UNISINOS) e Sudeste (UNICAMP, UNESP, UFV, USP, UFRRJ, PUC-SP, UFRJ, UFSCAR, UFLA, UFMG) são responsáveis por 73% das produções de teses com o tema agricultura familiar. Na sequência aparecem as instituições das regiões Nordeste (UFPE, UFPB, UFCG, UFRN, UFS, UFC, UFMA, UFRPE), Centro-Oeste (UNB, UFG) e Norte (UFPA, UFRA, INPA). A concentração da produção de teses nas regiões sul e sudeste pode estar diretamente ligada à importância econômica dessa atividade na economia dessas regiões e o interesse da comunidade científica a partir da implementação de políticas públicas para o setor. Segundo Guanzirolí et al. (2001, p. 120), “por ser a principal área de concentração da agricultura familiar no Brasil, a região sul é a que apresenta uma maior diversidade de sistemas e subsistemas produtivos”. O mesmo autor lembra que a região sudeste apresenta área relativamente menor ocupada por agricultores familiares em relação às regiões norte e nordeste, mas sua participação no valor bruto da produção só perde para a região sul (gráficos 2 e 3).

Gráfico 2 – Teses sobre agricultura familiar, 2000-2009 – Distribuição por instituição de defesa



Fonte: Dados da pesquisa levantados no Banco de Teses da Capes – 2010

Gráfico 3 – Teses sobre agricultura familiar, 2000-2009 – Distribuição por região de defesa

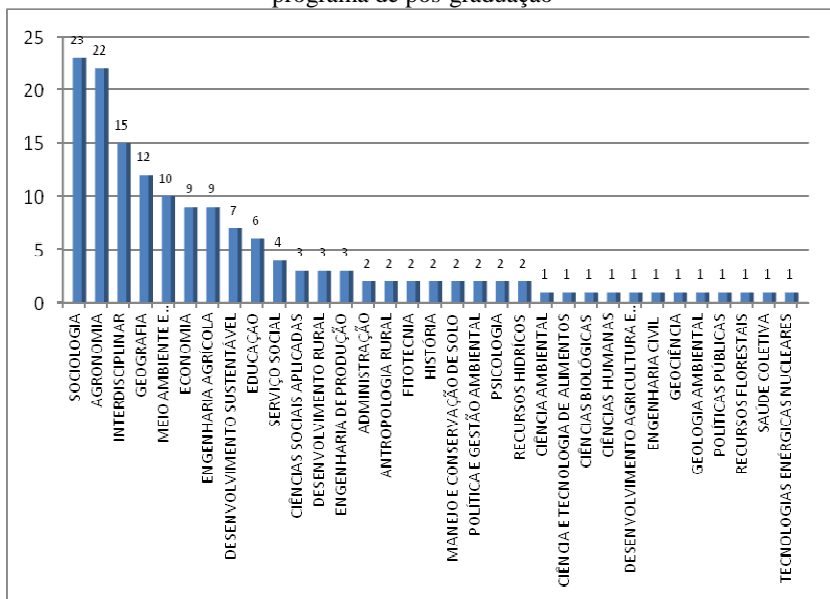


Fonte: Dados da pesquisa levantados no Banco de Teses da Capes – 2010

Em relação às áreas do conhecimento²⁵ que se destacam na pesquisa da temática agricultura familiar, identifica-se que 23 teses foram defendidas nos programas de pós-graduação da área de Sociologia, seguida de 22 da Agronomia e 15 em programas de pós-graduação interdisciplinares (gráfico 4). A diversidade de áreas (33) que abordam a agricultura familiar nas teses de doutorado analisadas demonstra a amplitude que envolve o tema e sua característica multifacetada que possibilita análises de diversos ângulos sejam econômicos, sociais, políticos, agrários, entre outros.

²⁵ As áreas do conhecimento aqui utilizadas se referem as que são informadas no banco de dados da Capes.

Gráfico 4 – Teses sobre agricultura familiar, 2000-2009 – Distribuição por programa de pós-graduação



Fonte: Dados da pesquisa levantados no Banco de Teses da Capes – 2010

A questão de gênero na produção científica mostra que está ligada principalmente às conquistas graduais das mulheres no decorrer da história do Brasil e do mundo. A ampliação do espaço de atuação feminina extrapolou os limites de sua residência, modificando principalmente seu papel social e inaugurando sua participação na área econômica, política, científica, tecnológica, entre outras.

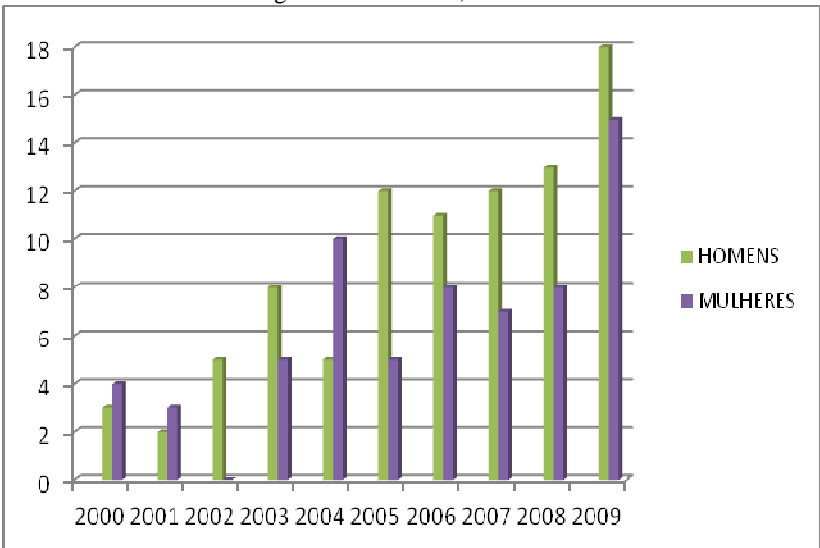
As mulheres aproveitaram bem a revolução provocada pelo movimento feminista nos sessenta e setenta do século XX e a expansão da pós-graduação brasileira nos últimos vinte anos, passando a valorizar a carreira profissional (MELO; OLIVEIRA, 2006, p.318).

Na distribuição por gênero dos autores das teses de agricultura familiar percebe-se um crescimento proporcional da participação feminina na autoria das teses analisadas no decorrer dos anos, mas a participação feminina ainda é menor em relação à produção masculina. No decorrer do período analisado, o total de teses produzidas por

mulheres foi de 66 e 89 por homens. As áreas que apresentam maior participação feminina são as da educação e serviço social.

O sexo feminino ainda permanece marcado pelo estereótipo do papel dos “cuidados”, escolhem as áreas vinculadas à educação, saúde e a assistência social. Os homens, seguindo no rastro do papel definido socialmente para o sexo masculino, buscam a aventura do descobrimento dos campos científicos como a engenharia, ciências exatas e da terra e as agrárias. (MELO; OLIVEIRA, 2006, p.318).

Gráfico 5 – Teses sobre agricultura familiar, 2000-2009 – Gênero dos autores



Fonte: Dados da pesquisa levantados no Banco de Teses da Capes – 2010

Em relação ao aspecto produtividade dos professores orientadores de teses no tema agricultura familiar, os resultados estão relacionados à localização das instituições nas quais esses profissionais atuam. Logo, os orientadores que mais produziram sobre esse tema específico são os que estão ligados às universidades da região sul e sudeste, com exceção de um orientador de quatro teses que pertence à UNB. Os resultados também mostram que 109 professores foram orientadores de somente uma tese no período analisado (tabela 1), indicando e reafirmando que a temática tem sido de interesse em

diversos programas de pós-graduação do país. Tais dados são importantes na medida em que se reconhece a influência dos orientadores a partir de seu envolvimento com a temática, na formulação de políticas públicas para o setor, na formação do pensamento dos atores locais ligados à agricultura familiar e também na participação de debates acadêmicos para o desenvolvimento teórico dessa temática. Orientadores tornam-se matrizes de replicação de pensamento, o que reforça a importância dos temas estudados e de interesse dos mesmos.

Um exemplo da dinâmica e do reflexo de trabalhos de pesquisa produzidos nas universidades e que adentram na sociedade de diversas formas é a participação do professor Sergio Schneider, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A participação dele é constatada em diversas bancas de doutorado e a sua produção científica na área da agricultura familiar tem o foco voltado para a análise de políticas públicas, pluriatividade, desenvolvimento territorial e sustentável, entre outros, sendo referência importante para fundamentar políticas voltadas para o setor.

Tabela 1 - Teses sobre agricultura familiar, 2000-2009 – produtividade dos orientadores

Alfio Brandenburg	UFPR	5
Anita Brumer	UFRGS	4
Laura Maria Goulart Duarte	UNB	4
Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco	UNICAMP	4
Sergio Schneider	UFRGS	3
Maristela Simões do Carmo	UNESP	3
Vera Mariza Henriques de Miranda Costa	UNESP	3
Walquíria Kruger Correa	UFSC	3
Angela Duarte Damasceno Ferreira	UFPR	2
Ivaldo Gehlen	UFRGS	2
José Francisco Graziano da Silva	UNICAMP	2
Maria de Fátima Guimarães	UEL	2
Maria José Reis	UFSC	2
Marilda Aparecida de Menezes	UFPB	2

Renato Sergio Jamil Maluf	UFRRJ	2
Maura Seiko T. Esperancini; Osmar C. Bueno	UNESP	2
Orientadores de somente 1 tese		109
Total		154

Fonte: Dados da pesquisa levantados no Banco de Teses da Capes – 2010

Almeida (1997, p.6) ressalta que “a pesquisa agrícola tem, indubitavelmente, um papel preponderante na viabilização de políticas públicas que beneficiem a agricultura familiar e promovam uma maior sustentabilidade ambiental, econômica e social a esses agricultores e ao conjunto da agricultura e sociedade.” Caume (2009, p.34) reforça este ponto vista quando constata que “o entrelaçamento dos discursos científico e sociopolítico fica evidente quando muitos pesquisadores dos processos sociais rurais assumiram o papel de formuladores de políticas públicas para a agricultura familiar no interior do Estado brasileiro”.

4.2 Análise de conteúdo dos resumos das teses sobre agricultura familiar

Para a análise temática foram verificados os títulos, os resumos e as palavras-chave elaborados pelos autores das teses. Os resumos, em particular, forneceram elementos mais pontuais para a definição temática pretendida, apesar de que alguns não disponibilizaram todos os elementos que devem compor um resumo, conforme as recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (2003).

O resumo é parte integrante de diversos trabalhos acadêmicos. O resumo informativo deve apresentar “as finalidades, metodologia, resultados e conclusões do documento, de tal forma que este possa, inclusive, dispensar a consulta ao original.” (ASSOCIAÇÃO..., 2003, p.1).

Nesta pesquisa, os resumos de teses de doutorado tiveram um papel importante para o seu desenvolvimento porque proporcionaram, em muitos casos, a identificação do tema principal relacionado à agricultura familiar abordado pelas mesmas. Cabe lembrar que o termo agricultura familiar é novo, data da década de 90, mas esse segmento já foi objeto de estudos em anos anteriores cujas abordagens eram designadas por outros termos, tais como pequena produção, pequeno produtor, campesinato (DENARDI, 2001).

Schneider (2003, p. 100) informa que

Surpreendentemente, a partir da segunda metade da década de 1990 assistiu-se a uma relativa retomada dos estudos agrários e rurais no Brasil que até então suscitara pouco interesse dos pesquisadores. Voltou-se a falar não apenas da agricultura e da produção agrícola, mas também do rural *lato sensu*. Esse novo cenário permitiu que os estudiosos ampliassem seu escopo temático para além das discussões acerca dos impasses e das possibilidades da reforma agrária e dos assentamentos, das questões relacionadas aos impactos do progresso tecnológico ou das migrações.

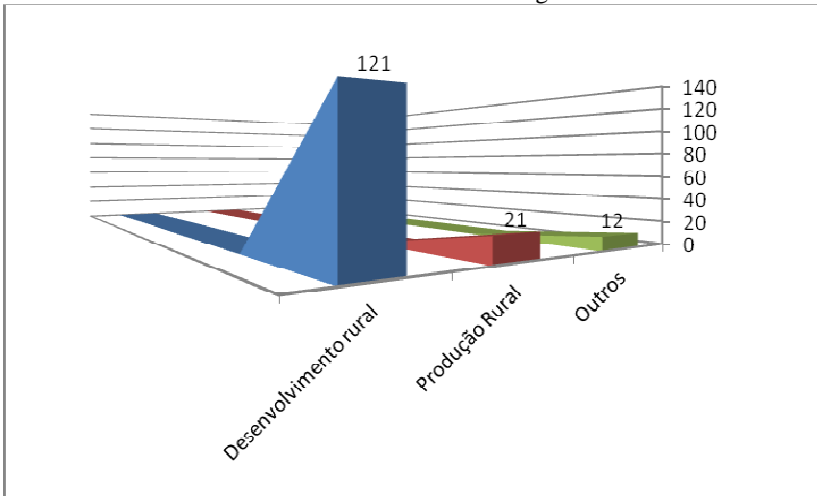
Para esse pesquisador, a mudança nas abordagens científicas sobre o meio rural se deve, principalmente, a aceitação por parte da comunidade científica e da sociedade como um todo de que o ambiente agrário mudou, assim como o seu entorno. Esta nova configuração no meio rural alterou significativamente as estruturas tanto produtivas como a organização do trabalho, as relações sociais e os aspectos culturais, etc.

O processo de análise temática das teses do *corpus* desta pesquisa seguiu uma ordenação de dados, organizando-os em categorias, que segundo Bardin (2004) tem como objetivo fornecer por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos. O critério de categorização utilizado foi o semântico que se processou com a reunião de temas com significados aproximados formando uma categoria temática. “Classificar elementos em categorias impõe a investigação do que cada um deles tem em comum com os outros. O que vai permitir o seu agrupamento é a parte comum existente entre eles”. (BARDIN, 2004, p.112). No caso desta pesquisa, os conteúdos das teses foram agrupados em categorias mais gerais adotando-se uma perspectiva macro. Tais categorias foram desdobradas no momento da análise mais detalhadamente em subcategorias, adotando, sempre que possível, uma perspectiva cada vez menor para que se possibilitasse uma aproximação mais evidente com o a temática da agricultura familiar. Tal procedimento foi adotado pelo fato do conteúdo de cada tese ser muito particular, visto a própria exigência de originalidade na abordagem dos temas desse tipo de trabalho científico nas universidades.

Desta forma, foram separadas as teses adotando a perspectiva macro vinculando cada tese a um tema de seu foco principal, em duas grandes temáticas: 121 teses referem-se mais diretamente ao

desenvolvimento rural e 21 à produção rural propriamente dita. Abordagens únicas não foram agrupadas nessas categorias, formando uma categoria denominada de outros (gráfico 6). No caso de superposição de abordagens conforme as categorias definidas na pesquisa, adotou-se como critério para classificação a preponderância temática. Assim, mesmo que as teses tratassem de assuntos que pudessem ser classificados em uma ou mais categorias ou subcategorias optou-se por apenas uma classificação que levou em conta a preponderância temática.

Gráfico 6 – Teses sobre agricultura familiar, 2000-2009 – Distribuição por conteúdo das teses - temáticas gerais



Fonte: Dados da pesquisa levantados no Banco de Teses da Capes – 2010

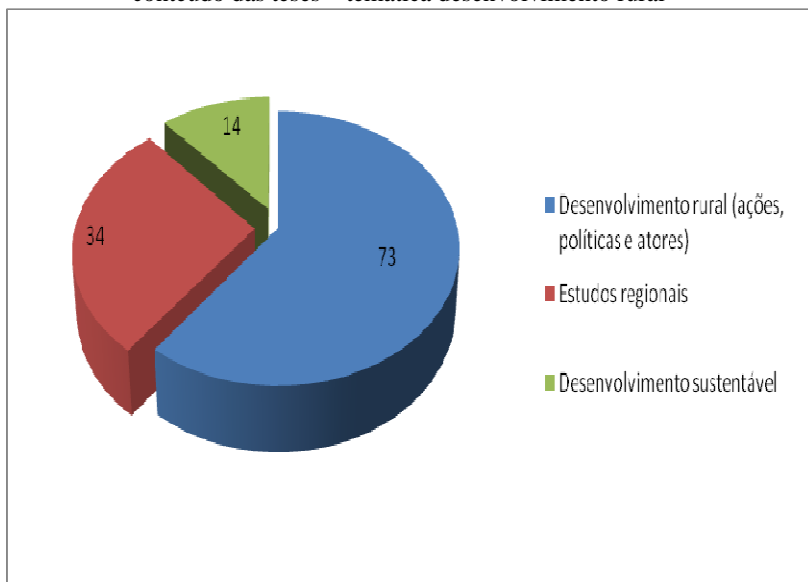
4.2.1 Desenvolvimento rural do ponto de vista da agricultura familiar

No seu sentido amplo, o desenvolvimento rural inclui estudos de impacto ambiental, ordenamento de território, monitoramento ambiental, planejamento, acompanhamento e avaliação do desenvolvimento socioeconômico desse espaço, bem como dos atores sociais envolvidos nas questões relacionadas a esse universo.

O desenvolvimento rural, do ponto de vista da agricultura familiar e na perspectiva adotada nesta pesquisa, incluirá três eixos de análise: desenvolvimento rural com foco em ações, políticas e atores

sociais; desenvolvimento rural com foco em estudos de sustentabilidade; e pesquisas direcionadas aos problemas regionais (gráfico 7).

Gráfico 7 – Teses sobre agricultura familiar, 2000-2009 – Distribuição por conteúdo das teses – temática desenvolvimento rural

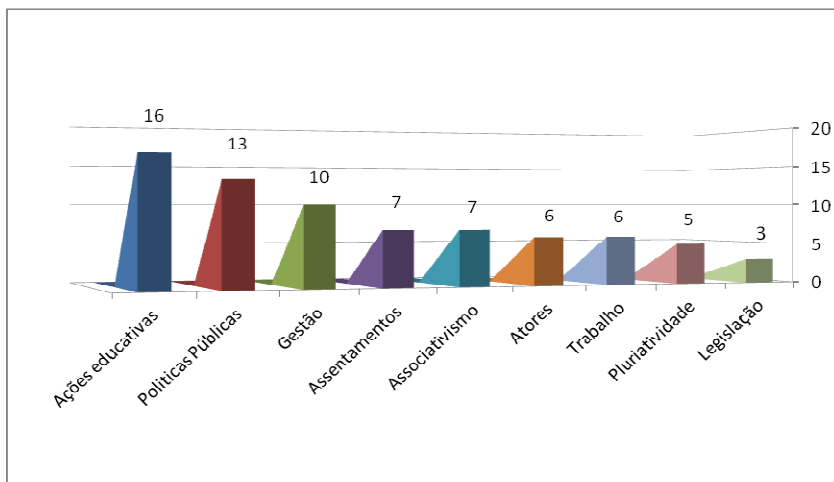


Fonte: Dados da pesquisa levantados no Banco de Teses da Capes – 2010

4.2.1.1 *Desenvolvimento rural: ações, políticas e atores*

Nas teses analisadas nesta pesquisa foram identificadas diversas abordagens demonstrando uma compreensão multifacetada do que representa o desenvolvimento rural com foco na agricultura familiar em termos de ações, políticas e atores. Nessa categoria foram agrupadas pesquisas que tratavam de ações educativas (16 teses), políticas públicas (13 teses), gestão (10 teses), assentamento (7 teses), associativismo (7 teses), pluriatividade (6 teses), enfoques direcionados a atores específicos (6 teses), trabalho (6 teses), e legislação (3 teses) (gráfico 8).

Gráfico 8 – Teses sobre agricultura familiar, 2000-2009 – Distribuição por conteúdo das teses - temáticas desenvolvimento rural: ações, políticas e atores.



Fonte: Dados da pesquisa levantados no Banco de Teses da Capes – 2010

4.2.1.1.1 Ações educativas na agricultura familiar

As ações educativas na agricultura familiar foram agrupadas em 16 teses de acordo com as abordagens. Verificou-se nessas dois aspectos tratados, ou seja, 9 teses tratavam de ações educativas de escolas e projetos oficiais de educação rural (QUEIROZ, 2004; OLIVEIRA, 2005; RIBEIRO, 2005; DANSA, 2008; OLIVEIRA, 2008; RAMOS, 2008; DIAS, 2009; ESTEVAM, 2009; NOGUEIRA, 2009) e 7 teses de ações educativas de extensão rural e assistência técnica rural (XAVIER, 2000; PEREIRA, 2004; PINTO, 2005; SOBRAL, 2005; IENO NETO (2005); GRITTI, 2007; MACEDO, 2008).

Na perspectiva das ações educativas de escolas e projetos oficiais constatam-se abordagens que enfocam as escolas, os cursos técnicos, a capacitação de agricultores e os programas educacionais direcionados para a agricultura familiar. Ramos (2008) identifica e analisa os desafios e as possibilidades do Curso Técnico Subsequente da

área de agropecuária no sudoeste do Paraná em meio à concepção de desenvolvimento rural sustentável. O autor considera o ensino um caminho para a construção e consolidação de um desenvolvimento rural sustentável para a agricultura familiar.

Dansa (2008) faz uma análise sobre o curso técnico agropecuário direcionado para jovens oriundos de assentamentos rurais. A tese tem como eixo a análise do papel da educação no campo em projeto de desenvolvimento sustentável, na construção da identidade destes jovens assentados da Reforma Agrária e as parcerias institucionais que se formam para a realização destes cursos. Nogueira (2009) aborda a Escola Técnica de Agricultura Familiar de Itaberá-SP para o atendimento de jovens assentados. A partir da instalação desta escola o autor identifica a estrutura que a compõe e a influência de seus ensinamentos na organização das propriedades rurais, na inserção de novas tecnologias, na permanência desses jovens no meio rural, entre outros. Queiroz (2004) tem por objetivo analisar a relação ensino e agricultura familiar no Brasil, enfocando o contexto de instalação dos Centros Familiares de Formação por Alternância. A partir da experiência destes centros, o autor aborda a educação no campo na perspectiva da pedagogia por alternância. Oliveira (2008) trabalha em sua tese as bases filosóficas e epistemológicas de projetos ligados a educação no campo, analisando os planos políticos e pedagógicos, as tarefas desenvolvidas pelos alunos e os discursos dos professores. Estevam (2009) faz uma análise do discurso institucional de projetos que trabalham com formação por alternância, em Santa Catarina, no que tange a suas práticas e resultados. A base desta formação está calcada no ensino e prática, ou seja, o aluno fica um período na escola e outro na propriedade exercitando os conhecimentos adquiridos. Dias (2009) teve por objetivo analisar a capacitação dos agricultores que obtiveram recursos do PRONAF. Oliveira (2005), por sua vez, analisa o projeto Serviço Nacional de Aprendizagem Rural a partir da atuação do projeto na formação profissional e promoção social, no estado de Minas Gerais. Na mesma direção está o trabalho de Freire (2009) sobre o Programa Saberes da Terra. Evidencia a atuação deste programa como política pública para educação no campo e sua participação na formação e qualificação social e profissional de jovens, refletindo num fortalecimento da agricultura familiar.

Na perspectiva das ações educativas de extensão rural e assistência técnica rural encontram-se desde abordagens que tratam de programas de assistência rural até as que tratam da formação de técnicos e engenheiros que se dedicam a essa prestação de serviços na sociedade.

Xavier (2000) aborda aspectos que possibilitam melhorias na relação do extensionista rural com o agricultor na transferência de conhecimento a partir de uma postura “democrática e dialógica”, facilitando a compreensão das individualidades e o compartilhamento de responsabilidades. Pereira (2004) trabalha com a análise entre o extensionismo rural oficial e o alternativo observando a atuação da EMATER-PB, Projeto Lumiar, AS-PTA, e PATAC, procurando evidenciar formas mais eficazes no relacionamento entre extensionista e agricultor. Ieno Neto (2005) analisa a atuação do projeto Lumiar de assistência técnica implantado em assentamentos rurais entre os anos 1997-2000. O autor faz um balanço das diferentes formas de atuação, concepção e prática dos diversos atores envolvidos neste projeto, com o intuito de identificar como as expectativas e as propostas na vida produtiva se apresentam nestes ambientes. Pinto (2005) enfoca os diversos sistemas de produção e o serviço público prestado pela assistência técnica e extensão rural, na tentativa de identificar se os técnicos visualizavam esta diversidade produtiva e como se colocavam diante dessas. Sobral (2005) aborda a questão da formação profissional do extensionista rural mediante as transformações do campo, quanto à modernização da agricultura e das novas exigências dos agricultores familiares ligados à agroindústria do oeste catarinense. O decreto 2.208/97 que trata da Reforma da Educação Profissional é objeto de estudo Gritti (2007), que evidencia o direcionamento na formação dos profissionais agropecuários para um desenvolvimento econômico e social do campo que garanta a reprodução do capital e que indiretamente impossibilita o surgimento e a expansão de formas alternativas de organização e desenvolvimento da sociedade. Em nível de ensino superior, Macedo (2008) trata do processo de aprendizagem dos agrônomos que se preparam para trabalhar com agricultores familiares, identificando pontos de interligação deste processo com o modo de vida dos agricultores, principalmente na articulação de seus conhecimentos, habilidades e atitudes frente ao cotidiano rural.

4.2.1.1.2 Políticas públicas na agricultura familiar

Nesta subcategoria referente às *Políticas Públicas na agricultura familiar* foram agrupadas 13 teses que tratam da descrição, implantação e avaliação das políticas de fomento à agricultura familiar – principalmente o PRONAF – de trabalhos que abordam políticas de desenvolvimento sustentável e territorial.

O PRONAF, política pública para a agricultura familiar, aparece como foco de abordagem em várias teses e com várias perspectivas de análise. Lima (2006) trata do uso dos recursos do PRONAF e a reprodução social dos agricultores familiares. O PRONAF, na visão dessa tese, é uma política pública elaborada com intuito de diminuir as desigualdades deixadas pelo processo conservador de modernização da agricultura brasileira. Rocha (2008) avalia o PRONAF a partir da opinião dos beneficiados dos grupos A (assentados) e B (agricultores familiares) deste programa “e da intenção destes no pagamento do crédito” numa perspectiva psicossocial. Melo (2003) analisa o PRONAF numa perspectiva patriarcal, identificando-o como um programa desenhado no masculino sem abranger as questões de gênero. Brasil (2004) faz uma análise sobre o desenvolvimento sustentável e a relação Estado e Agricultura Familiar a partir de dois programas: o PRONAF, em nível federal, e o Programa de Verticalização da Produção do Distrito Federal, em nível local. Hillig (2008) enfoca a racionalidade técnico-burocrática das políticas agrárias e a dos agricultores familiares. Esta análise se dá a partir da observação da relação entre os gestores locais do PRONAF e os agricultores familiares, sendo que o autor vislumbra nesta relação ambiente propício para a construção da cidadania no meio rural. Matos Filho (2002) analisa a descentralização da gestão de políticas públicas direcionadas para agricultura, comparando o Projeto de Combate à Pobreza Rural e o PRONAF por meio dos discursos das lideranças políticas, sindicatos, atores ligados à igreja e à comunidade local. O PRONAF também é analisado por Altafin (2003) na perspectiva da sustentabilidade como política pública direcionada para o desenvolvimento da agricultura familiar. O foco é identificar se há interação entre a política ambiental e o PRONAF.

Algumas teses adotaram perspectivas voltadas para questões institucionais e sociais. Costa (2005) aborda o ambiente institucional no qual são criadas as políticas de crédito rural para a agricultura familiar, defendendo que o ambiente se assemelha com o do projeto modernizador, que se caracterizou como conservador e excludente. Souza (2006) aborda a noção de meio ambiente inserida nas políticas públicas como caminho para o desenvolvimento e/ou “recomposição da agricultura familiar” como também um possível obstáculo para a sobrevivência dessa categoria. Medeiros (2003) procura entender a dinâmica espacial da agricultura familiar diante de políticas públicas, das mudanças regionais e dos problemas ligados aos fatores de produção e comercialização. Arilde Franco Alves (2009) aborda a agricultura

familiar no ambiente semi-árido a partir da criação de políticas públicas que estimulam a convivência de camponeses e agricultores. O objetivo é estudar as experiências dos camponeses que vivem no semi-árido e identificar as estratégias de produção dos agricultores que são beneficiados pelas políticas, projetos, planos que almejam melhorar as condições de vida e adaptação ao meio. Adilson Francelino Alves (2008) analisa, através da trajetória do Projeto Vida na Roça desenvolvido entre 1996 e 2006 na cidade de Francisco Beltrão-PR, o processo de implementação de projetos de desenvolvimento rural e a relação de poder e das redes entre os atores sociais envolvidos (implementadores, instituições e agricultores familiares).

Costa (2008) trata de políticas de compensação e incentivos aos agricultores para adequação a modelos ambientais sustentáveis. Em particular aborda o Programa Proambiente política pública em implementação no Brasil.

4.2.1.1.3 Gestão na agricultura familiar

Nesta subcategoria *Gestão na agricultura familiar* foram agrupadas 10 teses voltadas para questões gerenciais relacionadas à agricultura familiar, incluindo desde as que avaliam as formas gerenciais e a eficiência da agricultura familiar, a racionalidade administrativa, sistema de certificação, entre outros.

Lourenzani (2005) almeja criar um modelo de gestão que possa auxiliar o agricultor familiar, ou outros agentes ligados a esta categoria, na administração da unidade produtiva e na tomada de decisão. Na mesma perspectiva, Sampaio (2008) almeja desenvolver um modelo de gestão “baseado em aliança estratégica multiinstitucional” para a geração e implementação de tecnologia direcionada para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar amazônica, consequentemente melhorando a qualidade de vida e a renda das famílias. Almeida (2003) tem por objetivo identificar, a partir do contexto socioestrutural mais imediato e dos sistemas de produção, as lógicas que orientam as escolhas técnicas e a gestão dos recursos naturais dos produtores de hortaliça do município de Colombo-PR. Roesler (2009) identifica e analisa, por meio de estudo de caso, as racionalidades incutidas nas práticas administrativas dos agricultores familiares. Nunes (2000) avalia a eficiência da agricultura familiar em relação à modalidade patronal. O autor adota elementos da economia de custo de transação para efetivar tal análise. Oliveira (2000) estuda a lógica da exploração da produção familiar e do tipo patronal a partir das

características tecnológicas da produção agropecuária e seu impacto sobre os recursos naturais. Pereira Filho (2001), também enfocando a eficiência da agricultura familiar, realiza essa análise a partir de abordagem não-paramétrica para “derivar em medidas de eficiência técnica, de escala, alocativa e econômica”, a capacidade desse tipo de empreendimento rural. Santos (2005) avalia a viabilidade econômica de sistemas agroflorestais em dois ecossistema (terra firme e várzea), de culturas perenes e semiperenes, usando os indicadores econômicos. Fernandes (2004) investiga as agroindústrias de pequeno porte, beneficiadas por políticas que promovem esta modalidade de investimento da agricultura familiar. O intuito é encontrar fatores que interferem na sustentabilidade financeira destas agroindústrias considerando a baixa taxa de sobrevivência deste empreendimento. Medaets (2003) investiga o sistema de certificação de produtos orgânicos no Brasil relacionando o Sistema de Certificação em Grupo por Auditoria Externa de Terceira Parte, a Certificação Participativa em Rede com aparato legal brasileiro em implementação.

4.2.1.1.4 Assentamentos e a agricultura familiar

Nesta subcategoria foram agrupadas sete teses que abordam o processo de formação, as características dos assentamentos e dos assentados, os índices de sustentabilidade, o sistema produtivo, a implantação de políticas públicas, entre outros.

Anjos (2003) identifica as principais características de dois assentamentos rurais do Rio de Janeiro, com intuito de compreender a dinâmica interna na perspectiva social, econômica, política, cultural e ambiental. Para tanto elege três eixos de análise: atividades não agrícolas, tecnologia alternativa e sustentabilidade dos assentamentos. David (2005) analisa dois assentamentos rurais no Rio Grande do Sul quanto ao seu processo de formação e territorialização, as estratégias de reprodução, desafios e possibilidades de desenvolvimento rural. Silva (2006) tem sua pesquisa baseada em assentamentos rurais do estado de Goiás. A autora procura identificar as condições sociais e econômicas e investigar a sustentabilidade adotando uma perspectiva de longo prazo. Luiz G. T. Silva (2007) também procura avaliar do ponto de vista social, ambiental e econômico a sustentabilidade da agricultura familiar em assentamentos rurais do Sudeste do Paraná. A partir da comparação entre assentamentos, o autor almeja identificar se há orientação para práticas sustentáveis, ou seja, que tornem as condições de vida dos assentados satisfatórias, afastando assim a necessidade de abandono

destas terras. Rosa (2009) investiga o contexto socioeconômico e os sistemas produtivos dos assentados rurais no município de Tamarana (PR), focando na produção de leite, grãos e olerícolas, almejando contribuir na geração de informação para a construção de políticas públicas e a criação de rede de referência em assentamentos. José de R. S. Silva (2007) aborda a questão dos assentamentos da Reforma Agrária na perspectiva da segurança alimentar analisando a produção da agricultura familiar. O autor visualiza na revalorização de diversos aspectos ligados ao meio rural e ao fator produção de alimentos a possibilidade de reestruturação dos grupos sociais levando à diminuição das desigualdades socioeconômicas. Nesse cenário, o autor identifica na promoção dos assentamentos rurais, compostos principalmente por agricultores familiares, a garantia do fornecimento de alimentos para a sociedade. Silva Junior (2003) investiga as causas dos diferentes índices de desempenho econômico de assentados da reforma agrária com intuito de auxiliar na melhora destes índices além de identificar possíveis soluções dentro do próprio assentamento que levam ao aumento da renda familiar.

4.2.1.1.5 Associativismo na agricultura familiar

Nesta subcategoria *associativismo na agricultura familiar* estão incluídas 07 teses que tratam de formas alternativas de organização da produção, do trabalho e da comercialização na agricultura familiar e têm por base ações de cooperação. Karam (2001) analisa a produção orgânica a partir da Associação de Agricultura Orgânica do Paraná (AOPA) e da constituição dos grupos de agricultores orgânicos. Esta nova forma de organizar a produção substitui a antiga visão da submissão do meio rural ao meio urbano e inaugura uma aliança entre os meios representados pelos agricultores, técnicos e assessores. Olivo (2000) avalia em sua tese o sistema condominial utilizados por agricultores familiares vizinhos. Contextualiza a agricultura familiar em meio à dinâmica da globalização e afirma que o direcionamento para produção sustentável e cooperada são os melhores caminhos para a manutenção do agricultor familiar ligado ao mercado. Pedó (2007) aborda o cooperativismo a partir da economia solidária analisando a fundação e atuação da Cooperativa de Pequenos Agricultores e Produtores de Leite da Região Sul (COOPAL). A autora ressalta a atuação da cooperativa a partir de um ideal solidário que, ao unir-se aos agricultores excluídos do modelo tradicional de mercado, se motivam em ir ao encontro de alternativas produtivas. Essa relação se caracteriza

pela solidariedade, cooperação e auto-estima entre os participantes. Schröder (2005) investiga o Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária – o sistema Cresol – com objetivo de analisar os elementos do arranjo institucional que compõem o sistema Cresol e as características que o tornam inovador e eficiente. Badalotti (2003) aborda a cooperação e a agroecologia como meios viabilizadores da reprodução da agricultura familiar. Para tanto ela analisa a atuação da Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO) que desenvolvem programas de promoção da agricultura familiar baseado em práticas agroecológicas e cooperação. Ela analisa como os agricultores tiveram acesso a estes programas e suas representações sobre estes projetos. Prim (2004) analisa a socialização e a produção de sentidos dos agricultores que participam de projeto de cooperação e as transformações psicossociais destes integrantes. Seus estudos são feitos na Associação de Agricultores Monte Alegre (AGRIMA). Cabral (2004) analisa as estratégias de desenvolvimento executadas pela Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral e como estas interferem na dinâmica do espaço e da agricultura familiar.

4.2.1.1.6 Atores da agricultura familiar

Nesta subcategoria foram identificadas 06 teses que incluem abordagens sobre o papel, a vida e as conquistas das mulheres e dos jovens a partir de sua situação na agricultura familiar.

Tedeschi (2007) coloca o foco de sua pesquisa na história da mobilização das mulheres agricultoras no Noroeste do Rio Grande do Sul, fazendo uma reflexão de como o imaginário e as representações sociais atuam sobre a vida dessas agricultoras. A autora afirma que a submissão e a resistência fazem parte da história das mulheres agricultoras e que isso é visível na permanência de funções tradicionais e nas conquistas de direitos sociais. Oliveira (2008) aborda a questão de gênero em assentamentos rurais a partir da análise de seu cotidiano, considerando “as divergências, conflitos e tensões, antagonismo e relação de poder”. Na visão dessa autora as mulheres não são vistas como coadjuvantes e sim como protagonistas no âmbito da agricultura familiar. Hernández (2009) analisa o impacto do PRONAF-Mulher numa perspectiva de empoderamento sob a dimensão econômica, social e política das mulheres agricultoras e identifica as mudanças na relação de gênero das beneficiadas pelo programa. Siliprandi (2009) analisa o percurso feito pelas mulheres agricultoras que participam de movimentos agroecológicos, ligados à rede social Articulação Nacional

de Agroecologia, em relação à conquista da legitimação de suas reivindicações e na disputa igualitária por espaço para apresentação de suas próprias concepções sobre gestão ambiental e desenvolvimento sustentável. Strapasolas (2002) analisa a percepção dos jovens sobre o rural e parte da hipótese de que os movimentos migratórios e reivindicatórios são reflexos dos problemas estruturais da sociedade e que não estão ligados exclusivamente a problemas econômicos, mas que repercutem no desenvolvimento do meio onde estão inseridos. Weisheimer (2009) almeja identificar as distintas situações do jovem na agricultura familiar e explicar como se dá a construção de seus projetos profissionais.

4.2.1.1.7 Trabalho na agricultura familiar

Nesta subcategoria são analisadas 06 teses que abordam questões ligadas ao trabalho no campo, incluindo exploração do trabalho infantil, saúde do trabalhador e novas tendências na organização do trabalho.

O trabalho infanto-juvenil um assunto recorrente nas teses analisadas. Veras (2005) reflete sobre os fatores e as estruturas sociais, econômicas e culturais que propiciam a persistência no uso da mão de obra infanto-juvenil na agricultura familiar. Siqueira (2006) explora o tema trabalho infantil na agricultura familiar, especialmente na produção do café. Parte da compreensão dos fatores que envolvem a formação social, econômica e cultural da região e da análise do trabalho da criança na família no que tange à importância, intensidade, participação no trabalho quanto ao sexo e idade, vida escolar e ao momento de brincar. Vasconcelos (2009) investiga a relação do desenvolvimento da citricultura no Sergipe, o impacto socioeconômico e a exploração da mão de obra infantil. O autor evidencia na pobreza e nos mecanismos de acumulação do capital situação ótima para a precocidade laboral das crianças e jovens.

Lustosa (2005) investiga a questão do trabalho rural num contexto de reestruturação produtiva e seus reflexos na produção e reprodução social. Parte das novas conjunturas que afirmam a desimportância da reforma agrária, o desuso do trabalho direto na produção agrícola e o aumento do índice de ocupação fora do campo. Souza (2009) analisa as consequências e os desafios de novas formas de organização do trabalho que procuram se erguer sobre os pilares da cooperação e resultados econômicos. A autora analisou o trabalho de agricultores familiares ligados à Rede de Agroecologia Ecovida.

A proposta da tese de Poletto (2009) tem por objetivo identificar fatores ligados às práticas laborais no campo que podem contribuir para o surgimento de problemas de saúde mental. Ele evidencia que questões de sazonalidade, carga de trabalho, clima, isolamento e suporte social, problemas financeiros, o uso de agrotóxicos, intoxicação e problemas de saúde podem contribuir para o agravamento da saúde mental.

4.2.1.1.8 Pluriatividade na agricultura familiar

As 05 teses classificadas nessa subcategoria abordam a mudança na organização do trabalho familiar no que tange às atividades econômicas e produtivas.

Cortez (2006) procura em sua tese visualizar como a pluriatividade se apresenta na agricultura familiar a partir de uma análise da estrutura fundiária, relação de trabalho, mão de obra externa, condições econômicas e sociais e expectativas em relação ao futuro. Mauricio Alves (2008) investiga os principais fatores que levam os produtores a direcionarem suas estratégias para o aumento de renda fora da unidade produtiva. Pinto (2009) investiga a pluriatividade em assentamento rural a partir de “determinantes internos à família”, ao assentamento e ao seu entorno. O autor parte do princípio de que a pluriatividade é para o agricultor familiar um mecanismo de reprodução econômica e social. Teixeira (2009) analisa as famílias da região serrana do Rio de Janeiro a partir das formas de ocupação e meios de reprodução social. O objetivo foi identificar a importância da renda agrícola, não-agrícola, os valores oriundos de fontes públicas ou privadas e o autoconsumo da família na reprodução destes agricultores.

Nascimento (2005) levanta a questão do futuro da pluriatividade na agricultura familiar. Para tanto o autor analisa o desenvolvimento da pluriatividade em diferentes regiões do país, questionando em qual região esta modalidade de geração de renda tem maior probabilidade de crescimento e em qual região ela contribui na ampliação ou ao menos na garantia do sustento da família. Além disso, o autor investiga qual o tipo de agricultura familiar vem se desenvolvendo atualmente no Brasil.

4.2.1.1.9 Legislação e a agricultura familiar

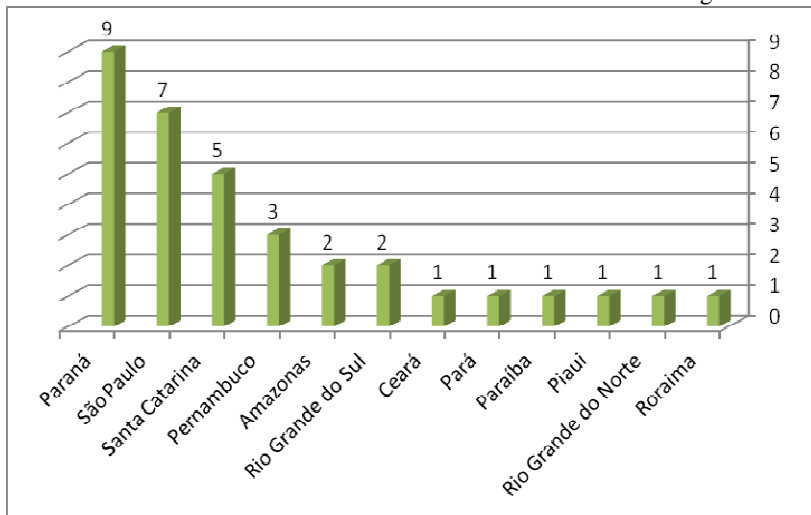
Nesta subtemática foram encontradas 03 teses que focalizam os impactos da Legislação sobre a produção familiar na agricultura.

Sampaio (2004) faz uma análise da repercussão nas estratégias reprodutivas dos agricultores familiares diante da legislação ambiental no litoral norte do estado do Paraná, da chegada de fazendeiros e ONGs ambientalistas na região para por em prática o projeto de sequestro de carbono. Com essas mudanças, a área de produção da agricultura familiar diminuiu consideravelmente, levando os agricultores a repensar suas estratégias de reprodução. Franco (2009) aborda a efetividade e os impactos da legislação florestal sobre agricultores familiares da região Metropolitana de Curitiba. O autor parte da ideia de que a legislação ambiental é caracterizada pela sua generalidade e que a sua implementação pode atingir de forma positiva ou negativa os aspectos sociais e ambientais. Hauer (2009) aprofunda a discussão sobre a readequação/regularização da agricultura familiar mediante a legislação ambiental e busca identificar fatores que influenciam neste processo. A autora parte do pressuposto de que a agricultura exerce função socioambiental.

4.2.1.2 Desenvolvimento rural: estudos regionais

As 34 teses incluídas nesta subtemática *estudos regionais* caracterizam-se por análises que abordam questões pontuais quanto aos aspectos ambientais e a relação com a produção agrícola do tipo familiar. Entre esses aspectos estão: formas de ocupação do território e como esse processo influencia na conduta do agricultor e nas relações com o meio; produções específicas da região, envolvendo principalmente a análise de práticas produtivas quanto à sustentabilidade e eficácia econômica e caracterização; particularidades regionais de relacionamento com o meio ambiente e com a sociedade; projetos que almejam desenvolvimento regional; e ações de atores sociais. Tais estudos regionais foram descritos a seguir concentrando-os nos estados da federação brasileira (ver gráfico 9 a seguir).

Gráfico 9 – Teses sobre agricultura familiar, 2000-2009 – Distribuição por conteúdo das teses – temática desenvolvimento rural: estudos regionais



Fonte: Dados da pesquisa levantados no Banco de Teses da Capes – 2010

4.2.1.2.1 Estudos regionais: Paraná

Nesta subcategoria *Estudos regionais: Paraná*, percebe-se uma concentração de análises relacionadas com a região metropolitana de Curitiba. Corona (2006) analisa a reprodução social dos agricultores familiares da região metropolitana de Curitiba a partir de seu ambiente físico e social que se encontra em constante transformação. Dias (2006) investiga essa região do ponto de vista da dinâmica nos processos naturais, seus limites e potencialidades na reprodução dos sistemas agrícolas da agricultura familiar a partir da análise de paisagem. Queiroga (2006) estuda as mudanças nas práticas agropecuárias na região metropolitana de Curitiba e identificar como os aspectos sociais, ecológicos, econômicos, técnicos, políticos e culturais que participaram da evolução e distinção dos sistemas agrários. Candiotto (2007) analisa a implantação do Circuito Italiano de Turismo Rural, na região metropolitana de Curitiba para identificar os empreendedores ligados ao

projeto e aos reflexos nas unidades familiares de produção vinculadas a este circuito. Hora (2009) analisa também a região metropolitana de Curitiba e investiga o impacto social e ambiental dos elementos fixos sobre os territórios rurais por meio dos objetos infraestrutura e pelas formas de acesso aos serviços de educação, saúde e apoio à produção pela pequena agricultura familiar.

Alguns estudos abordam aspectos mais amplos e relacionados ao estado do Paraná, tais como Nascimento (2005), Poubel (2005), Lionço (2007) e Perondi (2007). Nascimento (2005) investiga o meio ambiente como agente participante nas transformações históricas, sociais e econômicas nas áreas rurais, partindo da suposição de que esse papel é politicamente relevante. Ele analisa a região sudoeste do Paraná levando em consideração sua estrutura agrária mais democrática. O autor tem como hipótese que a terra e as formas de acesso a ela, historicamente excludente e concentradoras, aliado ao processo técnico aplicado à agricultura, são os principais responsáveis pelo uso produtivo e não-produtivo da terra e de outros recursos naturais. Poubel (2005) analisa o padrão de ocupação e utilização da terra dada pela agricultura no estado do Paraná a partir da identificação, por meio de imagens de satélite, de padrões de agricultura do sistema familiar em meio ao predomínio do padrão da agricultura produtivista do sistema capitalista. Lionço (2007) discute a abordagem territorial para o desenvolvimento sustentável no sudoeste do Paraná. Ela afirma que esta política, a qual tem sua origem na Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário, abre maiores possibilidades para a interação da sociedade civil com o governo no exercício de planejamento dos projetos de desenvolvimento.

Perondi (2007) analisa em Itapejara do Oeste-PR as transformações decorrentes da diversidade do “meio de vida no meio rural”. Ele parte do questionamento sobre a limitação que a produção de commodities agrícolas estabelece para agricultura familiar e como esse processo ocorre.

4.2.1.2.2 Estudos regionais: São Paulo

Hespanhol (2000) caracteriza a produção familiar por meio de uma abordagem histórica, da categoria, na Microrregião de Presidente Prudente, evidenciando o seu desenvolvimento econômico e social sem desconsiderar as diferentes perspectivas que se tem ao analisar agricultura familiar. Abreu (2002) investiga a relação das práticas produtivas da agricultura familiar e as formas como os agricultores se

relacionam entre si e com o meio ambiente no Vale do Ribeira. O autor parte da compreensão das formas como os agentes sociais visualizam a relação com a natureza, os possíveis prejuízos que esta pode causar ao meio e como formam esta percepção sobre os riscos ambientais. Sant´Ana (2003) estuda as estratégias produtivas e reprodutivas desenvolvidas pelos agricultores familiares na mesorregião de São José do Rio Preto. Petinari (2007) estuda os agricultores familiares da região noroeste de São Paulo, mais precisamente o Escritório de Desenvolvimento Rural de Jales, quanto as seus mecanismos de reprodução social como na sua organização.

Chalita (2004) focaliza seus estudos nos produtores familiares modernos de laranja no município de Bebedouro com o intuito de compreender a “produção e apropriação de significações socioculturais” destes agricultores em meio às vivências situadas no espaço e no tempo, mediante aos fatores terra, trabalho, técnicas de produção e mercado ligados à citricultura e os outros sistemas produtivos.

Santo (2005) investiga o enfraquecimento da agricultura familiar nos municípios de Bilac, Birigui e Guarapes. O autor acredita que os principais motivos que fragilizam a agricultura familiar são decorrentes do crescimento das agroindústrias açucareiras, da ineficácia das políticas públicas, da falta de organização e união por parte dos sindicatos e entidades representativas da categoria e da inexistência de uma identidade comum desse seguimento socioeconômico.

Alécio Rodrigues Oliveira (2006) procura compreender a “configuração e a dinâmica” de cinco bairros rurais em Anhumas-SP. Entre os aspectos analisados estão a trajetória evolutiva, as estratégias usadas para o desenvolvimento destes bairros, as manifestações culturais, a organização social e econômica dos agricultores familiares residentes nestes bairros rurais.

4.2.1.2.3 Estudos regionais: Santa Catarina

Flexor (2002) analisa o oeste catarinense no intuito de compreender “os efeitos do contexto sociogeográfico para o incremento na organização da produção agrícola”. A região é caracterizada pela forte atuação das agroindústrias e pelo predomínio da agricultura familiar. Mior (2003) investiga o oeste catarinense com o objetivo de identificar as transformações a partir do conceito de redes de desenvolvimento rural. A análise está baseada na relação entre agricultores familiares, agroindústrias e território, considerando a ação dos atores sociais inseridos em redes sociais e sócio-técnicas. Mello

(2009) almejou analisar e compreender os reflexos sociais, econômicos e ambientais do capital agroindustrial no oeste catarinense e as transformações na organização do trabalho e da produção na agricultura familiar.

Dalmora (2004) analisa o processo de conservação dos remanescentes da Mata Atlântica em Santa Catarina e qual o papel da agricultura familiar nesse processo no decorrer da década de 90 considerando as formas de acesso, o uso e a partilha dos recursos florestais.

Por meio de uma análise histórica, Radin (2006) investiga a “atuação das companhias colonizadoras” no início do século XX e seu papel na reconstrução do município de Cruzeiro, atual Joaçaba. As companhias colonizadoras comercializavam terras, principalmente para agricultores familiares que migravam de outras regiões. A ideia de colonização trazia consigo o intuito de fazer progredir a região através do uso eficaz do espaço e da produção de bens para o mercado interno.

4.2.1.2.4 Estudos regionais: Rio Grande do Sul

Salamoni (2000) almeja em sua tese produzir conhecimento sobre a realidade sociocultural, econômica e ambiental da produção familiar e a partir disso ampliar as possibilidades de mudanças estruturais e potencializar a ação por parte da sociedade. Por meio de revisão bibliográfica e o estudo de caso realizado numa comunidade de Pelotas-RS. A autora reforça a ideia de que as comunidades rurais representam o *locus* para a realização de propostas alternativas de desenvolvimento sustentável no âmbito ecológico, econômico e social.

Conterato (2008) investiga comparativamente as transformações ocorridas na agricultura familiar em decorrência do processo de mercantilização da agricultura. Almeja com este estudo identificar as mudanças na agricultura familiar no que tange às estratégias de produção e reprodução, o padrão de autonomia e/ou dependência, a dinâmica territorial de desenvolvimento rural e os “estilos de agricultura familiar”.

4.2.1.2.5 Estudos regionais: Pernambuco

Monteiro (2007) almeja em seu estudo calibrar e validar o modelo computacional para simular cenários que envolvam o transporte de sais em solos aluviais no semi-árido de Pernambuco. Seu estudo de

caso abrange lotes irrigados, de pequena agricultura familiar do Município de Pesqueira-PE.

Barros (2007) analisa a dinâmica da política de desenvolvimento territorial e a capacidade de adaptação da agricultura familiar no submédio São Francisco a essa dinâmica. Inclui nesta pesquisa a análise sobre os impactos econômicos, sociais e ambientais desse desenvolvimento nos últimos 35 anos.

Em Carvalho (2009) o tema semi-árido serve de pano de fundo para se avaliar a sustentabilidade das áreas irrigadas da agricultura a partir da análise dos Projetos de Irrigação Apôlonio Sales e Icó-Mandantes em Pernambuco.

4.2.1.2.6 Estudos regionais: Amazonas

Almeida (2001) estuda o conhecimento dos agricultores de Manacapuru /AM sobre o meio em que vivem, reconhecendo que esse se manifesta nas formas de produção utilizadas pelos agricultores familiares tradicionais e que garantem sua reprodução. O objetivo da análise foi de produzir conhecimentos para seu uso em sistemas agroflorestais de cultivo e pousio.

Costa (2004) trata das queimadas na Amazônia, do ponto de vista da produção e recepção das campanhas de prevenção, que são de responsabilidade de instituições ligados ao governo e ONGs. A hipótese é que há um choque entre os discursos de quem produz a campanha e o entendimento de preservação ambiental por parte dos agricultores familiares. Isso acarreta numa obtenção parcial de resultados positivos

4.2.1.2.7 Estudos regionais: Pará

Oliveira (2009) analisa a relação sociedade-natureza dos agricultores de Marabá-PA a partir das mudanças nos critérios de escolha de suas estratégias reprodutivas. A autora identificou situações distintas de ocupação da região que se dividem em tardia ou recente.

4.2.1.2.8 Estudos regionais: Ceará

Holanda (2003) aborda as práticas cotidianas do trabalho em família que envolvem a agricultura de subsistência, pesca artesanal e trabalho fora do campo como forma estratégica de reprodução material desenvolvida na comunidade de Guriú no Ceará.

4.2.1.2.9 Estudos regionais: Paraíba

Ao encontro de uma convivência sustentável com o semi-árido, Ramos (2009) analisa as novas articulações dos atores que compõe o semi-árido no estado da Paraíba, principalmente o discurso institucional da Articulação do Semi-árido Paraibano (ASA-Paraíba). A ASA-Paraíba almeja em seu projeto reforçar a importância da agricultura familiar, legitimação do espaço político destes agricultores e, por meio da articulação de diversos atores e fatores, atribuir sustentabilidade ao convívio com o semi-árido.

4.2.1.2.10 Estudos regionais: Piauí

Pereira (2003) analisa o desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares do Vale do Gurguéia/PI, ameaçados pela expansão da agricultura empresarial no cerrado piauiense.

4.2.1.2.11 Estudos regionais: Rio Grande do Norte

O objetivo de Nunes (2009) em sua tese foi investigar como as transformações nas formas de organizar a produção e o trabalho ocorrem no interior da cada dinâmica regional e se relacionam com o processo de reestruturação agrícola, e qual o poder da agricultura familiar no nível local para se manter e se desenvolver em um ambiente institucional de globalização como o do Pólo Assu-Mossoró-RN.

4.2.1.2.12 Estudos regionais: Roraima

Sousa Junior (2006) traz sua contribuição ao analisar a relação de atores e instituições que gerenciam projetos de prevenção, controle e combate a incêndios em Roraima. O autor focaliza a questão da gerência compartilhada destes programas questionando sua eficiência no combate ao fogo no estado.

4.2.1.3 Desenvolvimento rural: sustentabilidade

Nesta categoria foram incluídas 14 teses que abrangem ações que visam avaliar, descrever e propor melhoria no uso dos recursos naturais. É perceptível nestes trabalhos a preocupação com a sustentabilidade do ponto de vista ambiental e econômico, não contemplando todos os aspectos sugeridos pela amplitude deste

conceito. Geralmente entende-se como desenvolvimento sustentável o “desenvolvimento social e de progresso econômico, mantendo e conservando os recursos naturais, origem do futuro comum de uma humanidade que pretende tornar os impactos econômicos sobre o meio ambiente coisas do passado” (CARMO, 1998, p.4). Optou-se na apresentação dessa categoria pela divisão das teses que tratavam da sustentabilidade pelos pontos de vista da agroecologia, dos indicadores de sustentabilidade e das práticas agrícolas preservacionistas.

4.2.1.3.1 Desenvolvimento rural sustentável: Agroecologia

Nessa subcategoria que se denominou de *Agroecologia* são apresentadas 10 teses que avaliaram, caracterizaram, investigaram a adoção, as práticas ecológicas adotadas na agricultura familiar e, em especial, a organização da produção de orgânicos.

Luzzi (2007) abordou a formação do “debate agroecológico no Brasil.” A autora inclui em seus estudos os atores sociais participantes desse processo, em especial, os agricultores. Verona (2008) avaliou a sustentabilidade de agricultores familiares que se associaram às redes de referência de base ecológica, sob coordenação da Embrapa Clima Temperado de Pelotas. Gonçalves (2008) discutiu a construção e a territorialização das práticas agroecológicas em assentamentos rurais do Paraná. Mariano Neto (2006) investiga a construção de território com enfoques agroecológicos a partir de experiências e relações sociais e ambientais num contexto agrário que envolve ONG’s, sindicatos, institutos de pesquisa e consumidores. A hipótese levantada pelo autor é de que a grande propriedade e as práticas predatórias que acarretam prejuízo ao meio ambiente são os principais entraves para a consolidação de uma agricultura familiar sustentável no âmbito social, econômico e ecológico. Batistela (2009) analisa o movimento agroecológico no âmbito da agricultura familiar sob a assessoria da Ong luterana CAPA e se baseia nas teorias de racionalidade ambiental e mediação convencional. Antonio Neto (2009) considerou que a agroecologia é um “instrumento” viável para o desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares. Para tanto, em sua tese analisou os princípios da agroecologia com intuito de construir um modelo sustentável de desenvolvimento para a agricultura familiar.

Rodrigues (2009) analisa a articulação de saberes em projetos de desenvolvimento rural sustentável para o semi-árido, incluindo a relação das práticas dos agricultores e as técnicas difundidas pelas ONGs. Seu foco foi o estudo sobre a vivência dos agricultores nas

práticas de sustentabilidade e na compreensão da forma como os agricultores se apropriam e interagem com os novos conhecimentos.

Nas práticas agroecológicas as abordagens evidenciam a produção de orgânicos. Schmitt (2001) analisa as influências na organização da produção da agricultura familiar, quando essa se alia às redes alternativas, baseadas em produção e consumo de produtos orgânicos. Ruszczuk (2007) analisa o processo de formação das estratégias de reprodução da agricultura familiar que se direcionam para a produção de orgânicos. O autor acredita que a mudança na forma de produzir, ou seja, da tradicional para a orgânica, é uma estratégia de reprodução e que tal escolha reflete também no seu cotidiano. Nobre Junior (2009) avaliou os sistemas de produção de olerícolas na região de Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto, quanto a sua sustentabilidade, haja vista que a produção está baseada em práticas orgânicas.

4.2.1.3.2 Desenvolvimento rural sustentável: Indicadores

Nesta subcategoria estão 02 teses que constroem ou propõem métodos para avaliar a sustentabilidade de unidades agrícolas produtivas.

Azevedo (2001) estuda o funcionamento da produção dos agricultores familiares no intuito de gerar informações que viabilizem a construção de indicadores avaliativos no quesito sustentabilidade das práticas e manejos adotados pela agricultura familiar. Tavares (2004) propôs uma metodologia para avaliar a sustentabilidade dos sistemas praticados pelos agricultores familiares, a partir da análise de modelos já em uso e de referencial teórico.

4.2.1.3.3 Desenvolvimento rural sustentável: Práticas agrícolas

Nesta subcategoria estão as 02 teses que estudam aspectos que interferem na adoção de técnicas menos predadoras por parte dos agricultores familiares e analisaram as mudanças da relação homem e natureza e agricultores nativos com a chegada do homem urbano.

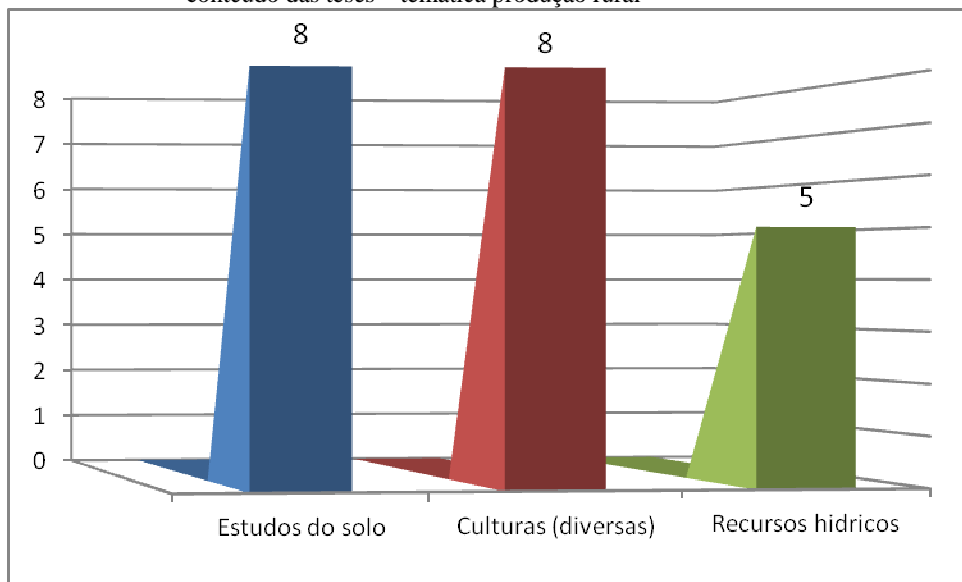
Silva (2004) analisa a relação dos Índios terena e os caboclos da região do Pantanal e a sua relação com o meio ambiente que procura trabalhar a terra sem prejudicá-la. Sandrini (2009) investiga as práticas agrícolas dos agricultores familiares do nordeste brasileiro, com o intuito de identificar os fatores que norteiam a adoção ou não de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente.

4.2.2 Produção rural do ponto de vista da agricultura familiar

A produção agrícola familiar brasileira está baseada no uso da mão de obra dos membros que compõem a unidade produtiva. Tal particularidade reflete numa estrutura diferenciada de relações sociais internas e externas ao grupo, uma racionalidade distinta na forma administrativa e na relação com os meios de produção, o tipo de cultivo, entre outras.

Esta subcategoria teve vinte e uma teses analisadas, que foram divididas em estudos do solo, culturas, recursos hídricos (gráfico 10).

Gráfico 10 – Teses sobre agricultura familiar, 2000-2009 – Distribuição por conteúdo das teses – temática produção rural



Fonte: Dados da pesquisa levantados no Banco de Teses da Capes – 2010

4.2.2.1 Produção rural: estudos do solo

Nesta subcategoria as 08 teses de doutorados analisaram as características dos solos, formas de manejo quanto à sustentabilidade, a necessidade de mudança de prática com o uso de produtos químicos e/ou adubo orgânico, avaliação das formas de utilização do solo, entre outros aspectos.

Sawaki (2007) avalia os componentes químicos do solo a partir da troca de manejo utilizada pelos pequenos agricultores, que compreende o corte, a queima e o pousio pelo uso e aplicação dos sistemas agroflorestais. Pereira (2007) considera que mais da metade do solo com condições de ser cultivado no Brasil necessita de uso de calcário para a correção da acidez. O objetivo da autora foi mostrar que os agricultores familiares são consumidores em potencial para o uso desse produto e que, conseqüentemente, o seu uso refletirá em benefícios do ponto de vista econômico, social e ambiental. Xavier (2009) analisa a composição química do solo usado no cultivo do café baseado em sistema agroflorestral e cultivo a pleno sol. A intenção foi quantificar o nível de carbono, nitrogênio e fósforo desses solos em diferentes níveis de matéria orgânica do solo e avaliar o reflexo deste composto orgânico nas características destes elementos químicos.

Oliveira (2005) estuda as espécies de plantas capazes de contribuir com o índice de fósforo no solo, criando assim um sistema ecologicamente correto de incrementar a nutrição do solo. Lanillo (2007) analisa o plantio direto de grãos quanto a sua rentabilidade, as formas e o tempo de manejo do solo. O autor teve por objetivo gerar informação sobre a composição físico-química e manejos sustentáveis do solo. Para Galvão (2008), a utilização do esterco bovino para a reposição de nitrogênio e fósforo no solo é muito comum na agricultura familiar da região do semi-árido. Em sua tese, a autora quantifica o acúmulo desses compostos em solos que recebem esse tipo de fertilização por longo período assim como a dinâmica do fósforo no solo. Sandini (2009) analisa, por sua vez, a integração lavoura-pecuária como alternativa de manejo de solo. Seu objetivo foi gerar informação para tornar eficaz a utilização do sistema lavoura-pecuária a partir da rotação de culturas. Santos (2008) estuda o manejo do solo tradicional e alternativo quanto a sua sustentabilidade socioeconômica. O autor identificou os fatores que influenciam na adoção de práticas alternativas de uso do solo ou no uso da derrubada da mata para o cultivo.

4.2.2.2 Produção rural: Culturas

Nesta subcategoria foram agrupadas 08 teses cujos estudos procuram avaliar a produção, formas de comercialização, a eficiência econômica destas e propor melhorias no cultivo de determinados plantios.

Laforga (2005) analisa a produção de citrícola de produtores familiares a partir da certificação do comércio justo. Seu objetivo foi

avaliar a eficácia do certificado no que tange à proteção desses agricultores em relação ao processo excludente do complexo citrícola. Nicoletti (2006) procura em sua tese gerar informações sobre os agricultores familiares produtores de hortaliças de Pelotas-RS, proporcionando assim ferramentas para a elaboração de políticas públicas mais eficazes e correspondentes às realidades destes produtores. Eliane Braga Oliveira (2006) constata que a produção de pequi (*Caryocar brasiliense* Camb.) é um importante produto na composição econômica, social e ambiental em Goiás. Em sua tese a autora produz informações sobre “a formação, desenvolvimento e funcionamento do arranjo extrativista/produtivo do pequizeiro” com intuito de auxiliar nos planos de desenvolvimento territorial. Monteiro (2007) analisa a produção de oleaginosas no semi-árido para a produção de combustível menos prejudicial ao meio ambiente, para o aumento da renda destes produtores e na adaptação as mudanças do clima. Rocha (2007) estuda a produção de dendê com o objetivo de aperfeiçoar o sistema para o aumento da produtividade e a sua adaptação às áreas degradadas ou alteradas da Amazônia. Romero (2009) avalia de forma comparativa o agroecossistema do algodão, quanto a sua eficiência energética e econômica, na produção brasileira e paraguaia. Silva (2008) realiza uma avaliação entre os sistemas de produção de mamona entre os estados do Paraná e Minas Gerais em relação a sua eficiência do ponto de vista econômico e energético tendo em vista as discussões sobre os problemas ambientais decorrentes da queima de combustíveis fósseis e a necessidade da produção de energia renovável e limpa. Gibran da Silva Alves (2009) estuda a plantação de mamoeira com o objetivo de avaliar o crescimento e a produtividade desta cultura quando plantada em diferentes intervalos de espaço entre si.

4.2.2.3 Produção rural: Recursos hídricos

Como importante fator produtivo, a água também se tornou objeto de análise como recurso natural esgotável. Em cinco teses foram avaliadas as formas de uso dos recursos hídricos pelos agricultores, as medidas preservacionistas ou a implantação de culturas irrigadas.

Santos (2006) avalia, a partir da análise de práticas agrícolas dos agricultores familiares, o uso e a ocupação do solo na bacia hidrográfica de Rio Pequeno, considerando a relação meio natural e a dinâmica de uso do recurso solo. Gomez (2006) aborda as possibilidades e as limitações da participação dos agricultores familiares na gestão das águas, na bacia do Itajaí-SC, com base na Lei 9.433/97. Para a autora, a

Lei que estabelece a gestão das águas também abrange a gestão do uso do solo e do meio ambiente. Por esta razão, os trabalhadores rurais tornaram-se fortes aliados na gestão sustentável dos recursos hídricos. Melo Filho (2006) focalizou em seus estudos a questão da água e da energia na região do semi-árido do Nordeste. Seu objetivo foi provar que há possibilidade de haver culturas irrigadas em regiões sem energia elétrica a partir do uso de bombeamento fotovoltaico e “exploração de reservas subterrâneas devidamente selecionadas”. Ribeiro (2008), ao tratar da irrigação no semi-árido, identificou soluções eficazes para a gestão da energia e da água nos perímetros irrigados da agricultura familiar, a partir do uso de barragens, automação, mecanismos de gestão do uso de energia e da água. Martini (2000) apresentou e avaliou medidas compensatórias utilizadas com intuito de controlar a poluição dos recursos hídricos. Por medidas compensatórias entende-se os mecanismos financeiros direcionados para os agricultores que apresentam perdas na utilização de formas alternativas no gerenciamento da água na propriedade.

4.2.3 Outros

Esta categoria compreende 12 teses que se caracterizaram por estudos que não puderam ser enquadrados nas outras categorias e subcategorias.

A inclusão digital na agricultura familiar foi objeto de estudo de Silva (2009) que almejou desenvolver um modelo participativo em uma cooperativa com o uso de tecnologia de informação. Seu objetivo foi qualificar a mão de obra e rastrear produtos e atividades agropecuárias mantendo sigilo das informações entre diferentes pontos da cadeia produtiva.

Pietrafesa (2002) aborda as mudanças na vida dos agricultores familiares no que tange a sua reprodução social, a qualidade de vida no campo, a utilização e a influência das tecnologias usadas na produção agropecuária e a atuação da sociologia diante destas transformações.

Venturieri (2003) analisou a mudança de paisagem nas áreas de agricultura familiar em três períodos distintos da ocupação da rodovia Transamazônica, usando modelos de paisagem, imagens de satélite e sistema de informação geográfica.

Zaroni (2004) buscou em seu trabalho criar uma escala capaz de mencionar o “estágio de modernização” de uma unidade agrícola a partir de uma nova metodologia chamada Teoria da Resposta ao Item.

Asmus (2004) avalia a qualidade de vida, no âmbito objetivo e subjetivo, de agricultores familiares por meio de análise e comparação entre comunidades. As duas comunidades analisadas apresentam características distintas, sendo uma povoada recentemente e situada no Mato Grosso do Sul e outra do Rio Grande do Sul ocupada há mais de dois séculos. O objetivo da tese é definir dimensões e variáveis que contribuam para a construção de um método avaliativo da qualidade de vida da agricultura familiar brasileira.

Oliveira (2004) procurou avaliar a vulnerabilidade dos agricultores familiares quanto ao uso de agrotóxicos. Para tanto o autor analisou a intoxicação causada pelo uso destes produtos como um problema de saúde pública.

Bezerra (2006) aborda os direitos sociais dos agricultores familiares, especificamente relacionados à previdência social, e seus reflexos na reprodução social da unidade familiar e do município como um todo.

Róman (2006) analisou a viabilidade da implantação de um projeto que desinfecção solar do esgoto doméstico para a agricultura familiar. O autor enfocou aspectos físicos e químicos da água e os seus benefícios como fertilizante na propriedade familiar.

Poliseli (2007) estabeleceu um modelo de análise do meio físico, tendo como base a geologia, a fim de identificar os aspectos geoquímicos num mapeamento de unidades de paisagem. O autor visa, com este modelo, auxiliar nos projetos de reocupação do espaço geográfico brasileiro, principalmente no que diz respeito ao Programa Nacional de Reforma Agrária.

Araujo (2008) procurou em seu trabalho desenvolver e avaliar um descaroçador de algodão com 20 serras para beneficiar a produção da agricultura familiar e, conseqüentemente, agregar valor ao produto.

Spanevello (2008) analisa o processo social de sucessão da propriedade na agricultura familiar quanto aos aspectos produtivos, econômicos e sociais e a transmissão de patrimônio no caso de sucessão ou não de propriedade.

Figueredo (2008) analisou três distritos no II Departamento de San Pedro-Paraguai, caracterizado pela produção de soja, com o intuito de analisar a origem, a evolução e o atual estado socioeconômico da agricultura familiar dessa região.

O conjunto de trabalhos realizados em uma década pelos programas de pós-graduação brasileiros comprovam a importância, a diversidade e a dinâmica da agricultura familiar no cenário nacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta dissertação foi inventariar a produção científica sobre o tema agricultura familiar, focalizando os relatórios produzidos pelos doutorandos das instituições recomendadas pela Capes. O recorte da pesquisa compreendeu as teses produzidas entre os anos 2000 e 2009.

A presente pesquisa permitiu comprovar que a agricultura familiar apresenta-se como uma categoria complexa e diversificada na sua forma de produção e reprodução no âmbito econômico e social, principalmente pelo fato de ser objeto de estudo de diversas áreas do conhecimento e por despertar interesse de outras instituições e outros grupos. Esta notoriedade faz com que ela seja observada por diversos ângulos e em muitos momentos sua realocação caminha entre eficiência e ineficiência quanto as suas características e propósitos.

Geograficamente, a pesquisa pode mostrar que a agricultura familiar pode se apresentar de formas distintas pelo território nacional. Esta diversidade, em muitos casos, é reflexo das adaptações em relação ao meio ambiente, às formas de ocupação e aquisição das terras, às características do solo, ao envolvimento regional em projetos de desenvolvimento, entre outros.

Neste movimento de mapeamento identificou-se um conjunto de regularidades, sugerindo algumas características para as teses com o foco principal em agricultura familiar desenvolvidas nos programas de pós-graduação, que podem ser resumidos da seguinte forma, em relação:

- à região das defesas destacam as instituições localizadas nas regiões Sul (UFPR, UFRGS, UFSC, UFPEL, UEL, UNISINOS) e Sudeste (UNICAMP, UNESP, UFV, USP, UFRRJ, PUC-SP, UFRJ, UFSCAR, UFLA, UFMG) que são responsáveis por 73% do total das teses;
- aos orientadores, os mais produtivos nessa temática estão vinculados às instituições UFPR, UNICAMP, UNB, UFRGS, UFSC, UNESP, UFPB, UEL;
- às áreas do conhecimento dos programas que se destacam na pesquisa da temática agricultura familiar são Sociologia (23 teses), Agronomia (22 teses) e Cursos Interdisciplinares (15 teses), embora tenha sido objeto de abordagem em 31 diferentes programas;
- ao gênero dos autores, 58% dessas teses foram produzidas por homens;

- à análise temática, 121 teses que tratam de temas relacionados mais diretamente ao desenvolvimento rural e 21 à produção rural, propriamente dita.
- as abordagens únicas, 12 teses foram agrupadas em uma categoria denominada de outros.
- ao computo geral sobressaíram-se as abordagens cujo enfoque principal foi dirigido para ações, políticas e atores como abordagens voltadas para o desenvolvimento rural, abrangendo 74 teses nas quais estão incluídas teses que trataram de ações educativas (16 teses); políticas públicas (13 teses), gestão (10 teses), assentamento (7 teses), associativismo (7 teses), enfoques direcionados a atores específicos (6 teses), trabalho (6 teses), pluriatividade (5 teses) e legislação (3 teses).

O mapeamento realizado possibilitou inventariar a produção no período analisado e mostrar indícios de que as abordagens são influenciadas pelo meio e contexto visto que os estados com maior número de produção em teses sobre a temática agricultura familiar são os que apresentam atividades econômicas e sociais mais estruturadas e desenvolvidas com relação à agricultura familiar.

Ficou evidente na pesquisa que a agricultura familiar é um setor que apresenta relações estreitas com o Estado, principalmente no âmbito de políticas públicas. Esta relação se expressa nos investimentos direcionados à estrutura de produção e reprodução do setor e na normatização e execução de projetos que viabilizam o cumprimento das funções sociais, econômicas e ambientais designadas à agricultura familiar.

Espera-se que a análise empreendida possa compor um panorama dos estudos desenvolvidos nos programas de pós-graduação do Brasil sobre a agricultura familiar como representação do interesse e envolvimento da academia com os problemas nacionais.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Conselhos além dos limites. **Revista Estudos Avançados**: dossiê desenvolvimento rural, São Paulo: USP, v.15, n.43, p.121-141, set.-dez., 2001.

ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José Eli. Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Texto para Discussão (Convênio FIPE/IPEA 07/97)**, Brasília: IPEA, n. 641, abr. 1999. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_99/td_641.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2010.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec: ANPOCS: Ed. Unicamp, 1992.

ABREU, Lucimar Santiago. **A construção social da relação com o meio ambiente**: análise das percepções e representações sociais de risco ecológico em um município da mata Atlântica Brasileira. 2002. 396f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2002.

ALMEIDA, Elisabete Brocki. **Sistemas agroflorestais de cultivo e pousio**: etnoconhecimento de agricultores familiares do lago Paru (Manacapuru). 2001. 152f. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas) – Programa de Pós-Graduação em Botânica, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus, 2001.

ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. **Reconstruindo a agricultura**: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 3a ed. 2009. p. 33-55. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/645.pdf>>. Acesso em: 4 ago. 2011.

ALMEIDA, Jalcione. Pesquisa agrícola, agricultura familiar e sustentabilidade. IN: PALESTRA CENTRO NACIONAL DE PESQUISA DE TRIGO – EMBRAPA, 18/04/1997, Passo Fundo. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/576.pdf>>. Acesso em: 4 ago. 2011.

ALMEIDA, Luciano. **Mudanças técnicas na agricultura**: perspectivas da transição agroambiental em Colombo-PR. 2003. 305f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

ALTAFIN, Iara Guimarães. **Sustentabilidade, políticas públicas e agricultura familiar**: uma apreciação sobre a trajetória Brasília. 2003. 225f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2003.

ALVES, Adilson Francelino. **Do desenho à implementação de projetos de desenvolvimento rural sustentável**: interfaces e negociações no Projeto Vida na Roça (Paraná). 2008. 248. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

ALVES, Arilde Franco. **As múltiplas funções da agricultura familiar camponesa**: práticas sócio-culturais e ambientais de convivência com o semi-árido. 2009. 318. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2009.

ALVES, Gibran da Silva. **Densidade populacional e seu efeito no crescimento e produtividade da mamoneira Brs energia sob cultivo irrigado**. 2009. 135f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Universidade Federal da Paraíba, Areia, 2009.

ALVES, Maurício. **Entre o canto do galo e o apito das fábricas**: a pluriatividade na agricultura familiar de São Ludgero/SC. 2008. 381f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

ANJOS, Maylta Brandão. **Desenvolvimento sustentável**: dilemas e paradoxos na dinâmica dos assentamentos rurais. 2003. 222f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em

Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

ANTÔNIO NETO, Francisco. **Princípios norteadores para a construção de um modelo de agricultura familiar sustentável para a região da zona da mata de Pernambuco, focado na agroecologia.** 2009. 167f. Tese (Doutorado em Recursos Naturais) – Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2009.

ARAUJO, Carlos Alberto Ávila. A ciência da informação como ciência social. **Ciência da Informação**, Brasília, v.32, n.3, p. 21-27, set/dez. 2003.

ARAUJO, Maria Elessandra Rodrigues. **Desenvolvimento e avaliação de um descaroçador de 20 serras para o beneficiamento do algodão.** 2008. 76f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Universidade Federal da Paraíba, Areia, 2008.

ASMUS, Rosa Maria Farias. **Qualidade de vida na agricultura familiar.** 2004. 271f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6028: Resumo: apresentação. Rio de Janeiro: 2003.

AZEVEDO, Rodrigo Aleixo Brito. **Indicadores agronômicos em unidades de produção de agricultura familiar.** 2001. 120f. Tese (Doutorado em Fitotecnia) – Programa de Pós-Graduação em Fitotecnia, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2001.

BADALOTTI, Rosana Maria. **A cooperação agrícola e a agroecologia como base para a viabilização da agricultura familiar no oeste catarinense: o papel da APACO (Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense).** 2003. 358f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/pronaf.asp>. Acesso em: 8 maio 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise do conteúdo**. Lisboa: Edições 79, 1977.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. Mudança estrutural no fluxo do conhecimento: a comunicação eletrônica. **Ciência da Informação**, v.27, n.2, p. 122-127. maio/ago.1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v27n2/barreto.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2009.

BARROS, Edonilce da Rocha. **Arranjos socioprodutivos da agricultura familiar e adaptação a uma dinâmica territorial de desenvolvimento: o caso dos perímetros de irrigação do vale do São Francisco, Semi-árido brasileiro**. 2007. 325f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

BATISTELA, Everton Marcos. **Agroecologia e racionalidade ambiental: a mediação social do capa e a reconstrução agroecológica no sudoeste paranaense**. 2009. 289f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

BEDIN, Odete Luchetta. **Participação dos agricultores familiares no programa PRONAF modalidade infra-estrutura: um estudo de caso no município de Tupãssi -PR**. 2005.74f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

BEZERRA, Antônio Jorge Amaral. **A agricultura familiar e a universalização dos direitos sociais: estudo sobre a previdência social rural no município de Morro Redondo, Rio Grande do Sul**. 2006.126f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel/Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRAGA, Kátia Soares. Aspectos relevantes para a seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. In: MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. (Org.). **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2007. p.17-39.

BRASIL, Ida Claudia Pessoa. **Estado, agricultura familiar e desenvolvimento sustentável**: construção de uma relação diferenciada. 2004. 238f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2004.

BRASIL. Decreto-lei nº 464, de 11/2/ 1969. Estabelece normas complementares à Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 fev. 1969, Seção 1, p. 1409.

_____. Lei nº 4.024, de 20 de Dezembro de 1961. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 dez. 1961. Seção 1, p. 11429.

_____. Lei nº 4.881-A, de 6 de Dezembro de 1965. Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 dez. 1965. Seção 1, p. 12689.

_____. Lei nº 5.540, de 28 de Novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 29 nov. 1968. Seção 1, p. 10369.

_____. Ministério da Agricultura. Secretaria da Agricultura Familiar. **Manual de crédito rural**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf/2259166>>. Acesso em: 14 jun. 2010.

_____. Ministério da Agricultura. Secretaria da Agricultura Familiar. **Programas**. Brasília. Disponível em:

<<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/>>. Acesso em: 27 out. 2010.

BRUMER, Anita *et al.* A elaboração de projeto de pesquisa em ciências sociais. In: PINTO, Céli Regina Jardim; GUAZELLI, César Augusto Barcellos (Org.). **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

BUAINAIN, Antônio Márcio. Modelo e principais instrumentos de regulação setorial: uma nota didática. In: RAMOS, Pedro. (Org.). **Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas**. Brasília, DF: MDA, 2007.

BUFREM, Leilah Santiago; COSTA, Francisco Daniel de Oliveira; GABRIEL JUNIOR, René Faustino; PINTO, José Simão de Paula. Modelizando práticas para a socialização da informação: a construção de saberes no ensino superior. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, vol. 15, n.2, mai./ago, 2010.

BUFREM, Leila Santiago; SILVA, Helena de Fátima Nunes; RAMOS, Cecilia Licia Silveira; FABIAN, Medina; SORRIBAS, Tidra Viana. Produção científica em ciência da informação: análise temática em artigos de revistas brasileira. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, vol. 12, n.1, jan./abr, 2007.

BUFREM, Leilah; PRATES, Yara. O saber científico registrado e as práticas de mensuração da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.34, n.2, p.9-24, mai./ago. 2005.

CABRAL, Luiz Otavio. **Espaço e ruralidade num contexto de desenvolvimento voltado à agricultura familiar**. 2004. 267f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

CAMPELLO, Bernadete Santos. Teses e dissertações. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite. **Fontes de Informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p.121-128.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. **Turismo rural na agricultura familiar**. 2007.439f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

CAPES. Documento síntese do Seminário Nacional *Discussão da Pós-Graduação Brasileira*. **INFOCAPES**: boletim informativo da CAPES. Brasília, 1997.

_____. **Geocapes**: dados estatísticos. Disponível em:
<<http://geocapes.capes.gov.br/geocapesds/>>. Acesso em: 24 nov. 2010.

_____. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 1975/1979**. Brasília, 1975. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/plano-nacional-de-pos-graduacao/pnpgs-antiores>>. Acesso em: 12 mar. 2011.

_____. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 1982-1985**. Brasília, 1982. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/plano-nacional-de-pos-graduacao/pnpgs-antiores>>. Acesso em: 12 mar. 2011.

_____. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 1986-1989**. Brasília, 1986. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/plano-nacional-de-pos-graduacao/pnpgs-antiores>>. Acesso em: 12 mar. 2011.

_____. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010**. Brasília, 2005. Disponível em:
<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/PNPG_2005_2010.pdf>. Acesso em: 19 set. 2010.

_____. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020**. Brasília, 2010. v.1, Disponível em:
<<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPG-Volume-I-Mont.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

_____. **História e missão**. Disponível em:
<<http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>>. Acesso em: 24 nov. 2010.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.

CARMO, Maristela Simões do. A produção familiar como *locus* ideal da agricultura sustentável. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, vol. 45, n.1, p. 1-15, 1998.

CARTILHA de acesso ao PRONAF: saiba como obter crédito para agricultura familiar. Brasília, 2011. Disponível em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/F8D5FB4FAB4789938325771C0068DA07/\\$File/NT00044052.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/F8D5FB4FAB4789938325771C0068DA07/$File/NT00044052.pdf)>. Acesso em: 11dez.2011.

CARVALHO, Flaviane Faria. Padrões de organização textual e lexicogramatical do gênero acadêmico *resumo de tese*: um estudo de caso. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, vol.9, n. 1, jan./jun. 2010.

CARVALHO, Renata Maria Caminha Mendes de Oliveira. **Avaliação dos perímetros de irrigação na perspectiva da sustentabilidade da agricultura familiar no semiárido Pernambucano**. 2009. 98f. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

CAUME, David J. Agricultura familiar e agronegócio: falsas antinomias. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v.14, n. 1, p. 26-44, jan./abr. 2009.

CAZELLA, Ademir Antonio. As bases sociopolíticas do desenvolvimento territorial: uma análise a partir da experiência francesa. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 5-27, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/viewFile/633/417>>. Acesso em: 8 maio 2010.

CERVO, Amado Luiz. **Metodologia científica**: para uso dos estudantes universitários. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CHALITA, Marie Anne Najim. **Cultura, política e agricultura familiar**: a identidade sócio-profissional de empresário rural como referencial das estratégias de desenvolvimento da citricultura paulista. 2004. 417f. Tese (Doutorado Sociologia) - Programa de Pós-Graduação

em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 11. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2006.

CHRYSOSTHEMOS, Rodrigo Nei. Crédito Rural do Pronaf no período de 1998 a 2008: evolução dos recursos e inadimplência. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre. **Apresentação oral**. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/1297.pdf>>. Acesso em: 8 maio 2010.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Parecer nº. 77/69. Estabelece normas de credenciamento dos cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado). **Documenta**, Rio de Janeiro, nº. 98, fev., p. 128-132.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Documento: parecer CFE nº 977/65, aprovado em 3 dez. 1965. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.30, p. 162- 173, set.-dez. 2005.

CONTERATO, Marcelo Antonio. **Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura familiar**: uma análise a partir do Rio Grande do Sul. 2008. 288f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

CORONA, Hieda Maria Pagliosa. **A reprodução social da agricultura familiar na região metropolitana de Curitiba em suas múltiplas inter-relações**. 2006. 316f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

CORTEZ, Fernando Pacheco. **Pluriatividade e o estado da arte da agricultura familiar no município de Morro Redondo, RS**. 2006. 136f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel/Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2006.

COSTA, Fernando Bastos. **Ambiente institucional no crédito rural:** avanços e retrocessos. 2005. 205f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

COSTA, Luciana Miranda. **Sob o fogo cruzado das campanhas:** ambientalismo, comunicação e agricultura familiar na prevenção aos incêndios florestais na Amazônia. 2004. 150f. Tese (Doutorado Desenvolvimento sustentável do Trópico Úmido) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

COSTA, Rosangela Calado. **Pagamentos por serviços ambientais:** limites e oportunidades para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na Amazônia Brasileira. 2008. 246f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

COUZINET, Viviane; SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera M. A ciência da informação na França e no Brasil. **Datagrama zero**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 1-19, 2007.

DALMORA, Eliane. **O Papel da agricultura familiar no processo de conservação da Mata Atlântica em Santa Catarina:** modos de apropriação e transformações no sistema de gestão ambiental na década de 1990. 2004. 346f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

DANSA, Claudia Valéria de Assis. **Educação do campo e desenvolvimento sustentável na região do sertão mineiro goiano:** a contribuição do Curso Técnico em Agropecuária e Desenvolvimento Sustentável para assentados da reforma agrária da Escola Agrícola de Unaí-MG. 2008. 312f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2008.

DANTAS, Flávio. Responsabilidade social e pós-graduação no Brasil: idéias para (avali)ação. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v.1, n.2, p. 160-172, nov. 2004.

DAVID, Cesar. **Estratégias de reprodução familiar em assentamentos**: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural em Canguçu – RS. 2005. 218f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

DELGADO, Nelson Giordano. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, Sergio (Org.). **Políticas públicas e a agricultura no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2001. p.15-52.

DENARDI, Reni Antônio. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.2, n.3, p.56-62, jul./set.2001.

DIAS, Janise Bruno. **A dimensão dos sistemas naturais na (re) produção dos sistemas agrícolas da agricultura familiar**: analisando a paisagem de 3 comunidades rurais na Região Metropolitana de Curitiba (em São José dos Pinhais, Mandirituba Tijucas do Sul). 2006. 333f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

DIAS, Maria do Carmo da Silva. **Qualificação e capacidade no Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**: ressignificação do trabalho na agricultura familiar no baixo amazonas. 2009. 286f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação/Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

DINIZ, Mônica. Sesmarias e posse de terras: política fundiária para assegurar a colonização brasileira. **Revista Histórica**, São Paulo, n.2, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia03>>. Acesso em: 26 ago. 2010.

ESTEVAM, Dimas de Oliveira. **Os significados sociais e políticos da formação por alternância**: um estudo de caso em duas experiências no estado de Santa Catarina. 2009. 414f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

FERNANDES, Aline Regina. **Dinâmica operacional e sustentabilidade econômica de empreendimentos agroindustriais de pequeno porte.** 2004. 307f. Tese (Doutorado em Ciência e Tecnologia de Alimentos) – Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos, Universidade Federal de Viçosa, 2004.

FIGUEREDO, Oscar Agustin Torres. **Agricultura familiar no leste do Departamento de San Pedro, Paraguai:** origem, evolução, situação atual e perspectivas. 2008. 294f. . Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

FLEXOR, Georges Gerard. **Desenvolvimento regional e trajetória das convenções no oeste catarinense.** 2002.279f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANCO, José Gustavo de Oliveira. **Legislação florestal brasileira:** efetividade e implicações para agricultura familiar. 2009. 350f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

FREIRE, Gustavo Henrique. Ciência da Informação: temática, histórias e fundamentos. **Perspectiva Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.11, n.1, p. 6-19, jan-abr. 2006.

FREIRE, Jacqueline Cunha da Serra. **Juventude rural e políticas públicas:** saberes da terra na Amazônia paraense. 2009. 314f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referente a prática da análise de políticas públicas no Brasil.

Planejamento e políticas públicas, Brasília, n.21, p. 211-259, jun. 2000. Disponível em:

<www.preac.unicamp.br/arquivo/materiais/txt_Frey.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2010.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (Brasil). **O encontro da agricultura familiar com a alimentação escolar**: cartilha. Brasília: FNDE, 2009.

GALVÃO, Sandra Regina da Silva. **Dinâmica de nutrientes em solos arenosos adubados com esterco bovino por longos períodos**. 2008. 66f. Tese (Doutorado em Tecnologias Energéticas e Nucleares) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologias Energéticas e Nucleares, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

GARVEY, William D. **Communication**: the essence of science. Oxford: Pergamon, 1979.

GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O que é método científico**. São Paulo: Pioneira, 1989.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMEZ, Cintia Uller. **Agricultura familiar e participação na gestão das águas na bacia do Itajaí (SC, Brasil)**. 2006. 316f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

GOMES, Sandra Lúcia Rebel; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha; SOUZA, Clarice Muhlethaler de. Literatura cinzenta. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite. **Fontes de Informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p.97-110.

GONÇALVES, Sérgio. **Campesinato, resistência e emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná.** 2008. 311f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado Paulista “Julio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2008.

GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nélide. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. **DataGramZero:** revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.1, n.6, p.1-18, dez. 2000.

GRITTI, Silvana Maria. **Técnico em agropecuária:** servir à agricultura familiar ou ser desempregado da agricultura capitalista. 2007. 253f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GUANZIROLI, Carlos *et al.* **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HAUER, Margit. **Conflitos e tensões no uso da terra:** agricultura familiar e gestão ambiental no Estado do Paraná. 2009. 231f. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **Produção familiar:** Perspectivas de Análise e Inserção na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente-SP. 2000.354f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado Paulista “Julio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2000.

HERNÁNDEZ, Carmen Osório. **Política de crédito rural com perspectiva de gênero:** um meio de “empoderamento” para as mulheres rurais? 2009. 247f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

HILLIG, Clayton. **A cidadania e a racionalidade técnico-burocrática nas estratégias de apropriação do PRONAF pelos agricultores familiares.** 2008. 170f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

HOLANDA, Francisco Uribam Xavier. **Capital social na agricultura familiar**. 2003.400f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

HORA, Karla Emmanuela Ribeiro. **Territórios rurais na Região Metropolitana de Curitiba**: o papel do meio técnico-científico-informacional na reconfiguração territorial do meio ambiente de pequenas comunidades de agricultores familiares. 2009. 330f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

IBGE. **Agricultura familiar 2006**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1466&id_pagina=1>. Acesso em: 5 jul. 2011.

IENO NETO, Genaro. **Assentamentos rurais e desenvolvimento: em busca de sentido** – o Projeto Lumiar na Paraíba. 2005. 385f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2005.

JOB, Ivone. **Educação física no PPGCMH/UFRGS**: uma visão a partir da análise de citações e perfil dos pesquisadores. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

KARAM, Karen de Fátima Follador. **Agricultura orgânica**: estratégia para uma nova ruralidade. 2001. 232f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

KOBASHI, N. Y. Estudos de institucionalização social e cognitiva da pesquisa científica no Brasil: reflexões sobre um programa de pesquisa. In: LARA, Marilda L. G; FUJINO, Asa; NORONHA, Deise P. (Org.). **Informação e contemporaneidade**: perspectivas. Recife: NÉCTAR, 2007.

KOBASHI, Nair Y; SANTOS, Raimundo N. M. Arqueologia do trabalho imaterial: uma aplicação bibliométrica à análise de dissertações e teses. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7., 2006, Marília. **Anais...** Marília: UNESP, 2006.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica:** teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1997.

LADEIRA, Ana Paula. **Processamento de linguagem natural:** caracterização da produção científica dos pesquisadores brasileiros. 2010. 259f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

LAFORGA, Gilmar. **Dinâmica do comércio justo, associativismo e agricultura familiar na citricultura brasileira.** 2005. 76f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar:** comparação internacional. Campinas: UNICAMP, 1998. v.2.

LANILLO, Rafael Fuentes. **Indicadores de sustentabilidade da produção familiar mecanizada de grãos em modalidades de plantio direto no norte do Paraná, Brasil.** 2007. 138. Tese (Doutorado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

LIMA, Maria Fátima Bezerra Ferreira. Produção científica: revisão parcial da literatura brasileira com ênfase na área da agricultura. **Ciência da Informação**, Brasília, vol. 22, n. 3, p.233- 236, 1993.

LIMA, Vera Lucia Correia. **PRONAF - financiando a produção ou garantindo a reprodução?** um estudo de caso em Alinho – Pernambuco. 2006. 221f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **História da agricultura brasileira: combates e controvérsias**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LIONÇO, Vânia. **A abordagem territorial no desenvolvimento rural sustentável do sudoeste do Paraná**. 2007. 250f. Tese (Doutorado em Agronomia) - Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel/Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2007.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História político-administrativa da agricultura brasileira 1808-1889**. [Sl. :s.n.], 1980.

LOURENZANI, Wagner Luiz. **Modelo de gestão integrada da agricultura familiar**. 2005. 222f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

LUSTOSA, Maria das Graças Osorio Pitombeira. **A viabilidade da agricultura familiar no contexto da reestruturação produtiva: particularidades no Brasil**. 2005. 269f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

LUZZI, Nilsa. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais**. 2007. 245f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MACEDO, Rogério Barbosa. **A formação de saberes de profissionais da agronomia em contexto de atuação**. 2008. 140f. Tese (Doutorado em Produção Vegetal) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

MARIANO NETO, Belarmino. **Abordagem territorial e enfoques agroecológicos no agreste /brejo paraibano: desenhos arranjos e relações**. 2006. 208f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de

Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

MARTINI, Luiz Carlos Pittol. **Medidas compensatórias aplicáveis à questão da poluição hídrica de origem agrícola.** 2000. 187f. Tese (Doutorado em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, Instituto de Pesquisa Hidráulica/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a história possível. **Tempo Social**, São Paulo, vol. 11, n. 2, p. 97-128, out. 1999.

_____. A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. **Tempo Social**, São Paulo, vol. 15, n.2, p. 141-175, nov. 2003.

MATOS FILHO, João. **A descentralização das políticas de desenvolvimento rural: uma análise da experiência do Rio Grande do Norte.** 2002. 140f. Tese (Doutorado em Ciência Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

MATTEI, Lauro. **Impactos do PRONAF: análise de indicadores.** Brasília: MDA/NEAD, 2005.

_____. PRONAF 10 anos: mapa da produção acadêmica. Brasília: MDA, 2006. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 4, 2001, Belém/PA. **Anais eletrônicos...** Belém, 2001. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=354>>. Acesso em: 7 maio 2010.

_____. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF: concepção, abrangência e limites observados.** Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/trabalhosbsp3.pdf>>. Acesso em: 8 maio 2010.

MATTELART, Armand. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Loyola, 2002.

MEADOWS, Arthur Jack. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MEDAETS, Jean Pierre Passos. **A construção da qualidade na produção agrícola familiar**: sistemas de certificação de produtos orgânicos. 2003. 206f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2003.

MEDEIROS, Célia Maria Vieira. **O produtor familiar rural e a dinâmica econômica e social do espaço rural da região de Presidente Prudente nos anos de 1980-90**. 2003. 267f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

MELLO, Márcio Antônio. **Sementes que brotam da crise**: a produção de novidades organizacionais na agricultura familiar do Oeste de Santa Catarina. 2009. 288f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MELO FILHO, José Bione. **Análise do sistema de irrigação na região semi-árida do nordeste, utilizando o bombeamento de água acionado por geradores fotovoltaicos com concentrado tipo V**. 2006. 167f. Tese (Doutorado em Tecnologias Energéticas e Nucleares) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologias Energéticas e Nucleares, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

MELO, Hildete Pereira; OLIVEIRA, André Barbosa. A produção científica brasileira no feminino. **Cadernos Pagu**, n. 27, p. 301-331, dez. 2006.

MELO, Lúgia Albuquerque. **Relações de gênero na agricultura familiar**: o caso do Pronaf em Afogados da Ingazeira – PE. 2003. 141f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

MICHAELIS. **Moderno dicionário de língua portuguesa**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br>>. Acesso em: 26 abr. 2010.

MIKHAILOV, Alexander I.; CHERNYI, Arkadii I.; GILIAREVSKII, Rugero S. **Scientific communications and informatics**. Arlington: Information Resources, 1984.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e território**: a dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense. 2003. 311f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

MIRANDA, Antonio. A Ciência da Informação e a teoria do conhecimento objetivo: um relacionamento necessário. AQUINO, Mirian de Albuquerque. **O campo da Ciência da Informação**: gênese, conexões e especificidade. João Pessoa: UFPB, 2002. p.9-24.

MONTEIRO, Adriano Luiz Normandia. **Avaliação de alternativas de lavagem incompleta de saís em solo aluvial irrigado através de modelagem computacional**. 2007.96f. Tese (Doutorado em Agronomia) - Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Universidade Federal de Rural de Pernambuco, Recife, 2007.

MONTEIRO, Joyce Maria Guimarães. **Plantio de oleaginosas por agricultores familiares do semi-árido nordestino para produção de biodiesel como uma estratégia de mitigação e adaptação às mudanças climáticas**. 2007. 315f. Tese (Doutorado em Planejamento Energético) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Energético, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MOREIRA, Maria Lígia; VELHO, Lea. Pós-Graduação no Brasil: da concepção “ofertista linear” para “novos modos de produção de conhecimento” – implicações para avaliação. **Avaliação**, Campinas, v.13, n.3, p.625-645, nov.2008.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. In: CAMPELLO, Bernadete S.; CENDÓN, Beatriz V.; KREMER, Jeannette M. (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

NARDI, Jean Baptiste. **O fumo brasileiro no tempo colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

NASCIMENTO, Carlos Alves. **Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas**. 2005. 230f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

NASCIMENTO, Cláudia Drumond. **O Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR: questões de gestão e representação da informação no contexto da produção científica**. 2007. 185f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2007.

NASCIMENTO, Ana Claudia Silverio. **Mapeamento temático das teses defendidas nos programas de pós-graduação em educação física no Brasil (1994-2008)**. 2010. 279f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

NASCIMENTO, Humberto Miranda. **Ecologizando o agrário: a questão ambiental na origem das transformações em áreas rurais: o caso do Sudoeste Paranaense**. 2005. 307f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Julio César. (Org.). **Geografia Agrária: teoria e poder**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007, v. 1, p. 211-270.

NICOLETTI, Dilon Rodrigues. **Histórico e caracterização dos produtores de hortaliças da zona colonial do Município de Pelotas, Rio Grande do Sul**. 2006.92f. Tese (Doutorado em Agronomia) - Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel/Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2006.

NOBRE JÚNIOR, Antônio de Almeida. **Sustentabilidade de sistemas de produção de olerícolas sob manejo orgânico em unidades familiares, na Região Serrana Fluminense**. 2009. 197f. Tese

(Doutorado em Fitotecnia) – Programa de Pós-Graduação em Fitotecnia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

NOGUEIRA, Luiz Claudio Antônio. **Agricultura familiar e capacitação técnica:** perspectiva para uma nova geração. 2009. 207f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) - Faculdade de Engenharia Agrícola/ Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

NUNES, Emanuel Márcio. **Reestruturação agrícola, instituições e desenvolvimento rural no nordeste:** as dinâmicas regionais e a diversificação da agricultura familiar no Pólo Assu-Mossoró (RN). 2009. 350f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

NUNES, Rubens. **Agricultura Familiar:** custos de transações, forma organizacional e eficiência. 2000. 238f. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, Adriano de. **Política científica no Brasil:** análise de políticas de fomento à pesquisa do CNPq. 2003. 137f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

OLIVEIRA, Alécio Rodrigues. **Bairros rurais de Anhumas-SP:** espaço, história e organização. 2006. 215f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2006.

OLIVEIRA, Eliane. **Exploração de espécies nativas como uma estratégia de sustentabilidade socioambiental:** o caso do pequi (caryocar brasiliense camb.) em Goiás. 2006.281f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2006.

OLIVEIRA, Eliane Braga. **O conceito de memória na Ciência da Informação no Brasil:** uma análise da produção científica dos programas de pós-graduação. 2010. 194f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2010.

OLIVEIRA, Elias Rodrigues. **Ações educativas do SENAR em Minas Gerais: a experiência dos egressos de cursos de capacitação.** 2005. 234f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2005.

OLIVEIRA, Hersília Monteiro Cadengue. **Relações de gênero e poder no cotidiano das mulheres assentadas no Cabo de Santo Agostinho (PE).** 2008. 238f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

OLIVEIRA, Julieta Teresa Aier. **Lógicas produtivas e impactos ambientais: estudo comparativo de sistemas de produção.** 2000. 284f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Faculdade de Engenharia Agrícola/ Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

OLIVEIRA, Magda Lúcia Felix. **Vulnerabilidade e cuidado na utilização de agrotóxicos por agricultores familiares.** 2004. 156f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Faculdade de Ciências Médicas/Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

OLIVEIRA, Marcos Antônio . **As bases filosóficas e epistemológicas de alguns projetos de educação do campo: do pretendido marxismo à aproximação ao ecletismo pós-moderno.** 2008. 468f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

OLIVEIRA, Myriam Cyntia Cesar. **Agricultura familiar e dinâmicas das relações sociedade-natureza em área de fronteira agrária na Amazônia oriental.** 2009. 304f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

OLIVEIRA, Patrícia Chaves. **Comportamento ecofisiológico de recursos vegetais potencialmente acumuladores de P em florestas secundárias no nordeste do estado do Pará.** 2005. 186f. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias) – Programa de Doutorado em

Ciências Agrárias, Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2005.

OLIVO, Clair Jorge. **Sustentabilidade de condomínios rurais formados por pequenos agricultores familiares: análise e proposta de modelo de gestão**, 2000. 257f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

PEDÓ, Jane Cláudia Jardim. **O cooperativismo na perspectiva da economia solidária: evidências locais a partir da COOPAL**. 2007. 142f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel/Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2007.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PEIXOTO, Sérgio Elísio. A pesquisa e a agricultura familiar. **Revista Bahia Agrícola**, v.2, n.3, 1998. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/revista/rev_1198/familiar.htm>. Acesso em: 5 ago. 2011.

PEREIRA, Cleide de Marco. **Política de uso de calcário agrícola e a sustentabilidade da agricultura no Brasil**. 2007. 339f. Tese (Doutorado em Geociência) – Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geociência, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

PEREIRA, Elvio Quirino. **Assistência técnica e a extensão rural ou assessoria técnica e social? visões opostas do apoio a agricultura familiar**. 2004. 211f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2004.

PEREIRA, Ferdinand Cavalcante. **A sustentabilidade da agricultura familiar no Vale Gurguéia-PI: construção de identidade sócio-profissionais**. 2003. 250f. Tese (Doutorado Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

PEREIRA FILHO, Carlos Augusto. **Eficiência econômica da pequena produção familiar agrícola no recôncavo do estado da Bahia**: uma análise não paramétrica de fronteiras de produção multi-produto. 2001. 122f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, Universidade de São Paulo/Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 2001.

PERONDI, Miguel Ângelo. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. 2007.237f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PETINARI, Ricardo Alessandro. **Agricultura familiar em microbacias do noroeste do estado de São Paulo**: estratégias de reprodução e organização. 2007.213f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Faculdade de Engenharia Agrícola/ Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

PIETRAFESA, José Paulo. **A grande travessia**: agricultura familiar e qualidade de vida. 2002. 260f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2002.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Gênese da Ciência da Informação ou sinais anunciadores da nova área. In: AQUINO, Miriam Albuquerque. **O campo da Ciência da Informação**: gênese, conexões e especificidades. João Pessoa, UFPB, 2002. p.61-86

PINTO, Leonardo de Barros. **A importância da diversidade entre os iguais**: um estudo de caso da assistência técnica e extensão rural em um assentamento no Pontal do Paranapanema-SP. 2005. 137f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Faculdade de Engenharia Agrícola/Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

PINTO, Mauro Sergio Vianello. **A pluriatividade como estratégia de reprodução social do agricultor familiar no projeto de assentamento rural Fazenda Pirituba II**. 2009. 126f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Faculdade de Engenharia Agrícola/ Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

POLETTO, Ângela Regina. **Processo de trabalho e saúde mental de trabalhadores agrícolas familiares da microrregião de Ituporanga, Santa Catarina.** 2009. 200f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

POLISELI, Paulo Cesar. **Análise e cartografia do planalto basáltico meridional para adequação de uso rural - área teste de Guarapuava-PR.** 2007. 284f. Tese (Doutorado em Geologia) – Programa de Pós-Graduação em Geologia Ambiental e Exploratória, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

POUBEL, Marilda Bueloni Penna. **A territorialidade da ocupação e utilização da terra e os espaços da agricultura familiar no Estado do Paraná.** 2009. 256f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

PRIM, Lorena de Fátima. **Aspectos psicossociais da agricultura de grupo da agricultura familiar: um estudo sobre a AGRIMA - Associação de Agricultores Monte Alegre.** 2004. 153f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

QUEIROGA, Joel Leandro. **Origem, evolução histórica e situação atual dos sistemas agrários de comunidades de agricultores familiares da região metropolitana de Curitiba.** 2006. 245f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

QUEIROZ, João Batista Pereira. **Construção das escolas famílias agrícolas no Brasil.** 2004. 210f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2004.

RABELLO, Rodrigo. **A face oculta do documento: tradição e inovação no limiar da Ciência da Informação.** 2009. 354f. Tese (Ciência da Informação)– UNESP, Marília, 2009.

RADIN, José Carlos. **Companhias Colonizadoras em Cruzeiro: representações sobre a civilização do sertão.** 2006. 210f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

RAMOS, Celso Eduardo Pereira. **Limites, desafios e possibilidades do curso técnico subsequente da área agropecuária na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável no sudoeste do Paraná.** 2008. 157f. Tese (Doutorado em Produção Vegetal) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

RAMOS, Nerise Laurentino. **As redes de atores no semiárido paraibano: trilhas e caminhos da ASA Paraíba.** 2009. 257f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

RIBEIRO, Marcos Caldeira. **Eficientização e gerenciamento do uso de energia elétrica em perímetros irrigados.** 2008. 201f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2008.

ROCHA, Francisco Eduardo de Castro. **Avaliação psicossocial do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no estado da Paraíba.** 2008.178f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa Integrado de Pós-Graduação em Psicologia Social, João Pessoa, 2008.

ROCHA, Raimundo Nonato Carvalho. **Culturas intercalares para sustentabilidade da produção de dendê na agricultura familiar.** 2007. 68f. Tese (Doutorado em Fitotecnia) – Programa de Pós-Graduação em Fitotecnia, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2007.

RODRIGUES, Cyro Mascarenhas. **Gênese e evolução da pesquisa agropecuária no Brasil: da instalação da corte portuguesa ao início da**

república. **Caderno de Difusão de Tecnologia**, Brasília, v.4, n.1, p. 21-38, jan/abr. 1987.

RODRIGUES, Janete de Páscoa. **A produção técnico-científica dos docentes do Departamento de educação física da Universidade Federal do Piauí**: um estudo exploratório sob o enfoque da Ciência da Informação. 2001. 216 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2001.

RODRIGUES, Maria da Conceição Alves. **Saberes e práticas em experiência de construção da sustentabilidade no meio rural nordestino**. 2009. 203f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

ROELER, Douglas André. **Racionalidades e praticas administrativas do agricultor familiar no contexto ambiental**: um estudo em três comunidades rurais no Sul da Região Metropolitana de Curitiba-PR. 2009. 327f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

RÓMAN, Rodrigo Máximo Sánchez. **Sistema de desinfecção solar para o tratamento de esgoto doméstico para uso na agricultura familiar**. 2006. 94f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2006.

ROMERO, Maria Gloria Cabrera. **Avaliação energética do agroecossistema algodão**: uma abordagem entre sistemas familiares de produção do Paraguai e Brasil. 2009. 183f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia Energia Agrícola, Faculdade de Ciências Agrônomicas/Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Botucatu, 2009.

ROSA, Luis Artur Bernardes. **Agricultura familiar em assentamentos rurais**: o caso do município de Tamarana - PR. 2009. 116f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

RUSZCZYK, João Carlos. **Agricultura familiar e de base ecológica, transições e estratégias de reprodução**: redefinições e permanências nos olericultores de Rio Branco do Sul/PR. 2007, 262f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

SALAMONI, Giancarla. **Produção Familiar**: possibilidades e restrições para o desenvolvimento sustentável - o exemplo de Santa Silvana - Pelotas – RS. 2000. 331f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2000.

SAMPAIO, Cenira Almeida. **Alianças estratégicas como alternativa de gestão de sistemas agroflorestais sequências sustentáveis em agroecossistemas da Amazônia**: uma proposta para implementar agricultura de corte e trituração no âmbito da agricultura familiar no nordeste paraense. 2008. 174f. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias) – Programa de Doutorado em Ciências Agrárias, Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2008.

SAMPAIO, Claudia Pereira da Silva. **Estratégias de reprodução da agricultura familiar na área de proteção ambiental de Guaraqueçaba - litoral norte do Paraná**. 2004. 100f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Faculdade de Engenharia Agrícola/ Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

SANDINI, Itacir Eloi. **Milho, feijão e nitrogênio no sistema de produção integração lavoura-pecuária**. 2009. 100f. Tese (Doutorado em Produção Vegetal) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

SANDRINI, Gislélia Benini Duarte. **Práticas agrícolas e degradação ambiental**: um estudo para o caso da agricultura familiar. 2009. 135f. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

SANT´ANA, Antônio Lázaro. **Raízes na terra**: as estratégias dos produtores familiares de três municípios da megaregião de São José do Rio Preto. 2003. 246f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de

Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2003.

SANTO, Carlos Roberto do Espírito. **A dinâmica do desenvolvimento rural na região de Araçatuba**. 2005. 307f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado Paulista “Julio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2005.

SANTOS, Ana Lúcia Felix dos; AZEVEDO, Janete Maria Lins de. Pós-Graduação no Brasil, pesquisa em educação e os estudos sobre política educacional: Os contornos da constituição de um campo de pesquisa. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.14, n.42, set./dez. 2009.

SANTOS, Ariodari Francisco dos Santos. **Práticas da agricultura familiar e qualidade da água: a bacia hidrográfica do Rio Pequeno - São José dos Pinhais – PR**. 2006. 207f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

SANTOS, Boaventura de Souza. Os processos de globalização. In: _____. **A globalização e as ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 25-102.

SANTOS, Jair Carvalho. **Sustentabilidade socioeconômica e ambiental de sistemas de uso da terra da agricultura familiar no Estado do Acre**. 2008. 234f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2008.

SANTOS, Mario Jorge Campos. **Viabilidade econômica em sistemas agroflorestais nos ecossistemas de terra firme e várzea no estado do Amazonas: um estudo de casos**. 2005. 142f. Tese (Doutorado em Recursos Florestais) – Programa de Pós-Graduação em Recursos Florestais, Universidade de São Paulo/Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 2005.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SAWAKI, Henrique Kiyoshi. **Efeito dos sistemas de preparo de área, nos atributos químicos do solo, como alternativa para a agricultura familiar no município de Igarapé-Açu, Pará.** 2007. 145f. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias) – Programa de Doutorado em Ciências Agrárias, Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2007.

SCHAPPO, Sirlândia. **Políticas públicas no meio rural: PRONAF e suas inter-relações com o fenômeno da migração na mesorregião oeste de Santa Catarina.** 2003. 141 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

SCHMITT, Claudia Job. **Tecendo as redes de uma nova agricultura: um estudo socioambiental da região serrana do Rio Grande do Sul.** 2001. 360f. Tese (Doutorado Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

SCHNEIDER, Sergio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n.51, fev. 2003, p.99-122.

SCHNEIDER, Sergio; CAZZELA, Ademir Antônio; MATTEI, Lauro. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 21-49

SCHNEIDER, Sergio. Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil. In: CONGRESSO EUROPEU DE SOCIOLOGIA RURAL, Wageningen, 2007. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/diversificaonaagriculturafamiliarfumicultura/contents/photoflow-view/content-view?object_id=884924>. Acesso em: 22 nov. 2010.

SCHRÖDER, Mônica. **Finanças, comunidades e inovações: organizações financeiras da agricultura familiar - o sistema Cresol (1995-2003).** 2005. 243f. Tese (Doutorado em Ciência Econômica)

Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

SCHWARTZ, Stuart B.; LOCKHART, James. **A América Latina na época colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SILIPRANDI, Emma Cademartori. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 2009. 292f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2009.

SILVA, Edna Lúcia da; TAVARES, Aureliana Lopes Lacerda; PEREIRA, João Paulo Speck. O estado da arte da pesquisa sobre comunicação científica (1996-2006) realizada no Brasil no âmbito da ciência da informação. **Transinformação**, v. 22, p. 207-223, 2010.

SILVA, Gerson Henrique. **Eficiência econômica e energética de sistemas de produção de mamonas nos estados de Minas Gerais e Paraná**. 2008. 144f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia Energia Agrícola, Faculdade de Ciências Agrônômicas/Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Botucatu, 2008.

SILVA, Gilson José. **Metodologia para inovação tecnológica através de sistema colaborativo de inclusão digital e certificação na agricultura familiar**. 2009.76f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia Energia Agrícola, Faculdade de Ciências Agrônômicas/Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Botucatu, 2009.

SILVA, José de Ribamar Sá. **Segurança alimentar, produção agrícola familiar e assentamentos de reforma agrária no Maranhão**. 2007.217f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luiz, 2007.

SILVA JUNIOR, Renato Pinto da Silva. **Produção e renda no assentamento Santa Tereza, município de Porangat**. 2003. 64f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em

Agronomia, Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos/
Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

SILVA, Luiz Guilherme Teixeira. **Sustentabilidade da agricultura familiar em assentamentos rurais oficiais no sudeste paraense**. 2007. 280f. Tese (Doutorado Desenvolvimento sustentável do Trópico Úmido) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. Democratização e políticas públicas de desenvolvimento rural. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 9-20.

SILVA, Marcelo Kunrath; SCHNEIDER, Sergio. A participação dos agricultores nas políticas de desenvolvimento rural: Uma análise do Pronaf infra-estrutura e serviços no Estado do Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil Rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p.147 – 174.

SILVA, Maria Aparecida Daniel. **Natureza e (re)produção: sustentabilidade em assentamentos rurais goianos**. 2006. 189f. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) – Programa de Doutorado em Ciências Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.

SILVA, Medson Janer. **Índios da etnia terrena: agricultura familiar no Pantanal de Aquidauana - MS : limitações e perspectivas de desenvolvimento sustentável**. 2004. 192f. Tese (Doutorado em Geografia)- Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SIQUEIRA, Marcia Smarzaró. **O trabalho das crianças na agricultura familiar capixaba**. 2006. 226f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

SOBRAL, Francisco José Montorio. **A formação do técnico em agropecuária no contexto da agricultura familiar do oeste catarinense**. 2005. 206f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de

Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação/Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

SOUSA JUNIOR, Afonso Farias. **Dislexia Institucional**: fogo, fumaça e cinzas em Roraima. 2006. 219f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SOUZA, Celina. “Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.18, n.51, p. 15-20, fev.2003.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n.16, p. 20-44, dez.2006.

SOUZA, Cimone Rozendo. **Políticas ambientais, agricultura familiar e recomposição dos espaços rurais na região metropolitana de Curitiba**. 2006. 230f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

SOUZA, Zilma Borges. **A configuração do trabalho em redes sociais produtivas**: experiências na agricultura familiar em dois núcleos da Rede de Agroecologia Ecovida. 2009. 239f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

SPANVELLO, Rosani Marisa. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. 221f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**: o caso dos filhos(as) de agricultores familiares de Ouro/SC. 2002. 277f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

STUMPF, Ida Regina. A comunicação da ciência na universidade: o caso da UFRGS. In: MUELLER, Suzana; PASSOS, Edilenice (Org.). **Comunicação científica**. Brasília: UNB, 2000.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **Pequena história da agricultura brasileira**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

TARGINO, Maria das Graças. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v.10, n. 2, p.67-85, 2000.

TAVARES, Edson Diogo. **Da agricultura moderna à agroecológica: análise da sustentabilidade de sistemas agrícolas familiares**. 2004. 230f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **Mulheres camponesas da região noroeste do Rio Grande do Sul: identidades e representações sociais (1970-1990)**. 2007. 240f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

TEIXEIRA, Vanessa Lopes. **Novos Contornos Ocupacionais no meio rural fluminense: um estudo sobre a pluriatividade entre agricultores familiares**. 2009. 202f. Tese (Doutorado em Ciência Econômica) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

VALOIS, Eliana C. **Análise da produção técnico-científica dos pesquisadores do Programa Nacional de Pesquisa de Caprinos, no período de 1977 a 1988**. 214f. Dissertação (Ciência da Informação)-Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 1990.

VASCONCELOS, Carlos Alberto. **O uso do território pela citricultura e a permanência do trabalho infantil no centro sul de Sergipe**. 2009. 314f. Tese (Doutorado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, 2009.

VEIGA, José Eli. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002.

VELHO, Léa. O papel da formação de pesquisadores no sistema inovação. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 59, n. 4, out. 2007.

VELLOSO, Jacques. Introdução. In: VELLOSO, Jacques (Org.). **A pós-graduação no Brasil: formação e trabalho de mestres e doutores no país.** Brasília: CAPES/UNESCO, 2002. p.35-37.

VENTURIERI, Adriano. **A dinâmica da ocupação pioneira na Rodovia Transamazônica:** uma abordagem de modelos de paisagem. 2003. 167f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2003.

VERAS, Mariluce de Macedo. **O trabalho infanto-juvenil nas atividades rurais:** desvendando a persistente inserção nas unidades familiares de produção. 2005.239f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

VERONA, Luiz Augusto Ferreira. **Avaliação de sustentabilidade em agroecossistemas de base familiar e em transição agroecológica na região sul do Rio Grande do Sul.** 2008. 192f. Tese (Doutorado em Agronomia) - Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel/Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.

VIDEIRA, Antônio Augusto Passos. **25 anos de MCT:** raízes históricas da criação de um ministério. Rio de Janeiro: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010.

XAVIER, Francisco Alisson da Silva. **Soil organic matter stock and quality in agroforestry and full sun coffee systems.** 2009. 131f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Universidade Federal de Viçosa, Rio Panaraíba, 2009.

XAVIER, Odiva Silva. **A dimensão educativa nas relações entre pesquisa - extensão rural - agricultura familiar:** o caso do Projeto Silvânia. 2000. 345f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

ZARONI, Margarida Maria Hoepfner. **Tipologia de agricultores familiares:** construção de uma escala para os estágios de modernização

da agricultura. 2004. 230f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Faculdade de Engenharia Agrícola/ Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

ZIMAN, John. **Conhecimento público**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1979.

WANDELEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. IN: TEDESCO, João Carlos. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 23-56.

WEISHEIMER, Nilson. **A situação juvenil na agricultura familiar**. 2009. 330f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

WOLF, Eric R. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1976.

APÊNDICE A

Ficha documental

AUTOR	Clair Jorge Olivo
ORIENTADOR	Osmar Possamai
TÍTULO DA TESE	Sustentabilidade de condomínios rurais formados por pequenos agricultores familiares: análise e proposta de modelo de gestão
ANO DE DEFESA	2000
INSTITUIÇÃO	Universidade Federal de Santa Catarina
PROGRAMA	Engenharia de Produção
LINHA DE PESQUISA	Gerenciamento dos Sistemas Produtivos Esta linha de pesquisa visa estudar os atuais sistemas de custos localizando-os no moderno conceito gerencial, dando ênfase aos seguintes tópicos: Avaliação e controle dos Sistemas de Qualidade; Os custos da não qualidade; Custos Ambientais.
BANCA EXAMINADORA	Fernando Antonio Forcellin Joaquim Anécio Almeida Luiz Veriano Oliveira Dalla Valentina Osmar Possamai Sandra Sulamita Nahas Baasch
RESUMO	As unidades de produção familiar por suas características de uso de mão-de-obra, forma de trabalhar e tipo de agricultura praticada estão entre os segmentos sociais mais importantes para o desenvolvimento da região onde estão inseridas e, por consequência, para o país. No contexto atual, a agricultura familiar vem sendo influenciada, de forma ascendente, pela globalização da economia cujas tendências apontam para um sistema que concentra a produção e as riquezas, exigindo, cada vez mais, maior escala de produção, regularidade na entrega e qualidade dos produtos. Diante desta situação, caracterizada por rápidas mudanças, as soluções indicadas, para que os produtores se

	<p>mantenham no mercado e se desenvolvam, estão ligadas à cooperação agrícola e à prática de uma agricultura mais sustentável. Dentre as formas de cooperação, o condomínio tem sido utilizado, no Estado do Rio Grande do Sul, visando agregar esforços e potencializar determinada atividade ou negócio entre agricultores vizinhos. Seus resultados, no entanto, têm sido irregulares, notadamente em atividades que guardam maiores complexidades em sua produção. Nesse contexto, o trabalho tem como objetivo diagnosticar o sistema condominial existente e propor um modelo de gestão tendo como base o desenvolvimento sustentável.</p>
PALAVRAS-CHAVE	Agricultura Familiar; Cooperação Agrícola; Desenvolvimento Sustentável.

APÊNDICE B
Corpus da Pesquisa

ABREU, Lucimar Santiago. **A construção social da relação com o meio ambiente:** análise das percepções e representações sociais de risco ecológico em um município da mata Atlântica Brasileira. 2002. 396f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2002.

ALMEIDA, Elisabete Brocki. **Sistemas agroflorestais de cultivo e pousio:** etnoconhecimento de agricultores familiares do lago Paru (Manacapuru). 2001. 152f. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas) – Programa de Pós-Graduação em Botânica, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus, 2001.

ALMEIDA, Luciano. **Mudanças técnicas na agricultura:** perspectivas da transição agroambiental em Colombo-PR. 2003. 305f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

ALTAFIN, Iara Guimarães. **Sustentabilidade, políticas públicas e agricultura familiar:** uma apreciação sobre a trajetória Brasília. 2003. 225f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2003.

ALVES, Adilson Francelino. **Do desenho à implementação de projetos de desenvolvimento rural sustentável:** interfaces e negociações no Projeto Vida na Roça (Paraná). 2008. 248. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

ALVES, Arilde Franco. **As múltiplas funções da agricultura familiar camponesa:** práticas sócio-culturais e ambientais de convivência com o semi-árido. 2009. 318. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2009.

ALVES, Gibran da Silva. **Densidade populacional e seu efeito no**

crescimento e produtividade da mamoneira Brs Energia sob cultivo irrigado. 2009. 135f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Universidade Federal da Paraíba, Areia, 2009.

ALVES, Maurício. **Entre o canto do galo e o apito das fábricas: a pluriatividade na agricultura familiar de São Ludgero/SC.** 2008. 381f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

ANJOS, Maylta Brandão. **Desenvolvimento sustentável: dilemas e paradoxos na dinâmica dos assentamentos rurais.** 2003. 222f. Tese ((Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

ANTÔNIO NETO, Francisco. **Princípios norteadores para a construção de um modelo de agricultura familiar sustentável para a região da zona da mata de Pernambuco, focado na agroecologia.** 2009. 167f. Tese (Doutorado em Recursos Naturais) – Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2009.

ARAUJO, Maria Elessandra Rodrigues. **Desenvolvimento e avaliação de um descaroçador de 20 serras para o beneficiamento do algodão.** 2008. 76f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Universidade Federal da Paraíba, Areia, 2008.

ASMUS, Rosa Maria Farias. **Qualidade de vida na agricultura familiar.** 2004. 271f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2004.

AZEVEDO, Rodrigo Aleixo Brito. **Indicadores agronômicos em unidades de produção de agricultura familiar.** 2001. 120f. Tese (Doutorado em Fitotecnia) – Programa de Pós-Graduação em Fitotecnia, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2001.

BADALOTTI, Rosana Maria. **A cooperação agrícola e a agroecologia**

como base para a viabilização da agricultura familiar no oeste catarinense: o papel da APACO (Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense). 2003. 358f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

BARROS, Edonilce da Rocha. **Arranjos socioprodutivos da agricultura familiar e adaptação a uma dinâmica territorial de desenvolvimento:** o caso dos perímetros de irrigação do vale do São Francisco, Semi-árido brasileiro. 2007. 325f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

BATISTELA, Everton Marcos. **Agroecologia e racionalidade ambiental:** a mediação social do capa e a reconstrução agroecológica no sudoeste paranaense. 2009. 289f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

BEZERRA, Antônio Jorge Amaral. **A agricultura familiar e a universalização dos direitos sociais:** estudo sobre a previdência social rural no município de Morro Redondo, Rio Grande do Sul. 2006.126f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel/Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2006.

BRASIL, Ida Claudia Pessoa. **Estado, agricultura familiar e desenvolvimento sustentável:** construção de uma relação diferenciada. 2004. 238f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2004.

CABRAL, Luiz Otavio. **Espaço e ruralidade num contexto de desenvolvimento voltado à agricultura familiar.** 2004. 267f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. **Turismo rural na agricultura familiar.** 2007.439f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de

Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

CARVALHO, Renata Maria Caminha Mendes de Oliveira. **Avaliação dos perímetros de irrigação na perspectiva da sustentabilidade da agricultura familiar no semiárido Pernambucano.** 2009. 98f. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

CHALITA, Marie Anne Najim. **Cultura, política e agricultura familiar:** a identidade sócio-profissional de empresário rural como referencial das estratégias de desenvolvimento da citricultura paulista. 2004. 417f. Tese (Doutorado Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

CONTERATO, Marcelo Antonio. **Dinâmicas Regionais do Desenvolvimento Rural e Estilos de Agricultura Familiar:** uma análise a partir do Rio Grande do Sul. 2008. 288f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

CORONA, Hieda Maria Pagliosa. **A reprodução social da agricultura familiar na região metropolitana de Curitiba em suas múltiplas inter-relações.** 2006. 316f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

CORTEZ, Fernando Pacheco. **Pluriatividade e o Estado da Arte da Agricultura Familiar no município de Morro Redondo, RS.** 2006. 136f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel/Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2006.

COSTA, Fernando Bastos. **Ambiente institucional no crédito rural:** avanços e retrocessos. 2005. 205f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

COSTA, Luciana Miranda. **Sob o fogo cruzado das campanhas:**

ambientalismo, comunicação e agricultura familiar na prevenção aos incêndios florestais na Amazônia. 2004. 150f. Tese (Doutorado Desenvolvimento sustentável do Trópico Úmido) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

COSTA, Rosangela Calado. **Pagamentos por serviços ambientais:** limites e oportunidades para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na Amazônia Brasileira. 2008. 246f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

DALMORA, Eliane. **O Papel da agricultura familiar no processo de conservação da Mata Atlântica em Santa Catarina:** modos de apropriação e transformações no sistema de gestão ambiental na década de 1990. 2004. 346f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

DANSA, Claudia Valéria de Assis. **Educação do campo e desenvolvimento sustentável na região do sertão mineiro goiano:** a contribuição do Curso Técnico em Agropecuária e Desenvolvimento Sustentável para assentados da reforma agrária da Escola Agrícola de Unaí-MG. 2008. 312f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2008.

DAVID, Cesar. **Estratégias de reprodução familiar em assentamentos:** limites e possibilidades para o desenvolvimento rural em Canguçu – RS. 2005. 218f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

DIAS, Janise Bruno. **A dimensão dos sistemas naturais na (re) produção dos sistemas agrícolas da agricultura familiar:** analisando a paisagem de 3 comunidades rurais na Região Metropolitana de Curitiba (em São José dos Pinhais, Mandirituba Tijucas do Sul). 2006. 333f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

DIAS, Maria do Carmo da Silva. **Qualificação e capacidade no Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF):** ressignificação do trabalho na agricultura familiar no baixo amazonas. 2009. 286f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação/Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

ESTEVAM, Dimas de Oliveira. **Os significados sociais e políticos da formação por alternância:** um estudo de caso em duas experiências no estado de Santa Catarina. 2009. 414f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

FERNANDES, Aline Regina. **Dinâmica operacional e sustentabilidade econômica de empreendimentos agroindustriais de pequeno porte.** 2004. 307f. Tese (Doutorado em Ciência e Tecnologia de Alimentos) – Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos, Universidade Federal de Viçosa, 2004.

FIGUEREDO, Oscar Agustin Torres. **Agricultura familiar no leste do Departamento de San Pedro, Paraguai:** origem, evolução, situação atual e perspectivas. 2008. 294f. . Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

FLEXOR, Georges Gerard. **Desenvolvimento regional e trajetória das convenções no oeste catarinense.** 2002.279f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

FRANCO, José Gustavo de Oliveira. **Legislação florestal brasileira:** efetividade e implicações para agricultura familiar. 2009. 350f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

FREIRE, Jacqueline Cunha da Serra. **Juventude rural e políticas públicas:** saberes da terra na Amazônia paraense. 2009. 314f. Tese

(Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

GALVÃO, Sandra Regina da Silva. **Dinâmica de nutrientes em solos arenosos adubados com esterco bovino por longos períodos.** 2008. 66f. Tese (Doutorado em Tecnologias Energéticas e Nucleares) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologias Energéticas e Nucleares, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

GOMEZ, Cintia Uller. **Agricultura familiar e participação na gestão das águas na bacia do Itajaí (SC, Brasil).** 2006. 316f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

GONÇALVES, Sérgio. **Campesinato, resistência e emancipação:** o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná. 2008. 311f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado Paulista “Julio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2008.

GRITTI, Silvana Maria. **Técnico em Agropecuária:** servir à agricultura familiar ou ser desempregado da agricultura capitalista. 2007. 253f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

HAUER, Margit. **Conflitos e tensões no uso da terra:** agricultura familiar e gestão ambiental no Estado do Paraná. 2009. 231f. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **Produção familiar:** Perspectivas de Análise e Inserção na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente-SP. 2000. 354f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado Paulista “Julio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2000.

HERNÁNDEZ, Carmen Osório. **Política de crédito rural com perspectiva de gênero:** um meio de “empoderamento” para as mulheres rurais? 2009. 247f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) –

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

HILLIG, Clayton. **A cidadania e a racionalidade técnico-burocrática nas estratégias de apropriação do PRONAF pelos agricultores familiares.** 2008. 170f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

HOLANDA, Francisco Uribam Xavier. **Capital social na agricultura familiar.** 2003.400f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

HORA, Karla Emmanuela Ribeiro. **Territórios rurais na Região Metropolitana de Curitiba:** o papel do meio técnico-científico-informacional na reconfiguração territorial do meio ambiente de pequenas comunidades de agricultores familiares. 2009. 330f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

IENO NETO, Genaro. **Assentamentos Rurais e Desenvolvimento:** Em busca de Sentido – O Projeto Lumiar na Paraíba. 2005. 385f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2005.

KARAM, Karen de Fátima Follador. **Agricultura orgânica:** estratégia para uma nova ruralidade. 2001. 232f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

LAFORGA, Gilmar. **Dinâmica do comércio justo, associativismo e agricultura familiar na citricultura brasileira.** 2005. 76f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

LANILLO, Rafael Fuentes. **Indicadores de sustentabilidade da produção familiar mecanizada de grãos em modalidades de plantio**

direto no norte do Paraná, Brasil. 2007. 138. Tese (Doutorado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

LIMA, Vera Lucia Correia. **PRONAF - financiando a produção ou garantindo a reprodução?** um estudo de caso em Altinho – Pernambuco. 2006. 221f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

LIONÇO, Vânia. **A abordagem territorial no desenvolvimento rural sustentável do sudoeste do Paraná.** 2007.250f. Tese (Doutorado em Agronomia) - Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel/Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2007.

LOURENZANI, Wagner Luiz. **Modelo de gestão integrada da agricultura familiar.** 2005. 222f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

LUSTOSA, Maria das Graças Osorio Pitombeira. **A viabilidade da agricultura familiar no contexto da reestruturação produtiva:** particularidades no Brasil. 2005. 269f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

LUZZI, Nilsa. **O debate agroecológico no Brasil:** uma construção a partir de diferentes atores sociais. 2007. 245f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MACEDO, Rogério Barbosa. **A formação de saberes de profissionais da agronomia em contexto de atuação.** 2008. 140f. Tese ((Doutorado em Produção Vegetal) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

MARIANO NETO, Belarmino. **Abordagem Territorial e Enfoques Agroecológicos no Agreste /Brejo Paraibano:** Desenhos Arranjos e

Relações. 2006. 208f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

MARTINI, Luiz Carlos Pittol. Medidas compensatórias aplicáveis à questão da poluição hídrica de origem agrícola. 2000. 187f. Tese (Doutorado em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, Instituto de Pesquisa Hidráulica/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

MATOS FILHO, João. **A descentralização das políticas de desenvolvimento rural: uma análise da experiência do Rio Grande do Norte.** 2002. 140f. Tese (Doutorado em Ciência Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

MEDAETS, Jean Pierre Passos. **A construção da qualidade na produção agrícola familiar: sistemas de certificação de produtos orgânicos.** 2003. 206f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2003.

MEDEIROS, Célia Maria Vieira. **O produtor familiar rural e a dinâmica econômica e social do espaço rural da região de Presidente Prudente nos anos de 1980-90.** 2003. 267f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

MELLO, Márcio Antônio. **Sementes que brotam da crise: a produção de novidades organizacionais na agricultura familiar do Oeste de Santa Catarina.** 2009. 288f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MELO FILHO, José Bione. **Análise do sistema de irrigação na região semi-árida do nordeste, utilizando o bombeamento de água acionado por geradores fotovoltaicos com concentrado tipo V.** 2006. 167f. Tese (Doutorado em Tecnologias Energéticas e Nucleares) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologias Energéticas e Nucleares, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

MELO, Lígia Albuquerque. **Relações de gênero na agricultura familiar: o caso do Pronaf em Afogados da Ingazeira – PE.** 2003. 141f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores Familiares, Agroindústrias e Território: a dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense.** 2003. 311f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

MONTEIRO, Adriano Luiz Normandia. **Avaliação de alternativas de lavagem incompleta de sais em solo aluvial irrigado através de modelagem computacional.** 2007.96f. Tese (Doutorado em Agronomia) - Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Universidade Federal de Rural de Pernambuco, Recife, 2007.

MONTEIRO, Joyce Maria Guimarães. **Plantio de oleaginosas por agricultores familiares do semi-árido nordestino para produção de biodiesel como uma estratégia de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.** 2007. 315f. Tese (Doutorado em Planejamento Energético) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Energético, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

NASCIMENTO, Carlos Alves. **Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas.** 2005. 230f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

NASCIMENTO, Humberto Miranda. **Ecologizando o agrário - a questão ambiental na origem das transformações em áreas rurais: o caso do Sudoeste Paranaense.** 2005. 307f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

NICOLETTI, Dilon Rodrigues. **Histórico e caracterização dos produtores de hortaliças da zona colonial do Município de Pelotas, Rio Grande do Sul.** 2006.92f. Tese (Doutorado em Agronomia) - Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel/Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2006.

NOBRE JÚNIOR, Antônio de Almeida. **Sustentabilidade de sistemas de produção de olerícolas sob manejo orgânico em unidades familiares, na Região Serrana Fluminense.** 2009. 197f. Tese (Doutorado em Fitotecnia) – Programa de Pós-Graduação em Fitotecnia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

NOGUEIRA, Luiz Claudio Antônio. **Agricultura familiar e capacitação técnica:** perspectiva para uma nova geração. 2009. 207f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) - Faculdade de Engenharia Agrícola/ Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

NUNES, Emanuel Márcio. **Reestruturação agrícola, instituições e desenvolvimento rural no nordeste:** as dinâmicas regionais e a diversificação da agricultura familiar no Pólo Assu-Mossoró (RN). 2009. 350f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

NUNES, Rubens. **Agricultura Familiar:** custos de transações, forma organizacional e eficiência. 2000. 238f. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, Alécio Rodrigues. **Bairros rurais de Anhumas-SP:** espaço, história e organização. 2006. 215f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2006.

OLIVEIRA, Eliane. **Exploração de espécies nativas como uma estratégia de sustentabilidade socioambiental - o caso do pequi (caryocar brasiliense camb.) em Goiás.** 2006.281f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2006.

OLIVEIRA, Elias Rodrigues. **Ações educativas do SENAR em Minas Gerais:** a experiência dos egressos de cursos de capacitação. 2005. 234f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2005.

OLIVEIRA, Hersília Monteiro Cadengue. **Relações de gênero e poder**

no cotidiano das mulheres assentadas no Cabo de Santo Agostinho (PE). 2008. 238f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

OLIVEIRA, Julieta Teresa Aier. **Lógicas produtivas e impactos ambientais: estudo comparativo de sistemas de produção.** 2000. 284f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Faculdade de Engenharia Agrícola/ Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

OLIVEIRA, Magda Lúcia Felix. **Vulnerabilidade e cuidado na utilização de agrotóxicos por agricultores familiares.** 2004. 156f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Faculdade de Ciências Médicas/Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

OLIVEIRA, Marcos Antônio . **As bases filosóficas e epistemológicas de alguns projetos de educação do campo:** do pretendido marxismo à aproximação ao ecletismo pós-moderno. 2008. 468f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

OLIVEIRA, Myriam Cyntia Cesar. **Agricultura familiar e dinâmicas das relações sociedade-natureza em área de fronteira agrária na Amazônia oriental.** 2009. 304f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

OLIVEIRA, Patrícia Chaves. **Comportamento Ecofisiológico de Recursos Vegetais Potencialmente Acumuladores de P Em Florestas Secundárias no Nordeste do Estado Do Pará.** 2005. 186f. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias) – Programa de Doutorado em Ciências Agrárias, Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2005.

OLIVO, Clair Jorge. **Sustentabilidade de condomínios rurais formados por pequenos agricultores familiares:** análise e proposta de modelo de gestão, 2000. 257f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

PEDÓ, Jane Cláudia Jardim. **O cooperativismo na perspectiva da economia solidária**: evidências locais a partir da COOPAL. 2007. 142f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel/Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2007.

PEREIRA, Cleide de Marco. **Política de uso de calcário agrícola e a sustentabilidade da agricultura no Brasil**. 2007. 339f. Tese (Doutorado em Geociência) – Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geociência, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

PEREIRA, Elvio Quirino. **Assistência Técnica e a Extensão rural ou Assessoria Técnica e Social?** Visões Opostas do Apoio a Agricultura Familiar. 2004. 211f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2004.

PEREIRA, Ferdinand Cavalcante. **A sustentabilidade da agricultura familiar no Vale Gurguéia-PI**: construção de identidade sócio-profissionais. 2003. 250f. Tese (Doutorado Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

PEREIRA FILHO, Carlos Augusto. **Eficiência econômica da pequena produção familiar agrícola no Recôncavo do Estado da Bahia**: uma análise não paramétrica de fronteiras de produção multi-produto. 2001. 122f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, Universidade de São Paulo/Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 2001.

PERONDI, Miguel Ângelo. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. 2007.237f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PETINARI, Ricardo Alessandro. **Agricultura familiar em microbacias do noroeste do estado de São Paulo**: estratégias de reprodução e organização. 2007.213f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Faculdade de Engenharia Agrícola/ Universidade Estadual

de Campinas, Campinas, 2007.

PIETRAFESA, José Paulo. **A grande travessia: agricultura familiar e qualidade de vida.** 2002. 260f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2002.

PINTO, Leonardo de Barros. **A importância da diversidade entre os iguais: um estudo de caso da assistência técnica e extensão rural em um assentamento no Pontal do Paranapanema-SP.** 2005. 137f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Faculdade de Engenharia Agrícola/Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

PINTO, Mauro Sergio Vianello. **A pluriatividade como estratégia de reprodução social do agricultor familiar no projeto de assentamento rural Fazenda Pirituba II.** 2009. 126f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Faculdade de Engenharia Agrícola/Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

POLETTO, Ângela Regina. **Processo de trabalho e saúde mental de trabalhadores agrícolas familiares da microrregião de Ituporanga, Santa Catarina.** 2009. 200f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

POLISELI, Paulo Cesar. **Análise e cartografia do planalto basáltico meridional para adequação de uso rural - área teste de Guarapuava-PR.** 2007. 284f. Tese (Doutorado em Geologia) – Programa de Pós-Graduação em Geologia Ambiental e Exploratória, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

POUBEL, Marilda Bueloni Penna. **A territorialidade da ocupação e utilização da terra e os espaços da agricultura familiar no Estado do Paraná.** 2009. 256f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

PRIM, Lorena de Fátima. **Aspectos psicossociais da agricultura de grupo da agricultura familiar: um estudo sobre a AGRIMA -**

Associação de Agricultores Monte Alegre. 2004. 153f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

QUEIROGA, Joel Leandro. **Origem, evolução histórica e situação atual dos sistemas agrários de comunidades de agricultores familiares da região metropolitana de Curitiba.** 2006. 245f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

QUEIROZ, João Batista Pereira. **Construção das escolas famílias agrícolas no Brasil.** 2004. 210f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2004..

RADIN, José Carlos. **Companhias Colonizadoras em Cruzeiro:** representações sobre a civilização do sertão. 2006. 210f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

RAMOS, Celso Eduardo Pereira. **Limites, desafios e possibilidades do curso técnico subsequente da área agropecuária na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável no sudoeste do Paraná.** 2008. 157f. Tese (Doutorado em Produção Vegetal) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

RAMOS, Nerise Laurentino. **As redes de atores no semiárido paraibano:** trilhas e caminhos da ASA Paraíba. 2009. 257f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

RIBEIRO, Marcos Caldeira. **Eficientização e gerenciamento do uso de energia elétrica em perímetros irrigados.** 2008. 201f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2008.

ROCHA, Francisco Eduardo de Castro. **Avaliação Psicossocial do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no Estado da Paraíba.** 2008.178f. Tese (Doutorado em

Psicologia) – Programa Integrado de Pós-Graduação em Psicologia Social, João Pessoa, 2008.

ROCHA, Raimundo Nonato Carvalho. **Culturas intercalares para sustentabilidade da produção de dendê na agricultura familiar.** 2007. 68f. Tese (Doutorado em Fitotecnia) – Programa de Pós-Graduação em Fitotecnia, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2007.

RODRIGUES, Maria da Conceição Alves. **Saberes e práticas em experiência de construção da sustentabilidade no meio rural nordestino.** 2009. 203f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

ROELER, Douglas André. **Racionalidades e praticas administrativas do agricultor familiar no contexto ambiental: um estudo em três comunidades rurais no Sul da Região Metropolitana de Curitiba-PR.** 2009. 327f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

RÓMAN, Rodrigo Máximo Sánchez. **Sistema de desinfecção solar para o tratamento de esgoto doméstico para uso na agricultura familiar.** 2006. 94f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2006.

ROMERO, Maria Gloria Cabrera. **Avaliação energética do agroecossistema algodão: uma abordagem entre sistemas familiares de produção do Paraguai e Brasil.** 2009. 183f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia Energia Agrícola, Faculdade de Ciências Agrônomicas/Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Botucatu, 2009.

ROSA, Luis Artur Bernardes. **Agricultura familiar em assentamentos rurais: o caso do município de Tamarana - PR.** 2009. 116f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

RUSZCZYK, João Carlos. **Agricultura familiar e de base ecológica,**

transições e estratégias de reprodução: redefinições e permanências nos olericultores de Rio Branco do Sul/PR. 2007, 262f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

SALAMONI, Giancarla. **Produção Familiar:** possibilidades e restrições para o desenvolvimento sustentável - o exemplo de Santa Silvana - Pelotas – RS. 2000. 331f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2000.

SAMPAIO, Cenira Almeida. **Alianças estratégicas como alternativa de gestão de sistemas agroflorestais sequências sustentáveis em agroecossistemas da Amazônia:** uma proposta para implementar agricultura de corte e trituração no âmbito da agricultura familiar no nordeste paraense. 2008. 174f. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias) – Programa de Doutorado em Ciências Agrárias, Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2008.

SAMPAIO, Claudia Pereira da Silva. **Estratégias de Reprodução da Agricultura Familiar na Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba - Litoral Norte do Paraná.** 2004. 100f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Faculdade de Engenharia Agrícola/ Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

SANDINI, Itacir Eloi. **Milho, feijão e nitrogênio no sistema de produção integração lavoura-pecuária.** 2009. 100f. Tese (Doutorado em Produção Vegetal) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

SANDRINI, Gislélia Benini Duarte. **Práticas Agrícolas e Degradação Ambiental: Um Estudo para o caso da Agricultura Familiar.** 2009. 135f. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

SANT´ANA, Antônio Lázaro. **Raízes na terra:** as estratégias dos produtores familiares de três municípios da megaregião de São José do Rio Preto. 2003. 246f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2003.

SANTO, Carlos Roberto do Espírito. **A dinâmica do desenvolvimento rural na região de Araçatuba.** 2005. 307f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado Paulista “Julio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2005.

SANTOS, Ariodari Francisco dos Santos. **Práticas da agricultura familiar e qualidade da água:** a bacia hidrográfica do Rio Pequeno - São José dos Pinhais – PR. 2006. 207f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

SANTOS, Jair Carvalho. **Sustentabilidade socioeconômica e ambiental de sistemas de uso da terra da agricultura familiar no Estado do Acre.** 2008. 234f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2008.

SANTOS, Mario Jorge Campos. **Viabilidade econômica em sistemas agroflorestais nos ecossistemas de terra firme e várzea no estado do Amazonas:** um estudo de casos. 2005. 142f. Tese (Doutorado em Recursos Florestais) – Programa de Pós-Graduação em Recursos Florestais, Universidade de São Paulo/Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 2005.

SAWAKI, Henrique Kiyoshi. **Efeito dos sistemas de preparo de área, nos atributos químicos do solo, como alternativa para a agricultura familiar no município de Igarapé-Açú, Pará.** 2007. 145f. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias) – Programa de Doutorado em Ciências Agrárias, Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2007.

SCHMITT, Claudia Job. **Tecendo as redes de uma nova agricultura:** um estudo socioambiental da região serrana do Rio Grande do Sul. 2001. 360f. Tese (Doutorado Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

SCHRÖDER, Mônica. **Finanças, comunidades e inovações:** organizações financeiras da agricultura familiar - o sistema Cresol

(1995-2003). 2005. 243f. Tese (Doutorado em Ciência Econômica) Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

SILIPRANDI, Emma Cademartori. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar.** 2009. 292f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2009.

SILVA, Gerson Henrique. **Eficiência econômica e energética de sistemas de produção de mamonas nos estados de Minas Gerais e Paraná.** 2008. 144f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia Energia Agrícola, Faculdade de Ciências Agrônomicas/Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Botucatu, 2008.

SILVA, Gilson José. **Metodologia para inovação tecnológica através de sistema colaborativo de inclusão digital e certificação na agricultura familiar.** 2009.76f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia Energia Agrícola, Faculdade de Ciências Agrônomicas/Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Botucatu, 2009.

SILVA, José de Ribamar Sá. **Segurança Alimentar, Produção Agrícola Familiar e Assentamentos de Reforma Agrária No Maranhão.** 2007.217f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luiz, 2007.

SILVA JUNIOR, Renato Pinto da Silva. **Produção e renda no assentamento Santa Tereza, município de Porangat.** 2003. 64f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos/ Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

SILVA, Luiz Guilherme Teixeira. **Sustentabilidade da agricultura familiar em assentamentos rurais oficiais no sudeste paraense.** 2007. 280f. Tese (Doutorado Desenvolvimento sustentável do Trópico Úmido) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

SILVA, Maria Aparecida Daniel. **Natureza e (re)produção:** sustentabilidade em assentamentos rurais goianos. 2006. 189f. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) – Programa de Doutorado em Ciências Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.

SILVA, Medson Janer. **Índios da etnia terrena:** agricultura familiar no Pantanal de Aquidauana - MS : limitações e perspectivas de desenvolvimento sustentável. 2004. 192f. Tese (Doutorado em Geografia)- Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SIQUEIRA, Marcia Smarzaró. **O trabalho das crianças na agricultura familiar capixaba.** 2006. 226f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

SOBRAL, Francisco José Montorio. **A formação do técnico em agropecuária no contexto da agricultura familiar do oeste catarinense.** 2005. 206f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação/Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

SOUSA JUNIOR, Afonso Farias. **Dislexia Institucional:** fogo, fumaça e cinzas em Roraima. 2006. 219f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SOUZA, Cimone Rozendo. **Políticas Ambientais, agricultura familiar e recomposição dos espaços rurais na Região Metropolitana de Curitiba.** 2006. 230f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

SOUZA, Zilma Borges. **A configuração do trabalho em redes sociais produtivas:** experiências na agricultura familiar em dois núcleos da Rede de Agroecologia Ecovida. 2009. 239f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

SPANEVELLO, Rosani Marisa. **A dinâmica sucessória na agricultura**

familiar. 2008. 221f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens:** o caso dos filhos(as) de agricultores familiares de Ouro/SC. 2002. 277f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

TAVARES, Edson Diogo. **Da agricultura moderna à agroecológica:** análise da sustentabilidade de sistemas agrícolas familiares. 2004. 230f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **Mulheres camponesas da região noroeste do Rio Grande do Sul:** identidades e representações sociais (1970-1990). 2007. 240f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

TEIXEIRA, Vanessa Lopes. **Novos Contornos Ocupacionais no meio rural fluminense:** um estudo sobre a pluriatividade entre agricultores familiares. 2009. 202f. Tese (Doutorado em Ciência Econômica) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

VASCONCELOS, Carlos Alberto. **O uso do território pela citricultura e a permanência do trabalho infantil no centro sul de Sergipe.** 2009. 314f. Tese (Doutorado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, 2009.

VENTURIERI, Adriano. **A dinâmica da ocupação pioneira na Rodovia Transamazônica:** uma abordagem de modelos de paisagem. 2003. 167f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2003.

VERAS, Mariluce de Macedo. **O trabalho infanto-juvenil nas atividades rurais:** desvendando a persistente inserção nas unidades familiares de produção. 2005.239f. Tese (Doutorado em Serviço Social)

– Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

VERONA, Luiz Augusto Ferreira. **Avaliação de sustentabilidade em agroecossistemas de base familiar e em transição agroecológica na região sul do Rio Grande do Sul.** 2008. 192f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel/Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.

XAVIER, Francisco Alisson da Silva. **Soil organic matter stock and quality in agroforestry and full sun coffee systems.** 2009. 131f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Universidade Federal de Viçosa, Rio Panaraíba, 2009.

XAVIER, Odiva Silva. **A dimensão educativa nas relações entre pesquisa - extensão rural - agricultura familiar: o caso do Projeto Silvânia.** 2000. 345f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

ZARONI, Margarida Maria Hoepfner. **Tipologia de agricultores familiares: construção de uma escala para os estagios de modernização da agricultura.** 2004. 230f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Faculdade de Engenharia Agrícola/ Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

WEISHEIMER, Nilson. **A situação juvenil na agricultura familiar.** 2009. 330f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.